

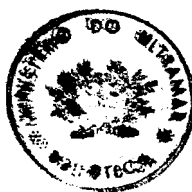
R. M. 300

COLLECCÃO
DA
LEGISLAÇÃO NOVISSIMA

DO
ULTRAMAR

VOLUME XIV

1886



LISBOA
IMPRESA NACIONAL
1890

INDICE CHRONOLOGICO

DO DECIMO QUARTO VOLUME

DA

LEGISLAÇÃO NOVISSIMA DO ULTRAMAR

1886

Janeiro

	Pag.
5 Officio, approvando a portaria provincial do governador geral de Angola, n.º 487, de 5 de novembro de 1885, pela qual foram designados os materiaes de construcção, a que permite livre entrada o decreto de 27 de dezembro de 1877.....	1
7 Decreto, auctorisando a «The West African Telegraph» a transferir para a «The African Direct Telegraph Company Limited» o cabo telegraphico submarino já collocado entre S. Vicente e S. Thiago, e entre esta ultima parte e a costa occidental de Africa, proximo de Bathurst.....	1
28 Portaria (circular) ordenando que os governadores das provincias ultramarinas façam publicar no <i>Boletim official</i> os artigos do regulamento do imposto do sello, publicado no <i>Diario do Governo</i> , n.º 294, de 29 de dezembro ultimo, cujo conhecimento interessa aos habitantes de todas as terras da monarchia.....	2
28 Decreto, approvando o plano de uniformes para o regimento de infantaria do ultramar e guarnições das provincias ultramarinas.....	3

Fevereiro

1 Portaria, approvando a do governador geral do estado da India, n.º 407, de 29 de setembro de 1885, permittindo a exportação, pela alfandega de Diu, de espiritos nativos fabricados n'aquelle districto, quando sejam despachados em expedição e viagem directa para portos fora da India portugueza ou ingleza.....	8
4 Troca de ratificações da convenção supplementar ao tratado, de 11 de dezembro de 1875, de amisade e commercio entre Portugal e a republica da Africa meridional, approvada por carta de lei de 13 de agosto de 1885.....	9
5 Portaria, mandando que aos navios, que forem submettidos a quarentena na ilha do Sal (Cabo Verde), se permita conservarem a agua que tinham a bordo, devendo ser sellados os tanques que a contiverem durante o tempo em que estiverem fundeados.....	11
5 Portaria do governo geral de Angola, fixando o preço das substituições dos mancebos recrutados, relativo ao anno de 1886, sendo em 30\$000 réis para os simples recruta-	

dos e em 60\$000 réis para os refractarios ou compellidos.....	11
10 Decreto, approvando os estatutos da companhia real dos caminhos de ferro através da Africa.....	12
17 Portaria, considerando o cargo de curador dos serviaes e colonos como administrativo, e por isso comprehendido nos preceitos do artigo 12.º do decreto de 1 de dezembro de 1869 para o effeito de poder o curador ser suspenso pelo governador da provincia.....	12
17 Portaria, mandando suspender os trabalhos em andamento para a execução do regulamento da cobrança do imposto sobre o aluguer das habitações na provincia de Cabo Verde.....	12

Março

1 Portaria, mandando que o governador geral de Cabo Verde suspenda qualquer execução que tenha começado a dar ao decreto de 26 de dezembro de 1885 e instrucções contidas no officio de 4 de janeiro ultimo, sobre a troca de moeda estrangeira circulante.....	12
4 Portaria (circular) mandando que os governadores das provincias ultramarinas façam trimestralmente a remessa dos mappaes obituarios, a que se referem os officios circulares de 19 de novembro de 1883 e 9 de fevereiro de 1884.....	12
5 Carta de confirmação e ratificação de um acto addicional á convenção, do 1.º de junho de 1878, da União postal, concluido e assignado em Lisboa em 21 de março de 1885.....	13
5 Carta de confirmação e ratificação de um acto addicional, de 21 de março de 1885, á convenção de 3 de novembro de 1880, relativa á permutação de encomendas postaes.....	22
5 Carta de confirmação e ratificação de um acto addicional, de 21 de março de 1885, ao accordo relativo á permutação de vales do correio, celebrado em Paris em 4 de junho de 1878.....	29
5 Carta de confirmação e ratificação de um acto addicional, de 21 de março de 1885, ao accordo relativo á permutação de cartas com valor declarado, celebrado em Paris no 1.º de junho de 1878.....	31
5 Carta de confirmação e ratificação de um accordo, concluido e assignado em Lisboa	

- em 21 de março de 1885, relativo ao ser- Pag.
viço de cobranças..... 33
- 5 Carta de confirmação e ratificação de um
acordo, concluído e assignado em Lisboa
em 21 de março de 1885, relativo á intro-
ducção de livretes de identidade no servi- 38
ço postal internacional.....

Abril

- 1 Decreto, rectificando a tabella das despesas
do ultramar realizadas na metropole, au- 43
torisadas por lei de 25 de junho de 1885,
para o exercicio de 1885-1886.....
- 5 Portaria, indeferindo os recursos das cam-
aras municipaes dos concelhos do Paul e
Ribeira Grande, da ilha de Santo Antão
(Cabo Verde), contra a repartição do con- 45
tingente da contribuição predial respectivo
a 1885.....
- 13 Relação dos paizes que até esta data tro- 45
caram as ratificações dos convenios postaes
de Lisboa.....
- 15 Carta de lei, modificando algumas disposições
em vigor relativas á prisão preventiva e 45
prestação de fiança.....
- 15 Decreto, auctorisando a «The West African
Telegraph Company, limited» a concordar
com a «The African Direct Telegraph Com-
pany, limited» nos termos e condições em
que deverá ser construída e explorada a 46
secção do cabo submarino entre Serra Leoa
e Accra, na costa occidental de Africa....
- 21 Carta de lei, estabelecendo penalidades para
os infractores da convenção internacional
relativa á protecção dos cabos submari- 47
nos.....
- 23 Decreto, perdooando e minorando penas aos
réus constantes da relação que faz parte
do mesmo decreto..... 49
- 27 Portaria, do governo geral de Angola, con-
stituindo em julgado o concelho de Ma-
lange, em conformidade com o artigo 8.º
do decreto de 30 de dezembro de 1852.. 50

Maio

- 13 Portaria do governador da Guiné, approvan-
do, em virtude do disposto no artigo 8.º
do decreto de 26 de dezembro de 1885, o
regulamento da alfandega da Guiné e suas
delegações..... 50
- 13 Portaria (circular) determinando que os go-
vernadores das provincias ultramarinas, a
não ser em casos muito extraordinarios,
se abstenham de requisitar officiaes, em-
barcados em navios das estações navaes,
para prestarem serviço differente d'aquelle
que as forças navaes são chamados a des-
empenhar..... 89
- 13 Officio, resolvendo sobre o pagamento de
vencimentos requerido por tres ex-thesou-
reiros e um escriptuario do cofre dos or-
phãos da comarca de Loanda..... 89
- 21 Portaria, approvando a do governador geral
de Angola, n.º 155, de 23 de março, que
manda cumprir a disposição litteral e cla-
ra do artigo 11.º dos preliminares da pauta
de Loanda, Benguella e Mossamedes, de-
cretados em 22 de dezembro de 1881.... 89
- 21 Portaria, approvando a do governador geral
de Angola, n.º 156, de 27 de março, pela
qual se fixou o valor cambial de 180 réis
por franco para o computo dos valores

- descriptos nas facturas que dão entrada Pag.
nas alfandegas da provincia..... 90
- 31 Portaria circular, ordenando que os gover-
nadores das provincias ultramarinas não
permittam aos empregados, a quem for
concedida licença, o gozo da mesma sem
que d'elles tenham cobrado e remetido á
secretaria d'estado a importancia dos emo-
lumentos devidos..... 90

Junho

- 4 Decreto, declarando sem effeito, desde 1 de
julho em diante, as nomeações, feitas pelo
governo, de empregados do estado para
commissões de serviço incompatíveis com
as funções dos respectivos empregos.. 91
- 4 Decreto, concedendo amnistia para todos os
crimes contra o exercicio do direito eleito-
ral e, em geral, para todos os crimes de ca-
racter politico, commettidos até á data do
consorcio do Principe Real..... 92
- 17 Decreto, estabelecendo as regras e ordem de
serviço que devem observar-se para que
as diversas repartições de contabilidade
nos ministerios só estejam dependentes da
drecção geral de contabilidade publica.. 93
- 19 Officio do ministerio da justiça, explicando
aos representantes do ministerio publico
as razões que levaram o governo a acons-
elhar ao poder moderador o decreto de
amnistia de 4 de junho, e qual a norma
de proceder que os referidos magistrados
têm a seguir..... 94
- 28 Portaria, determinando o modo de resolver
as divergencias de parecer que possam
dar-se entre o engenheiro representante da
«The West of India Portuguese Guaranteed
Railway Company» e o engenheiro fiscal do
governo em assumptos do caminho de fer-
ro e porto de Mormugão..... 97
- 28 Portaria ao governador geral de Cabo Verde,
mandando fazer a distribuição legal, pelos
empregados aduaneiros, dos emolumentos
existentes em deposito, e que continue a
cobrança da contribuição dos ditos emo-
lumentos a titulo definitivo, para terem
logo a devida applicação..... 97

Julho

- 1 Decreto, fazendo cessar na provincia de Cabo
Verde o curso legal das moedas de prata
extrangeiras, devendo ter sómente esse
curso as especies d'este metal auctorisadas
para o reino por lei de 28 de julho de
1864..... 97
- 1 Officio circular (do ministerio da guerra), re-
solvendo as duvidas que se suscitam so-
bre a interpretação do artigo 6.º do decreto
de 4 de junho ultimo, quanto ás praças a
quem deve aproveitar e beneficio da dis-
posição d'aquelle artigo..... 98
- 3 Portaria (circular) mandando que nas boticas
e ambulancias, custeadas pelo estado nas
provincias ultramarinas, se não abonem
gratuitamente medicamentos, nem se ven-
dam com abatimento de seu preço, a func-
cionarios publicos de qualquer especie e
suas familias, e que só se faça venda ao
publico não havendo boticas particula-
res..... 99
- 12 Portaria, auctorisando os governadores das
provincias ultramarinas a fixarem annual-

- 26 Decreto, approvando para ter execução na Província de Angola, o regulamento geral do tráfego do Congo, o regulamento geral do serviço do lançamento e cobrança das contribuições pedida, industrial, de juros e de rendas de casas. 138
- 27 Portaria, ordenando que o vapor *Cidade da Praia*, da empresa nacional de navegação a vapor entre Lisboa e as ilhas de Cabo Verde seja, para o expediente aduaneiro ou outro que for requerido pelas necessidades do serviço dos portos no prolongamento das suas viagens até Mossamedes, considerado a par dos pequenos. 211
- 30 Decreto, approvando o regimento do tribunal de contas. 211
- 30 Portaria, declarando que os governadores das províncias de Angola e S. Thomé têm faculdade para fixarem anualmente as epochas das correições. 215
- 2 Decreto, abolindo em todos os portos do distrito de Cabo Delgado as tabeas A e B dos direitos de importação e exportação, que fazem parte da pauta da provincia de Mogambique, de 30 de julho de 1877, e substituindo os alludidos direitos. 246
- 2 Decreto, determinando que fiquem sujeitos aos direitos especificos, designados na tabeella que faz parte do mesmo decreto, os productos africanos, na alludida tabeella do distrito do Congo, que se exportarem pelos portos de descriptos, regulando a execução do artigo 2.º da carta de lei de 17 de abril ultimo, sobre o pagamento, em prestações, dos impostos e sellos, devidos por mercês lucrativas. 247
- 16 Decreto, approvando a nova publicação official do codigo penal. 250
- 22 Decreto, auctorisando a remessa de fundos, por meio de vales do correio, do continente do reino e ilhas adjacentes para as provincias de Angola, Cabo Verde, Guiné, S. Thomé e Príncipe e Mogambique, fixando-se successivamente a data em que este serviço devera principiar em cada uma das ditas provincias. 306
- 22 Decreto, approvando o regulamento, a que se refere o decreto d'esta data, para o pagamento e emissão de vales do correio entre a metropole e as provincias ultramarinas. 308
- 22 Decreto, declarando em execução, a contar do 1.º de dezembro proximo, os decretos de vales do correio, com relação a provincia de Cabo Verde. 314
- 22 Decreto, regulando o serviço da superintendencia postal e telegraphica das provincias ultramarinas nas suas relações entre a directoria geral dos correios, telegraphos e pharoes e o ministerio da marinha e ultramar. 314
- 25 Portaria, mandando recomendar a junta de saude naval todo o rigor nas inspecções dos empregados que regressem do ultramar por motivo de doença. 315
- 27 Officio, approvando a portaria provincial do governador geral do estado da India, n.º 404, de 4 de agosto, pela qual se mandou estabelecer em Pangim o serviço de linhas telephonicas. 315

Setembro

- 14 Decreto, declarando rescindido o contracto de 22 de dezembro de 1885, celebrado entre o governo e John Brynner, para o estabelecimento de uma carreira regular por barcos de vapor entre Lisboa e Goa. 400
- 15 Portaria, fazendo a direcção da companhia do caminho de ferro de Lourenço Marques ao Transvaal algumas declarações, por esta solicitadas, no intuito de resolver as difficuldades da mesma companhia em realizar a emissão das respectivas obrigações. 400
- 15 Decreto, creando na ilha de S. Antão (Cabo Verde) mais tres cadeiras de instrucção primaria elemental. 400
- 22 Decreto, approvando e mandando ratificar o convenio firmado em Roma em 23 de junho, que define e precisa a circumscripção dos bispados portuguezes e estabelece as condições em que devera continuar o exercicio do direito de padroado na India oriental. 401
- 26 Decreto n.º 1, reformando o serviço das directões geraes e repartição do gabinete do ministerio da fazenda. 427
- 26 Decreto n.º 2, reformando o serviço do tribunal de contas. 437
- 29 Decreto, estabelecendo os preceitos que têm de observar-se na tomada de contas das estações ou funcioneiros encarregados da administração superior da fazenda publica nas provincias ultramarinas, e fixando a competencia do tribunal de contas para o seu julgamento. 443
- 29 Decreto, regulando os subsídios ao presidente e membros da camara dos senhores deputados. 444
- 29 Carta de confirmação e ratificação da concordata, concluida e assignada no Vaticano em 23 de junho entre Portugal e Sua Santidade o Summo Pontifice, precisando e definindo a circumscripção das dioceses portuguezas e regulando o exercicio do direito de padroado nas Indias orientaes. 447
- 29 Decreto, reorganizando o supremo tribunal administrativo. 454
- 29 Decreto, considerando subsistente para todos os effeitos a concessão, feita a Ignacio José de Paiva Raposo por decreto de 26 de novembro de 1874, por este transmitida a companhia do commercio e cultura do opio em Mogambique. 456
- 29 Officio, declarando qual a regra a seguir para serem formuladas as propostas para preencher o chimento das vacaturas no posto de alferes. 457
- 30 Officio, esclarecendo o artigo 27.º do decreto de 24 de dezembro de 1885 sobre a faculdade, concedida aos funcioneiros do estado da India, de gosarem as licenças arbitradas pela junta de saude em qualquer parte da India ingleza. 457
- Agosto
- 2 Decreto, contendo o juramento do Principe Real, como regente do reino, durante a ausencia de El-Rei D. Luiz I. 457
- 5 Officio (circular) mandando remetter trimensalmente um mappa de todo o pessoal do quadro das obras publicas, administrações dos correios e capitania dos portos. 457

Outubro

- Pag.
- 1 Portaria, mandando restituir a Millers & Newpew os direitos que haviam pago indevidamente na alfandega de S. Vicente (Cabo Verde) pela importação de uma machina de vapor para luz electrica. 316
- 1 Portaria, prorogando por mais oito mezes o prazo de quatro annos, concedido a Aleixo Justiniano Socrates da Costa, Manuel Gomes Madeira e George Rendall, para a conclusão dos trabalhos relativos á exploração, na cidade do Mindello, das aguas potaveis das propriedades *Madeiral* e *Madeiralzinho*. . 316
- 2 Officio, declarando á junta da fazenda do estado da India que não pôde fazer uso da auctorisação do § unico do artigo 46.º do decreto de 24 de dezembro de 1885, com respeito aos delegados do procurador da corôa, por motivo do serviço das correições. 316
- 14 Decreto, regulando a execução do § unico do artigo 1.º do decreto n.º 1, de 17 de julho ultimo, sobre aposentações. 317
- 15 Portaria, approvando a portaria do governador geral do estado da India, n.º 353, de 5 de julho, que determinou a fórma da distribuição da verba de 1:650 rupias, destinada a gratificar os administradores de concelho das Novas Conquistas pelo serviço do sal e abkary. 319
- 20 Portaria, determinando, que a 6.ª repartição, ou central, da direcção geral do ultramar, passe a denominar-se «5.ª repartição»... 319
- 30 Officio, declarando ter sido legal a nomeação, feita pelo governador, do secretario do governo de Ajudá para administrador do concelho de S. Thomé. 320

Novembro

- 4 Decreto elevando a dez annos o prazo de sete, de que trata o decreto de 14 de agosto de 1885, que concedeu a Salom Bensau de 1:000 hectares de terrenos incultos e baldios no Dombe Grande (Angola) 320
- 4 Officio, approvando as portarias provinciaes do governador geral da India, n.º 245, de 14 de maio, e 323, de 21 de julho, acerca de postos fiscaes e do registo de mercadorias no districto de Damão. 320
- 17 Officio, declarando que o official maior da secretaria do governo geral de Moçambique não tem direito á gratificação do secretario geral, quando este está ausente do seu lugar, mas em serviço. 321
- 18 Officio, approvando a portaria provincial do governador geral da India, n.º 510, de 27 de setembro, que regulou a cobrança dos direitos de caes no districto de Diu 321
- 20 Officio (circular), determinando que a junta de saude da provincia da Guiné proceda, nas inspecções aos funcionarios que, por doença, precisarem vir ao reino, do modo que estava prescripto antes de ser expedida a portaria circular de 5 de maio de 1885. 322
- 22 Officio, declarando que a legislação vigente no estado da India, sobre reformas das praças de pret, é o artigo 33.º do decreto de 11 de novembro de 1871, excepto sobre as dos officiaes inferiores, que é regulada pela lei de 27 de julho de 1882. 323
- 23 Officio, declarando que a lei não faculta a um official reformado transporte por conta

da fazenda publica, quando a terra que Pag. escolha para residencia não seja a da sua naturalidade. 323

- 23 Officio, approvando a portaria provincial do governador geral da India, n.º 499, de 20 de setembro, que regulou os direitos a cobrar sobre o arroz que se exporta da India portugueza para os portos da *União*. 323
- 25 Decreto, mandando substituir o n.º 6.º do artigo 22.º do regimento do tribunal de contas, de 30 de agosto ultimo, pela disposição do n.º 6.º, § 1.º do artigo 2.º do decreto n.º 2 de 26 de julho. 324
- 25 Decreto, approvando o regulamento do supremo tribunal administrativo. 324
- 25 Officio, approvando a portaria do governador de S. Thomé e Príncipe, de 8 de outubro, em que se regulou o methodo de cobrança das dividas activas da fazenda da provincia. 3 6
- 25 Portaria, concedendo a Correia & Carvalho, arrendatarios do prazo da corôa denominado «*Mahindo*», situado no districto de Quelimane (Moçambique), prorrogação do arrendamento do referido prazo por trinta annos. 338

Dezembro

- 9 Decreto e instrucções, regulando o serviço de cobrança de recibos, letras e obrigações nas diferentes estações telegraphopostaes, onde estiver ou for estabelecido o serviço de emissão de vales. 339
- 9 Decreto e instrucções, regulando o serviço de recepção de assignaturas para jornaes e outras publicações periodicas nas diferentes estações telegraphopostaes, auctorisadas a emitir vales. 342
- 10 Portaria, mandando pôr desde já em execução umas instrucções para o serviço theoricopratico nos corpos de infantaria. 344
- 11 Portaria, approvando o regulamento do serviço das lanchas da navegação fluvial, mandado pôr em execução pelo governador geral do estado da India. 353
- 21 Decreto e regulamento para a concessão da medalha militar instituida por decreto de 2 de outubro de 1863. 359
- 23 Decreto, approvando o regulamento do serviço de saude naval. 362
- 23 Decreto, fazendo duas alterações á pauta aduaneira mandada adoptar nos portos do districto de Cabo Delgado por decreto de 2 de setembro. 390
- 23 Portaria, auctorisando que sejam ainda arrematados para o anno de 1887 os dizimos nos diversos concelhos do estado da India, com excepção do de Salsete. 391
- 28 Officio (da direcção geral dos correios), approvando, para ter effeito provisorio, a resolução, tomada pela junta da fazenda da provincia de Angola, de ser abonada a percentagem de 5 por cento aos vendedores de sellos. 391
- 31 Portaria, mandando comunicar á «*The west of India guaranteed railway company*» que lhe é concedida a prorrogação do prazo para o acabamento do caminho de ferro de Mormugão, até 1 de março de 1888. 391
- 31 Portaria, approvando a do governador geral de Cabo Verde, n.º 352, de 4 de dezembro, que facultou o pagamento, em doze prestações, das contribuições directas devidas até 31 de dezembro de 1885. 391

COLLECÇÃO

DA

LEGISLAÇÃO NOVISSIMA

DO

ULTRAMAR

JANEIRO—1886

Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. — Foi presente a s. ex.^a o ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar, o officio de v. ex.^a n.º 486 de 9 de dezembro ultimo, solicitando a approvação superior para a portaria provincial n.º 487 de 5 de novembro de 1885, pela qual foram designados os materiaes de construcção, a que permite livre entrada o decreto de 27 de dezembro de 1877.

O mesmo ex.^{mo} ministro encarrega-me de communicar a v. ex.^a que dá plena approvação á providencia adoptada na referida portaria provincial.

Deus guarde a v. ex.^a Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, 5 de janeiro de 1886. — Ill.^{mo} e ex.^{mo} sr. governador geral da provincia de Angola. — Pelo director geral, *M. E. Lobo de Bulhões*.

PORTARIA N.º 487, A QUE SE REFERE O OFFICIO SUPRA

Considerando, que convem interpretar as pautas sempre pela fórma que mais favoravel for ao contribuinte, sem que valham argumentações de suppostos prejuizos da fazenda, que tem mais do que um meio indirecto de prover ás deficiencias do seu orçamento, sem vexame para o contribuinte, ou resoluções arbitrarías, que affectem os seus interesses legitimos;

Considerando, quanto convem animar por toda a parte as construcções rapidas, e a facilidade de abrigos amplos e hygienicos, aos que, apesar de terem uma existencia provisoria na provincia, não deixam por isso de ser auxiliares proficuos do seu progresso, tanto moral como material;

Considerando, que a circumstancia de ser, um determinado artigo de consumo, genero

de commercio, não pôde influir na letra expressa a lei, que lhe dê a entrada livre; assim como não pôde ser argumento acceptavel para taxar um genero a circumstancia de que, se pagasse direitos, melhores seriam as condições dos empregados fiscaes, cujas necessidades o governo tem de attender por lei especial, e não na interpretação da pauta;

Tendo em consideração o que me foi indicado pelo chefe do concelho do Ambriz, e a consulta da commissão de pautas de 26 de setembro do corrente anno, com a qual inteiramente concordo:

Hei por conveniente determinar que, para o effeito da entrada livre no Ambriz, de materiaes de construcção, determinada pelo decreto de 27 de dezembro de 1877, e portaria provincial n.º 290, de 1 de junho do corrente anno, approvada pela regia portaria n.º 202 de 27 de julho, se devem considerar como taes: a cal, telha, tijollo, madeira de construcção, columnas de ferro, cantaria, pregaria, feixos, fechaduras, feltro e vidros em chapa.

As auctoridades e mais pessoas, a quem o conhecimento d'esta competir, assim o tenham entendido e cumpram.

Palacio do governo em Loanda, 5 de novembro de 1885. — *Francisco Joaquim Ferreira do Amaral*, governador geral.

Tendo a « The West African Telegraph Company » limited, solicitado ser auctorizada a transferir para a « The African Direct Telegraph Company » limited, o cabo telegraphico submarino já collocado entre S. Vicente e S. Thiago, e entre este ultimo ponto e a costa occidental de Africa, proximo de

Bathurst, e hayendo esta ultima companhia declarado acceitar aquella transferencia, com todas as clausulas do contrato de 5 de junho do corrente anno, que lhe são applicaveis:

Hei por bem auctorisar a mencionada transferencia com as seguintes condições:

1.^a A companhia «The African Direct Telegraph» obrigar-se-ha a fazer nos despachos officiaes que transitarem pelos cabos acima mencionados a redução de 50 por cento sobre preços fixados, de accordo com o contrato de 5 de junho do corrente anno;

2.^a O governo ficará desobrigado de pagar o aluguer da estação de S. Vicente e o vencimento de dois empregados da dita estação, a que tinha de satisfazer, na conformidade do artigo 15.^o do referido contrato, quando o serviço respectivo deixar de ser feito em uma estação especial e for reunido com o de outra companhia, devendo n'esse caso ficar reduzido a 6:750\$000 réis o computo do rendimento bruto a que se refere o § 2.^o do mencionado artigo;

3.^a A transferencia de que se trata só se tornará definitiva quando a «West African Telegraph Company» houver sido auctorizada a amarrar em Bathurst os cabos que se dirigem de S. Thiago e do Senegal á costa occidental de Africa;

4.^a Tornada effectiva a transferencia, com acceitação e cumprimento das condições precedentes por parte da «The Direct Telegraph Company» limited, ficará esta obrigada, na conformidade da lei de 22 de junho de 1867, a solicitar, pelo ministerio das obras publicas, a auctorisação necessaria para realizar operações em Portugal, sem o que igualmente se não considera effectiva esta transferencia.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar.

Paço, em 7 de janeiro de 1886. — REI. — *Manuel Pinheiro Chagas.*

Circular. — Estabelecendo os artigos 21.^o, 45.^o, 64.^o, 65.^o, 73.^o, 129.^o e 130.^o do regulamento do imposto do sêllo, publicado no *Diario do governo* n.^o 294 de 29 de dezembro ultimo, preceitos cujo conhecimento interessa aos habitantes de todas as terras da monarchia, independentemente da execução do mencionado regulamento nas provincias ultramarinas que ainda não foi determinada: manda Sua Magestade El-Rei, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, que o governador geral da provincia

de Cabo Verde, para o alludido fim, faça publicar os referidos artigos no *Boletim official* d'aquella provincia.

Paço, em 28 de janeiro de 1886. — *Manuel Pinheiro Chagas*

Artigos do regulamento do imposto do sêllo, publicado no «*Diario do governo*» n.^o 294 de 29 de dezembro ultimo, e a que se refere a portaria supra

Artigo 21.^o As estampilhas admittidas por este regulamento serão dos valores de 10, 20, 30, 40, 50, 60, 100, 200, 300, 400, 500, 600, 700, 800, 900, 1\$000, 2\$000, 3\$000, 4\$000, 5\$000, 6\$000, 7\$000, 8\$000 e 9\$000 réis, e d'aquelles que o governo annunciar, bem como do formato e cores que elle determinar. Serão estampadas na repartição do sêllo na casa da moeda.

§ unico. Nas ilhas dos Açores e no ultramar, as estampilhas serão do mesmo modelo, dimensão e valores, mas todas de cores especiaes, e não poderão ser applicadas no continente do reino.

Art. 45.^o As letras destinadas para a venda nas ilhas dos Açores, Madeira e ultramar, terão impressa no alto a designação Açores, Madeira ou ultramar, e não podem ser empregadas em saques effectuados no continente do reino, nem as dos Açores no ultramar e vice-versa.

Art. 64.^o Os cheques, quer sejam ao portador e á vista, quer a favor de designada pessoa sem designação de praso de vencimento, quer ao portador ou em favor de designada pessoa com designação de praso de vencimento, serão sellados previamente na casa da moeda pela fôrma prescripta no artigo 67.^o

§ unico. Quando sejam passados sobre praças do estrangeiro ou de possessões ultramarinas, podem ser sellados do mesmo modo, ou somente por meio de estampilha.

Art. 65.^o Os cheques passados em possessões ultramarinas onde esteja estabelecido imposto de sêllo e ahi o tiverem pago, não são sujeitos a outro sêllo; mas se a sua taxa legal for inferior á que lhes corresponde no continente do reino e ilhas adjacentes em que os ditos cheques deverem ser indossados ou pagos, d'elles se pagará por meio de verba a differença entre o sêllo que for devido e o que tiverem pago.

Art. 73.^o As letras ou papeis commerciaes sacados ou passados em paiz estrangeiro ou nas possessões ultramarinas, onde

Capacete—Branco, como o actual, tendo o laco de couro com as cores nacionaes. Para o grande uniforme usa-se com-tetra e grilhão; para o pequeno uniforme com o ventilador e correa de cabedal branco; em occasiões de chuva usar-se-lia o capacete coberto com uma capa de oleado branco. O laco nacional, circular, e collocado de modo que o extremo do raso superior da chapra coincida com o centro do laco.

Piano de uniformes para o regimento de infantaria de ultramar e guardanhões das províncias ultramarinas, a que se refere o decreto desta data.

Hei por bem approvar e decretar o plano de uniformes para o regimento de infantaria de ultramar e guarnições das provincias ultramarinas, que n'esta data baixa assignado pelo ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar.

O mesmo ministro e secretario d'estado assim o tenha entendido e faça executar.

Pago, em 28 de janeiro de 1886. — *Rei.* — *Manuel Pinheiro Chagas.*

§ 2.º O imposto é devido pelo comprador, e será cobrado pelo correitor ou individuo que presidir á bolsa ou bolsim, antes de se utilizar a transacção, pela forma determinada n'este artigo.

§ 3.º Quando seja ultimada a transacção antes do pagamento da contribuição, respondem solidariamente por este pagamento o comprador e o correitor ou o individuo que presidir á bolsa ou bolsim.

§ 4.º Os corretores ou individuos, que presidirem ás bolsas particulaes ou bolsims, são obrigados a representar os seus cadernos manuaes aos competentes empregados fiscaes, quando elles forem exigidos. Recusando-se, serão multados, e punidos como desobedientes, nos termos do artigo 188.º do código penal.

§ 5.º As diligencias e inspecções a que se refere o paragrapho antecedente são extensivas, na parte applicavel, as disposições do artigo 156.º d'este regulamento.

do lado esquerdo, de metal amarelo; os canhões avivados de panno encarnado, nos hombros platinas de lã encarnada, entrançada, como as dos casacos de infantaria do exercito, para distinctivo do grande uniforme, e de panno da mesma côr da jaqueta, avivadas de encarnado, para pequeno uniforme, com a letra U e o numero do respectivo batalhão em cada uma.

A platina segura-se por meio de uma correia, que se introduz em uma passeadeira junta á costura do pregado da manga, e um colchete de 0^m,02 pregado na parte inferior da platina, que se introduz em uma passeadeira comprida collocada a 0^m,02 de distancia da gola, depois de passar por um orificio aberto quasi no extremo da correia.

Jaleco de policia—De brim cru, como o de infantaria do exercito, tendo na gola um U do lado direito e o numero do respectivo batalhão do lado esquerdo, de panno preto.

Calças—As de panno, côr de pinhão, como as de infantaria do exercito, e as brancas como as que actualmente se usa no regimento para serviço de verão, quer de grande, quer de pequeno uniforme. Alem d'estas cada praça tem um par de calças de brim cru para serviço de policia e de marchas.

Barrete—Como o de infantaria do exercito com o numero do respectivo batalhão.

Capote—Como o de infantaria do exercito, tendo na gola do lado direito um U e do lado esquerdo o numero do respectivo batalhão, de panno preto.

Botins—Como os que estão actualmente adoptados no regimento, devendo o cano ter mais 0^m,4 de altura e dois botões em vez de um, á distancia de 0^m,12 um do outro.

Gravata—Como a que está adoptada no regimento.

Officiaes inferiores, cabos, artifices,
mestres e contramestres de corneteiros
e corneteiros

O mesmo uniforme dos soldados, tendo os distinctivos e divisas que estão designados para iguaes individuos de infantaria do exercito, devendo os officiaes inferiores usar collarinho direito branco, subindo sobre a gravata 0^m,005 e botões de corôa na jaqueta e capote, como actualmente está determinado no regimento.

Officiaes

Capacete—Branco, como o actual, tendo o laço nacional de seda; para o grande uniforme usa-se de ponteira e grillhão; para o pequeno uniforme, ventilador e correia de

cabedal branco; em occasião de chuva será o capacete coberto com capa de oleado branco.

O laço nacional é collocado como fica determinado para os soldados.

Dolman—Como o de infantaria do exercito, mas com platinas de metal doirado, pelo modelo das dos casacos da mesma infantaria, as quaes só se usam de grande uniforme: e de seda preta, do mesmo modelo, para pequeno uniforme.

Na gola o emblema é de metal doirado, tendo por cima das espingardas um U de prata.

Banda—Como a de infantaria do exercito para dolman, mas sómente se usa de grande uniforme, a tiracollo, da direita para a esquerda.

Barrete—Como o de infantaria do exercito, sendo, porém, o emblema de metal doirado, ao centro do qual se adapta um U de prata, e pela parte superior d'este distinctivo se colloca o numero do respectivo batalhão, tambem de prata.

Os officiaes da 1.^a divisão têm uma corôa, em logar do numero, tanto no barrete como no capacete.

Calças—As de panno, como as de infantaria do exercito, e as brancas, como as que actualmente se usa no regimento para serviço de verão, quer de grande, quer de pequeno uniforme.

Calças de brim cru para serviço de quartel e de marchas.

Espada, talim, fiador e revolver—A espada, de bainha de ferro como a que actualmente se usa no regimento, segura por talim de francaletes; talim de couro branco sem verniz, como está determinado no boletim militar do ultramar n.º 7 de 4 de julho de 1884; fiador de tecido de algodão branco, como o dos officiaes de artilheria e cavallaria do exercito; revolver, do actual modelo, mettido em estojo com francaletes suspensos no cinto do talim, como está determinado para a infantaria do exercito.

O talim aperta na cintura por baixo do dolman.

É permittido aos officiaes o uso de espadas do modelo para a infantaria do exercito, fóra dos actos de serviço.

Luvas—De pelle de castor para grande uniforme e de algodão branco para pequeno uniforme.

Fóra dos actos de serviço é permittido o uso de luvas pretas, de pellica ou de seda.

Capote—Como o de infantaria do exercito.

Gravata—Como a que está determinada para o exercito.

Os uniformes dos officiaes superiores e ajudantes, no que respecta a capote, calças, polainas, esporas e pasta, têm as modificações determinadas para iguaes artigos dos mesmos officiaes de infantaria do exercito.

Officiaes não combatentes
Cirurgiões mores e ajudantes

Capacete, barrete, dolman, platinas, calças, capote, polainas, talim, espada, fador, luvas e banda, como as dos officiaes montados do regimento, tendo as seguintes alterações: gola e camhões de velludo carmezim, vivo e listas de panno carmezim. Bolsa de curativo, como a determinada para o exercito do reino.

Capellães

O uniforme que está em uso.
É permitido aos officiaes do regimento de infantaria de ultramar o uso de dolmans de linho ou algodão branco, fora dos actos do serviço, nas possesões ultramarinas em que se acharem destacados, tendo os distinctivos designados no boletim militar do ultramar n.º 12 de 3 de dezembro de 1881.

EXERCITO COLONIAL
Artilheria
Soldados

Capacete—Branco, como o actual, tendo o laço de couro com as côres nacionaes. Para o grande uniforme usa-se com ponleira e grilhões, para o pequeno uniforme com o ventillador e correia de cabedal branco. Em occasiões de chuva usar-se-ha o capacete coberto com uma capa de oleado branco. O laço nacional, circular, é collocado de modo que o extremo do raio superior da chapa coincida com o centro do laço. *Jaqueta*—De panno côr de pinhão, com as dimensões e feito determinados para o regimento de infantaria do ultramar, com as seguintes alterações: na gola uma granada de metal amarello de cada lado e as platinas de panno com uma granada de panno encarnado em cada uma. *Jaleco de policia*—De brim cru, como neste plano e determinado para o regimento de infantaria do ultramar, tendo na gola uma granada de panno preto de cada lado da abertura. *Calças*—As de panno, côr de pinhão, como as do regimento de infantaria do ultramar, e as brancas como as que actualmentemente se usa no mesmo regimento para

serviço de verão, quer de grande, quer de

pequeno uniforme.

Além destas cada praça tem um par de calças de brim cru para serviço de policia e de marchas.

Barrete—Como por este plano é determinado para o regimento de infantaria do ultramar, tendo em logar uma lista de panno encarnado de 0^m,022 de largura, sendo substituido o numero por uma granada de metal amarello. *Capote*—Como o do regimento de infantaria do ultramar, tendo na gola granadas de panno preto. *Botins*—Como os que por este plano são determinados para o regimento de infantaria do ultramar. *Gravata*—Como a do regimento de infantaria do ultramar.

Officiaes inferiores, cabos e corneteiros

O mesmo uniforme dos soldados, tendo os distinctivos e divisas que estão designados para iguaes individuos do regimento de infantaria do ultramar.

Officiaes

Capacete—Branco, como o actual, tendo o laço nacional, de seda; para o grande uniforme usa-se ponteira e grilhões; para o pequeno uniforme, ventillador e correia de cabedal branco. Em occasiao de chuva será o capacete coberto com capa de oleado branco. O laço nacional é collocado como fica determinado para os soldados. *Dolman*—Como o que por este plano é determinado para o regimento de infantaria do ultramar e usado nas mesmas circunstancias, tendo na gola granadas de metal do lado. *Banda*—Como a do regimento de infantaria do ultramar e usada nas mesmas circunstancias. *Barrete*—Como o que por este plano é determinado para o regimento de infantaria do ultramar, sendo substituido o emblema de metal amarello de cada lado da abertura, quer de grande, quer de pequeno uniforme. *Calças*—As de panno, como as do regimento de infantaria do ultramar, e as brancas, como actualmentemente se usa no mesmo regimento para serviço de verão, quer de grande, quer de pequeno uniforme. *Calças de brim cru* para serviço de quartel e de marchas. *Espada, talim, fador, revolver, luvas, gravata e capote*—Como por este plano vae de-

terminado para o regimento de infantaria do ultramar.

Batalhões de caçadores

Soldados

Capacete—Branco, conforme o modelo adoptado actualmente, tendo o laço com as cores nacionaes, de couro; de grande uniforme, usar-se-ha ponteira e grilhão; de pequeno uniforme, ventilador e correia de cabedal branco; em occasiões de chuva é o capacete coberto com capa de oleado branco.

O laço nacional é collocado sob a chapa, do modo determinado para o regimento de infantaria do ultramar.

Jaqueta—De panno côr de pinhão, conforme o modelo adoptado para os regimentos de caçadores do exercito do reino, tendo as seguintes alterações:

Nos hombros platinas de cordão de lã verde, pelo modelo determinado para o regimento de infantaria do ultramar, as quaes se usam de grande uniforme; e de panno da mesma côr da jaqueta, avivadas de preto, para uso de pequeno uniforme.

A gola, de panno preto, tem o numero do respectivo batalhão, de metal amarello de um e outro lado da abertura.

Jaleco de policia—De brim cru, pelo modelo do do regimento de infantaria do ultramar, tendo na gola o numero do batalhão, de panno preto.

Calças—De panno igual ao da jaqueta, avivadas de panno preto nas costuras exteriores, como as de caçadores do exercito do reino.

Na estação calmosa as calças são de brim branco, de grande ou de pequeno uniforme.

Para serviço de fachinas e de marchas usa-se a calça de brim cru.

Barrete—Como o do regimento de infantaria do ultramar, sendo os vivos pretos.

Capote—Como o do regimento de infantaria do ultramar, tendo a carcella preta e o numero do batalhão de panno verde.

Calçado—Botins, como os do regimento de infantaria do ultramar, para uso ordinario nas povoações.

É permittido nas marchas o uso de sandalias.

Officiaes inferiores, cabos, artifices, mestres e contramestres de corneteiros, corneteiros e musicos

O mesmo uniforme dos soldados, com as divisas e distinctivos dos de caçadores do exercito do reino, nos casacos; devendo os officiaes inferiores usar collarinho direito

branco, conforme os do regimento de infantaria do ultramar.

Officiaes

Capacete—Branco, conforme o modelo adoptado para as tropas do ultramar, tendo o laço com as cores nacionaes, de seda; de grande uniforme, usa-se com ponteira e grilhão; de pequeno uniforme, com ventilador e correia de cabedal branco; em occasiões de chuva é o capacete coberto com capa de oleado branco.

O laço nacional é collocado sob a chapa, como fica determinado para os soldados.

Dolman—De panno côr de pinhão, como o do regimento de infantaria do ultramar, sendo, porém, a gola de panno preto; platinas como as do referido regimento e usadas nas mesmas circumstancias.

Os emblemas da gola, como os do mesmo regimento.

Calças—As de panno, da mesma côr do dolman, avivadas de preto nas costuras exteriores, como as dos soldados.

Na estação calmosa as calças são de brim branco, quer de grande, quer de pequeno uniforme; para serviço do quartel e de marchas as calças são de brim cru.

Barrete—Como o que está determinado para os officiaes do regimento de infantaria do ultramar, sendo os vivos e botões pretos.

Capote—Como o dos officiaes do regimento de infantaria do ultramar, sendo as carcellas pretas.

Banda—Como a dos officiaes do regimento de infantaria do ultramar, e para ser usada nas mesmas circumstancias.

Espada—Como a que está determinada para o regimento de infantaria do ultramar.

Talim—De couro branco, sem verniz, como o que por este plano é determinado para o regimento de infantaria do ultramar.

O revolver é suspenso do talim, como fica determinado para os officiaes do mesmo regimento.

Fiador, luvas e gravata—Como os que por este plano são determinados para os officiaes do regimento de infantaria do ultramar.

Officiaes superiores e ajudantes

Os mesmos uniformes dos officiaes de fileira, com as alterações determinadas para iguaes officiaes do regimento de infantaria do ultramar, no que diz respeito a capote, pasta, polainas de couro e esporas, tendo as calças listas pretas.

Officiaes não combatentes

Cirurgiões mores e ajudantes e capellães

O mesmo uniforme que está determinado para iguaes individuos do regimento de infantaria do ultramar.

Quarteis mestres

O mesmo uniforme dos officiaes de fiação, com a differença de que os canhões não são angulares e as calças não têm vivos.

E facultativo aos officiaes o uso de dolmans de linho ou algodão branco, fora dos actos do serviço, nas respectivas provincias em que estiverem de guarnição, com os distinctivos autorisados por este plano para os officiaes do regimento de infantaria do ultramar.

Officiaes em commissão

O mesmo uniforme dos officiaes do corpo em que servirão, tendo nas calças de panão, em logar de vivos, duas listas, como vae designado para os officiaes montados dos corpos, e substituindo nos capacetes e barretes o numero do corpo por uma corda.

Corpos e companhias de policia das provincias ultramarinas e companhias de infantaria do districto de Timor

Soldados

Capacete—Branco, do modelo geral para o ultramar; de ponteira e grilhão para o grande uniforme; de ventilador e correia de cabedal branco para pequeno uniforme; coberto com capa de oleado branco em occasiões de chuva.

Casaco.—De panão azul ferrete, largo, abotoado com seis botões de metal amarello, com presilhas na cintura para segurar o cinto; gola direita de uso; gola direita de panão encarnado, arredondada nos angulos da abertura, com 0^m,03 de altura; em cada lado da gola as iniciaes que em cada corpo estão actualmente adoptadas.

Platinas—De la encarnada, conforme o modelo determinado para as praças do regimento de infantaria do ultramar, para uso de grande uniforme; e de panão da mesma cor do casaco, avivadas de panão encarnado, para pequeno uniforme.

Jaleco de policia—De brim cru, como o de infantaria do exercito, tendo na gola as iniciaes do corpo respectivo, de panão preto.

Calças

De panão preto, avivadas nas costuras exteriores de panão encarnado.

Na estação calmosa as calças são de brim branco.

Para serviço interno dos quartéis usa-se a calça de brim cru e para marchas igualmente.

Barrete—De panão azul ferrete, como o que actualmente está em uso nos corpos de policia das provincias ultramarinas.

Capote—Como o do regimento de infantaria do ultramar.

Calçado—Botins, como o do regimento de infantaria do ultramar, determinados por este plano.

Officiaes

Capacete—Branco, do modelo geral para o ultramar.

Usa-se nas mesmas condições determinadas por este plano para o regimento de infantaria do ultramar. O emblema é o que está em uso no respectivo corpo.

Dolman—Como o que por este plano é determinado para o regimento de infantaria do ultramar, mas de panão azul ferrete.

Barrete—Como o do regimento de infantaria do ultramar, tendo no emblema as iniciaes do corpo respectivo, entrelaçadas, em logar das espingardas.

Calças—De panão preto, avivadas de panão encarnado nas costuras exteriores.

Na estação calmosa usa-se calça de brim branco, e para serviço de quartel e marchas, de brim cru.

Banda, espada, talim, fador, revolver, luvas, gravata e capote—Tudo como por este plano é determinado para o regimento de infantaria do ultramar.

Os uniformes dos officiaes superiores, ajudantes e cirurgiões têm as mesmas differenças que estão determinadas para iguaes individuos do regimento de infantaria do ultramar, com excepção da cor do panão dos dolmans, barretes e calças, que são da mesma cor determinada para os officiaes e praças de pret.

Officiaes não combatentes

Cirurgiões mórbs e ajudantes e capellães

O mesmo uniforme que está determinado para iguaes individuos do regimento de infantaria do ultramar.

Quarteis mestres

O mesmo uniforme dos officiaes de fletira, com a differença de que os canhões não são angulares e as calças não têm vivos.

E facultativo aos officiaes o uso de dolmans de linho ou algodão branco, fora dos actos do serviço, nas respectivas provincias em que estiverem de guarnição, com os distinctivos autorisados por este plano para os officiaes do regimento de infantaria do ultramar.

Officiaes em commissão

O mesmo uniforme dos officiaes do corpo em que servirão, tendo nas calças de panão, em lugar de vivos, duas listras, como vae designado para os officiaes montados dos corpos, e substituindo nos capaceles e barretes o numero do corpo por uma corda.

Corpos e companhias de policia das provincias ultramarinas e companhias de infantaria do districto de Timor

Soldados

Capacete—Branco, do modelo geral para o ultramar; de ponteira e grilhão para o grande uniforme; de ventilador e correia de cabedal branco para pequeno uniforme; coberto com capa de oleado branco em occasiões de chuva.

Na chapa tem as iniciaes do corpo a que pertence, como está determinado, de metal branco.

Casaco.—De panno azul ferrete, largo, abotoado com seis botões de metal amarello, com presilhas na cintura para segurar o cinturão, como está em uso; gola direita de panno encarnado, arredondada nos angulos da abertura, com 0^m,03 de altura; em cada lado da gola as iniciaes que em cada corpo estão actualmente adoptadas.

Platinas—De lá encarnada, conforme o modelo determinado para as praças do regimento de infantaria do ultramar, para uso de grande uniforme; e de panno da mesma cor do casaco, avivadas de panno encarnado, para pequeno uniforme.

Jaqueco de policia—De brim cru, como o de infantaria do exercito, tendo na gola as iniciaes do corpo respectivo, de panno preto.

Officiaes

Calças—De panno preto, avivadas nas costuras exteriores de panno encarnado.

Na estação calmosa as calças são de brim branco.

Para serviço interno dos quartéis usa-se a calça de brim cru e para marchas igualmente.

Barrete—De panno azul ferrete, como o que actualmente está em uso nos corpos de policia das provincias ultramarinas.

Capote—Como o do regimento de infantaria do ultramar.

Calçado—Botins, como o do regimento de infantaria do ultramar, determinados por este plano.

Em marcha é permitido o uso de sandalias.

Officiaes inferiores, cabos, artífices mestres e contramestres de corneteiros corneteiros e musicos

O mesmo uniforme dos soldados, com as divisas e distinctivos determinados para os regimentos de infantaria do exercito do reino, nos casacos, devendo os officiaes inferiores usar collarinho direito branco e botões de corda, conforme os do regimento de infantaria do ultramar.

Officiaes

Capacete—Branco, do modelo geral para o ultramar.

Usa-se nas mesmas condições determinadas por este plano para o regimento de infantaria do ultramar. O emblema é o que está em uso no respectivo corpo.

Dolman—Como o que por este plano é determinado para o regimento de infantaria do ultramar, mas de panno azul ferrete.

Barrete—Como o do regimento de infantaria do ultramar, tendo no emblema as iniciaes do corpo respectivo, entrelaçadas, em lugar das espingardas.

Calças—De panno preto, avivadas de panno encarnado nas costuras exteriores.

Na estação calmosa usa-se calça de brim branco, e para serviço de quartel e marchas, de brim cru.

Banda, espada, talim, fador, revolver, luvas, gravata e capote—Tudo como por este plano é determinado para o regimento de infantaria do ultramar.

Os uniformes dos officiaes superiores, ajudantes e cirurgiões têm as mesmas differenças que estão determinadas para iguaes individuos do regimento de infantaria do ultramar, com excepção da cor do panno dos dolmans, barretes e calças, que são da mesma cor determinada para os officiaes e praças de pret.

É permittido aos officiaes o uso de dolmans de linho ou algodão branco, nas mesmas circumstancias designadas para o regimento de infantaria do ultramar.

Todos os officiaes em effectividade usam, quando de serviço, como distinctivo, a gola de metal dourado, como actualmente usa a infantaria do exercito.

Companhias de saude

O mesmo uniforme que por este plano é determinado para o regimento de infantaria do ultramar, com a differença de que a gola e vivos são de panno azul claro, os emblemas do capacete, barrete e gola são designados pelas letras de metal amarello C. S., e as divisas dos officiaes inferiores e cabos são tambem de panno azul.

Reformados

Praças de pret

Usarão os uniformes das praças de pret do regimento de infantaria do ultramar, com excepção das platinas de cordão, substituindo nas golas e vivos a côr encarnada pela branca. Os barretes serão iguaes aos que actualmente usam, mas da côr da jaqueta, sendo, porém, avivados de branco e com o emblema que está adoptado.

Os distinctivos dos officiaes inferiores e cabos são collocados nas mangas pelo mesmo

modo e no mesmo logar que vão determinados para o regimento de infantaria do ultramar.

As praças que fizerem parte do estado menor dos corpos do ultramar, como artifices, e assim tambem os corneteiros, conservarão depois de reformados, os primeiros, os emblemas correspondentes á classe em que terminaram o serviço no ultramar, e os segundos, o galão de lã guarnecendo a gola e canhões. Qualquer que fosse a arma em que servissem, este galão é de lã amarella.

Aquelles que obtiveram outros distinctivos, como os que designam o numero de annos empregados na effectividade de serviço, continuam a fazer uso d'elles.

Officiaes

Os officiaes reformados em general de brigada usarão o mesmo uniforme que os do exercito de Portugal.

Todos os mais officiaes que se reformarem no posto de alferes até coronel, usarão dos uniformes dos corpos em que terminaram o serviço effectivo, com as seguintes modificações:

1.º O barrete terá os vivos brancos, substituindo o emblema da arma pela letra R;

2.º A gola e canhões do dolman serão avivados de panno branco;

3.º As calças não terão vivos nem listas.

Secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, em 28 de janeiro de 1886. — *Manuel Pinheiro Chagas.*

FEVEREIRO

Sua Magestade El-Rei, a quem foi presente a portaria provincial, n.º 407 de 29 de setembro de 1885, do governo geral do Estado da India portugueza, permittindo a exportação, pela alfandega do districto de Diu, de espiritos nativos fabricados no mesmo districto, quando sejam despachados em expedição e viagem directa para portos fóra da India portugueza ou ingleza: ha por bem approvar a referida portaria provincial; o que, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, se communica ao governo geral da India portugueza para os devidos effeitos.

Paço, em 1 de fevereiro de 1886. — *Manuel Pinheiro Chagas.*

PORTARIA PROVINCIAL, A QUE SE REFERE A REGIA
PORTARIA SUPRA

Tendo o governo da India britannica concordado em que o regimen do commercio

dos espiritos nativos no districto de Diu, seja alterado, com respeito á exportação dos mesmos espiritos, de modo que se faculte ao trafico a maxima liberdade compativel com a reclamada segurança de isenção de prejuizo para o fisco inglez, garantida pelo artigo 13.º do tratado de 26 de dezembro de 1878: em nome de s. ex.ª o governador geral, hei por conveniente declarar e determinar o seguinte:

1.º É permittida a exportação pela alfandega do districto de Diu, de espiritos nativos fabricados no mesmo districto, uma vez que sejam despachados em expedição e viagem directa para portos fóra da India ingleza ou portugueza.

2.º Continúa prohibida a exportação de espiritos nativos, com destino aos portos da India ingleza ou portugueza.

3.º O exportador de espiritos nativos assignará, previamente á exportação, termo de

4.º Quando a abonação pessoal do exportador não seja reputada sufficiente pela alfândega do districto, exigir-se-ha nova e completa abonação.

As autoridades e mais pessoas, a quem o conhecimento e execução d'esta competeir, assim o tenham entendido e cumpram.

Palacio do governo geral em Pangim, 29 de setembro de 1885. — O secretario geral, *José Maria Teixeira Guimarães*.

fiança, pelo qual se obrigue a apresentar na alfândega do districto, dentro do prazo máximo de quatro mezes, um documento da alfândega destinataria, demonstrando a chegada ali dos espiritos expedidos na mesma quantidade e circumstancias, em que saíram da alfândega de Din, sob pena de multa igual ao dobro dos direitos de importação que no districto caberiam ao mesmo artigo, segundo a sua quantidade e qualidade.

Dom Luiz, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, de aquém e de além mar em Africa, Senhor de Guiné e da conquista, navegação e commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e da India, etc.

Faço saber aos que a presente carta de confirmação e ratificação virem, que aos 17 dias do mez de maio de 1884 se concluiu e assignou, em Lisboa, entre mim e o presidente da Republica da Africa Meridional, pelos respectivos plenipotenciarios, munidos dos competentes plenos poderes, uma convenção suppletoria ao tratado de amizade e commercio de 11 de dezembro de 1875, para melhorar as relações commerciaes entre os dois paizes, e cujo teor é o seguinte:

Sua Magestade El-Rei de Portugal e dos Algarves e Sua Excellencia o Presidente da Republica da Africa Meridional, tendo concordado na conveniencia de introduzir no tratado de amizade e commercio de 11 de dezembro de 1875 e no protocollo de igual data algumas modificações tendentes a melhorar as relações entre os dois paizes, e, em especial, a facilitar a construção e exploração do caminho de ferro que deve ligar a provincia de Moçambique a Pretoria, resolveram celebrar uma convenção suppletoria ao mesmo tratado e nomearam para este fim por seus plenipotenciarios, a saber: Sua Magestade El-Rei de Portugal e dos Algarves ao sr. Eduardo Montalvar Barreiros, director dos consulaes e dos negocios commerciaes no ministerio dos negocios estrangeiros; Sua Excellencia o Presidente da Republica da Africa Meridional ao sr. Leão Neerlandez, doutor em direito, cavalleiro de honra da Ordem do Leão Neerlandez; Os quaes, depois de se haverem reconhecido reciprocamente autorisados a celebrar este acto, convieram nos artigos seguintes:

Artigo 1.º As disposições dos artigos 7.º, 8.º, 9.º e 10.º do tratado de 11 de dezembro de 1875 vigorarão por todo o tempo da existência da Africa Meridional para a construção e exploração do caminho de ferro da fronteira portugueza a Pretoria.

Artigo 1.º De bepalingen van de artikelen 7, 8, 9 en 10, van het Tractaat van 11

december 1875, zullen van kracht blijven voor den geheelen tyd van de concessie, van de Zuid Afrikaansche Republiek, voor den bouw en de exploitatie van den spoorweg van de Portugeesche grens naar Pretoria.

Fica, todavia, entendido que, se essa concessão houver sido feita por um periodo superior a noventa e nove annos, ficará o praso para as mesmas disposições vigorarem limitado aos noventa e nove annos, a contar do 1.º de fevereiro de 1883.

Art. 2.º Quanto á elevação dos direitos de importação de 3 por cento a 6 por cento, mencionada no artigo 8.º do mesmo tratado, fica entendido que, se o governo portuguez não conceder subsidio para o caminho de ferro de Lourenço Marques á fronteira da Republica, outros melhoramentos que aproveitem ao commercio dos dois paizes não serão tidos em conta para esta elevação de direitos, senão quando esses melhoramentos tenham sido realisados segundo um plano geral e completo que houver sido communicado ao governo da Republica, o qual poderá apresentar as suas observações ao governo portuguez, dentro do praso de seis mezes.

Art. 3.º Fica substituido o artigo 11.º do mesmo tratado pelas disposições dos artigos 42.º, 43.º, 44.º, 45.º, 46.º, 47.º e 48.º da pauta das alfandegas de Moçambique, promulgada por decreto de 30 de julho de 1877.

Art. 4.º Fica entendido que todas as facilidades, vantagens e favores concedidos a um terceiro paiz quanto ao transito ficam comprehendidos no tratamento da nação mais favorecida estipulado no artigo 14.º do dito tratado.

Art. 5.º O governo da Republica da Africa Meridional declara que concede todas as facilidades ao governo portuguez, em conformidade com as leis da Republica, para a construcção de um caminho de ferro, que, de um ponto a determinar do caminho de ferro de Lourenço Marques a Pretoria, se dirija ao território portuguez ao norte de Limpopo.

Art. 6.º A importação livre de direitos de todo o material fixo e circulante destinado á construcção e exploração do prolongamento da linha ferrea no território da Republica da Africa Meridional, a que se refere o protocollo de 11 de dezembro de 1875, annexo ao tratado da mesma data, será permittida por um praso de tempo igual ao fixado no artigo 1.º d'esta convenção para os artigos 7.º a 10.º do tratado, e comprehenderá o material fixo e circulante, machinas e ferramentas de qualquer genero destinadas á construcção e exploração do caminho de ferro da fronteira a Pretoria e seus ramaes.

Art. 7.º Sua Magestade El-Rei de Portugal obriga-se a fazer concessão igual á men-

Het blyft echter verstaan, dat indien deze concessie zal verleend worden, voor een tydverloop langer dan negen en negentig jaren, het tydverloop gedurende hetwelk deze zelfde bepalingen van kracht blyven, beperkt zal worden tot 99 jaren te rekenen van den 1^{en} Februari 1883.

Art. 2. Met betrekking tot de verhooging van de rechten van invoer van 3% tot 6% vermeld in artikel 8 van hetzelfde tractaat, is er verstaan, dat indien de Regeering geen subsidie verleent voor den spoorweg van Lourenço Marques naar de grens van de Republiek, andere verbeteringen ten gunste van den handel der beide landen niet in rekening zullen worden gebracht voor deze verhooging van rechten, dan nadat deze verbeteringen zullen zyn gedaan, volgens een algemeen en volledig plan, dat medegedeeld is aan de Regeering van de Republiek, die hare opmerkingen kan te kennen geven aan de Portugeesche Regeering binnen zes maanden.

Art. 3 Artikel 11 van hetzelfde tractaat wordt vervangen door de bepalingen van de artikelen 42, 43, 44, 45, 46, 47 en 48 van het Tarief der Douanen van de provincie Mozambique, vastgesteld by Besluit van 30 juli 1877.

Art. 4 Er is verstaan, dat alle gemakken voordeelen en gunsten, toegestaan aan een derde land met betrekking tot den doorvoer, zullen begrepen zyn in de behandeling als de meest bevoorrechte natie, bepaald in artikel 14 van genoemd tractaat.

Art. 5 De Regeering van de Zuid Afrikaansche Republiek verklaart, dat zy alle gemakken toestaat aan de Portugeesche Regeering, overeenkomstig de wetten van de Republiek, voor den bouw van een spoorweg, die, van een te bepalen punt van den spoorweg van Lourenço Marques naar Pretoria, loopt naar het Portugeesche gebied ten Noorden van de Limpopo.

Art. 6 De invoer, vry van rechten voor al het vast en rollend materiëel, bestemd voor het bouwen en exploiteeren van de verlenging van den spoorweg in het gebied der Zuid Afrikaansche Republiek bedoeld by het protocol van 11 december 1875, gevoegd by het tractaat van dezelfde dagteekening, zal vergund zyn voor een tydverloop gelyk aan dat, bepaald in artikel 1 van deze overeenkomst voor de artikelen 7 tot 10 van het tractaat, en zal insluiten het vast en rollend materiëel, de machines en werktuigen van alle soort, bestemd voor den bouw en de exploitatie van den spoorweg van de grens naar Pretoria en van zyne vertakkingen.

Art. 7 Zyne Majesteit de Koning van Portugal verbindt zich, om eene gelyke concessie

cionada no artigo antecedente para todo o material fixo e circulante, para a construção e exploração de quaesquer tramways concedidos pelo governo da Republica da Africa Meridional como auxiliares da construção e exploração do caminho de ferro de Lourenço Marques a Pretoria.

Art. 8.º Esta convenção tornar-se-ha definitiva depois de se haver dado, por parte da Republica da Africa Meridional para com a Gran-Bretanha, cumprimento ao disposto no artigo 4.º do tratado de 27 de fevereiro de 1884 entre os dois paizes, e terá execução um mez depois de cumpridas as formalidades legais a que estão sujeitas as convenções d'esta natureza nos respectivos paizes.

Em fé do que os plenipotenciarios a assignaram e lhe pozeram o sello das suas armas.

Feita em Lisboa em duplicado, aos 17 de maio de 1884.

(L. S.)= *Eduardo Montufar Barreiros.*
(L. S.)= *G. J. Th. Beelaerts van Blokland.*

sie te doen als die, vermeld in het vorig artikel, voor al het vast en rollend materieel voor den bouw en de exploitatie van alle tramwegen, toegestaan door de Regeering van de Zuid Afrikaansche Republiek, als dienstig voor den bouw en de exploitatie van den spoorweg van Lourenço Marques naar Pretoria.

Art. 8 Dere overeenkomst, zal definitief worden, van het oogenblik dat van de zyde der Zuid Afrikaansche Republiek jegens Groot Britannië vervuld is, de bepaling van artikel 4 van het tractaat den 27 februari 1884 tusschen de beide landen gesloten, en yz zal in werking treden ééne maand nadat de wettelyke formaliteiten vervuld zyn, waaraan overeenkomsten van dezen aard in de wederzydsche landen onderworpen zyn.

Tot bevestiging waarvan de gevolmachtigden dere hebben geteekend en er hunne zegels op hebben afgedrukt.

Gedaan in dubbel, te Lissabon, den 17 mei 1884.

L. S. = *Eduardo Montufar Barreiros.*
L. S. = *G. J. Th. Beelaerts van Blokland.*

E sendo-me presente a mesma convenção, cujo teor fica acima inserido, e bem visto, considerado e examinado por mim tudo o que n'ella se contém, e tendo sido approvada pelas côrtes geraes, a ratifico e confirmo assim no todo como em cada uma das suas clausulas e estipulações, e pela presente a dou por firme e valida para haver de produzir o seu devido effeito, promettendo observal-a e cumpril-a invariavelmente, e fazel-a cumprir e observar por qualquer modo que possa ser.

Em testemunho e firmeza do sobredito fiz passar a presente carta por mim assignada e passada com o sello grande das minhas armas e referendada pelo ministro e secretario d'estado abaixo assignado.

Dada no paço da Ajuda, em 13 de agosto de 1885. = EL-REI, com rubrica e guarda. = *José Vicente Barbosa du Bocage.*

Sendo conveniente providenciar de modo que, sem haver prejuizo para a saude publica, os navios que forem receber carregamento no porto da ilha do Sal, da provincia de Cabo Verde, não sejam obrigados a maiores despesas com a inutilisação da sua aguada conforme está determinado na parte final do n.º 16 do artigo 40.º do regulamento geral de sanidade maritima: manda Sua Magestade El-Rei, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, que aos navios que houverem de ser submettidos a quarentena na referida ilha se permita conservarem a agua que tenham a bordo; devendo, porém, logo que fundearem, ser sellados os tanques que a contiverem, para que, durante o tempo em que estiverem fundeados, as tripulações e os individuos que communicarem com os navios nas indicadas circumstancias não fa-

çam uso da agua destinada para a viagem até áquelle porto. O que se comunica, para os effeitos convenientes, ao governador geral da mencionada provincia.

Paço, em 5 de fevereiro de 1886. = *Manuel Pinheiro Chagas.*

Tendo em vista o disposto no artigo 31.º e § unico do artigo 32.º do decreto de 24 de dezembro de 1885: havemos por conveniente fixar na quantia de 30\$000 réis, para os simples recrutados, e na de 60\$000 réis, para os refractarios ou compellidos, o preço da substituição dos recrutas da provincia no anno de 1886, sendo permittidas unicamente as substituições nos respectivos corpos depois dos mancebos terem recebido a neces-

saria instrução, na conformidade do que está prescripto no artigo 32.º da supracitada lei.

As auctoridades e mais pessoas, a quem o conhecimento d'esta competir, assim o tenham entendido e cumpram.

Palacio do governo em Loanda, 5 de fevereiro de 1886.

✠ *Antonio*, bispo de Angola e Congo. = *Adelino Anthero de Sá*, presidente da relação = *Onofre de Paiva de Andrade*, tenente coronel = *Guilherme Gomes Coelho*, secretario geral.

Determinando o artigo 63.º do contrato de 25 de setembro do anno findo, para a construção e exploração do caminho de ferro de Angola, que o concessionario ficava obrigado a constituir uma sociedade anonyma para a execução dos fins do dito contrato, devendo os estatutos ser approvados pelo governo, sem embargo da lei de 22 de julho de 1867, e provando-se pela escriptura publica assignada em 6 do corrente mez nas notas do tabellião da cidade do Porto, Tiberio Augusto Pereira Mendes, haver sido cumprida a clausula contida no mencionado artigo 63.º do contrato: hei por bem approvar os estatutos da companhia real dos caminhos de ferro através da Africa, sociedade anonyma de responsabilidade limitada, que constam de onze titulos e setenta e dois artigos, e se acham reduzidos a escriptura publica, que deverá ser publicada na conformidade da lei.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar.

Paço, em 10 de fevereiro de 1886. = *REL.* = *Manuel Pinheiro Chagas*.

Sua Magestade El-Rei, tendo tomado conhecimento do conflicto havido em 1884, na provincia de S. Thomé e Príncipe, entre o governador da mesma provincia e o ex-curador geral dos serviçaes e colonos, o bacharel Antonio Augusto Jorge Freire, que o dito governador suspendeu do exercicio e vencimentos do respectivo cargo; considerando que o referido cargo de curador geral é administrativo, e portanto comprehendido nos preceitos do artigo 12.º do decreto, com força de lei, de 1 de dezembro de 1869; tendo ouvido o parecer do procurador geral da corôa e fazenda, em conferencia: ha por bem approvar o procedimento do mencionado governador, o que, para os devidos effeitos, se lhe communica pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar.

Paço, em 17 de fevereiro de 1886. = *Manuel Pinheiro Chagas*.

Havendo chegado ao conhecimento de Sua Magestade El-Rei, que as circumstancias economicas da provincia de Cabo Verde se têm aggravado consideravelmente, e não querendo o mesmo augusto senhor que, em tal situação, os habitantes do alludido archipelago sejam molestados com a execução do regulamento para a cobrança do imposto sobre o aluguer das habitações, manda, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, suspender quaesquer trabalhos em andamento para a referida execução, aguardando opportunamente para se dar completa satisfação ao decreto com força de lei de 20 de outubro de 1880 na parte que se refere ao mencionado imposto.

Paço, em 17 de fevereiro de 1886. = *Manuel Pinheiro Chagas*.

MARÇO

Manda Sua Magestade El-Rei, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, que o governador geral da provincia de Cabo Verde suspenda qualquer execução que tenha começado a dar ao decreto com força de lei de 26 de dezembro de 1885 e instruções contidas no officio da dita secretaria d'estado com data de 4 de janeiro ultimo, até que o governo de Sua Magestade, apreciando as providencias alludidas e que se referiam á troca da moeda estrangeira circulante na mencionada provincia, resolva o que tiver por mais conveniente ácerca do indicado assumpto.

Paço, em 1 de março de 1886. = *Henrique de Macedo*.

Circular. — Sendo conveniente que, á semilhança do que se pratica no ministerio dos negocios estrangeiros com respeito aos subditos portuguezes fallecidos nos diversos districtos consulares, se publiquem periodicamente no *Diario do governo* relações dos europeus fallecidos nas provincias portuguezas ultramarinas: ha Sua Magestade por bem determinar que os governadores das mesmas provincias, dando cumprimento ao que lhes

Acto adicional de Lisboa a convenção
de 1.º de junho de 1878

celebrada pela Alemanha, Estados Unidos da America, Republica Argentina, Austria-Hungria, Belgica, Brazil, Bulgaria, Chili, Estados Unidos de Columbia, Republica de Dinamarca e colonias Dinamarque-Costas Rica, Dinamarca e colonias Dinamarque-Hespanha e colonias hespanholas, Franca e colonias francesas, Gran-Bretanha e diversas colonias inglesas, Canada, India britannica, Grecia, Guatemala, Republica de Haiti, reino de Hawai, Republica de Honduras, Italia, Japao, Republica de Liberia, Luxemburgo, Mexico, Montenegro, Nicaragua, Paraguay, Paises Baixos e colonias neerlandezas, Peru, Persia, Portugal e colonias portuguezas, Rumania, Russia, Salvador, Servia, reino de Siao, Suecia e Noruega, Suissas, Turquia, Uruguay e Estados Unidos de Venezuela.

Artigo 1.º A convenção do 1.º de junho de 1878 fica modificada da maneira seguinte:

O artigo 2.º terá de ora em diante a se-

Art. 2.º As disposições desta convenção
suaiente:
Art. 2.º Les dispositions de cette conven-

compreendem as cartas, os bilhetes postais simples e com resposta paga, os inteiros simples e com resposta paga, os inteiros de fonte nature, aux papiers d'affaires et aux échantillons de marchandises, originaux de um dos países da União com destino a outros dos mesmos países. Aplicam-se a nação d'un autre de ces pays. Elles s'appliquent à un autre des mêmes pays. Elles s'appliquent à un autre des mêmes pays.

igualmente aquellas disposições, pelo que respeita ao percurso dentro da área da União, à permutação postal dos referidos objectos entre os países da União e os que lhes são estranhos sempre que n'essa permutação tomem parte, pelo menos, duas das partes contratantes.

Os países contratantes não são obrigados a emitir bilhetes postaes com resposta paga, mas assumem, todavia, a obrigação de reexpedir as respostas dos bilhetes d'esta natureza que recebam dos outros países da União.

II

O artigo 4.º fica modificado da maneira seguinte:

O 8.º paragrapho é substituído pela seguinte disposição:

2.º Que em todos os países onde os preços do transporte marítimo estão actualmente fixados em 5 francos por kilogramma de cartas ou de bilhetes postaes, e em 50 centimos por kilogramma de outros objectos, se mantenham esses preços.

O 13.º paragrapho fica modificado do modo seguinte:

A conta geral d'essas despesas faz-se tomando por base os dados estatísticos colligidos de tres em tres annos, durante um periodo de vinte e oito dias, que será determinado no regulamento de execução previsto pelo artigo 14.º adiante mencionado.

O 14.º paragrapho é substituído pela disposição seguinte:

Ficam exceptuados de qualquer despesa de transit territorial ou marítimo, a correspondencia que as administrações postaes trocam entre si, as respostas dos bilhetes postaes com resposta paga reexpedidas para o país de origem, os objectos reenviados ou mal dirigidos, os refugos, os avisos de recepção, os vales de correio ou avisos de emissão de vales, e todos os outros documentos relativos ao serviço postal.

III

O artigo 5.º soffre a seguinte modificação:

O 3.º paragrapho mencionará de ora em diante:

2.º Pelos bilhetes postaes de 10 centimos por bilhetes simples ou por cada uma das duas partes dos bilhetes postaes com resposta paga.

A segunda phrase do 7.º paragrapho que principia pelas palavras «Como medida de transição» é supprimida.

O 14.º paragrapho ficará assim redigido:

4.º Finalmente, os maços de manuscritos ou de impressos de qualquer natureza, cujo peso exceda 2 kilogrammas, ou que

quent également, quant au parcours dans le ressort de l'Union, à l'échange postal des objets ci-dessus entre les pays de l'Union et entre les pays étrangers à l'Union, toutes les fois que cette échange emprunte les services de deux des parties contractantes, au moins.

Tous les pays contractants ne sont pas tenus d'émettre des cartes avec réponse payée, mais ils assument l'obligation de renvoyer les cartes-réponse reçues des autres pays de l'Union.

II

L'article 4 est modifié comme suit:

L'alinéa 8 est remplacé par la disposition ci-après:

2º Que, partout où les frais de transit maritime sont fixés actuellement à 5 francs par kilogramme de lettres ou de cartes postales, et à 50 centimes par kilogramme d'autres objets, ces prix sont maintenus.

L'alinéa 13 est modifié comme suit:

Le décompte général de ces frais a lieu sur la base de relevés établis tous les trois ans, pendant une période de 28 jours à déterminer dans le règlement d'exécution prévu par l'article 14 ci-après.

Le 14º alinéa est remplacé par la disposition suivante:

Sont exempts de tous frais de transit territorial ou maritime, la correspondance des administrations postales entre elles, les cartes postales-réponse renvoyées aux pays d'origine, les objets réexpédiés ou mal dirigés, les rebuts, les avis de réception, les mandats de poste ou avis d'émission de mandats, et toutes autres documents relatifs au service postal.

III

L'article 5 est modifié comme suit:

Le 3º alinéa portera dorénavant:

2º Pour les cartes postales, à 10 centimes pour la carte simple ou pour aucune des deux parties de la carte avec réponse payée.

La 2º phrase du 7º alinéa commençant par les mots: «Par mesure de transition» est supprimée.

Le 14º alinéa portera dorénavant:

4º Enfin, aux paquets de papiers d'affaires et d'imprimés de toute nature dont le poids dépasse 2 kilogrammes ou qui présen-

apresentem em algum dos lados dimensão superior a 45 centímetros.

IV

Entre os artigos 5.º e 6.º é intercalado um novo artigo concebido nos seguintes termos:

Art. 5.º bis. O remetente de qualquer objecto de correspondência tem o direito de retirar ou modificar-lhe o endereço, emquanto esse objecto não for entregue ao destinatário.

Para esse fim deverá fazer-se uma requisição que será transmitida pela via postal ou telegráfica, ficando as despesas d'essa transmissão a cargo do remetente, que terá a satisfazer:

1.º Pelas requisições feitas pela via postal, a taxa applicavel a uma carta simples registada;

2.º Pelas requisições feitas pela via telegráfica, a taxa correspondente ao telegramma, segundo a tabella ordinaria.

As disposições do presente artigo não são obrigatorias para os paizes cujas legislações não permittem aos remetentes de correspondencias que possam d'ellas dispor depois de haverem sido expedidas para o seu destino.

V

São supprimidos os ultimos cinco paragraphos do artigo 6.º, dos quaes o primeiro começa pelas palavras: «No caso de perda de um objecto registado»; e em seguida ao mesmo artigo acrescenta-se um outro assim concebido:

Art. 6.º bis. No caso de perda de um objecto registado, e salvo caso de força maior, o remetente, ou, a seu pedido, o destinatário tem direito a uma indemnisação de 50 francos.

Incombe á administração que superintende na repartição expedidora o dever de pagar aquella indemnisação, podendo, todavia, recorrer para a administração responsável, isto é, para a administração, no territorio ou no serviço do qual a perda se verificou.

Emquanto se não obtiver prova em contrario, a responsabilidade pertence á administração que, não tendo impugnado a recepção do objecto registado, não pôde provar a entrega ao destinatário, nem a sua regular transmissão, se a houve, á administração correspondente.

O pagamento da indemnisação pela administração expedidora deve ser effectuado no mais curto prazo possível, e o mais tardar dentro de um anno, a contar do dia da reclamação. A administração responsável é

IV

tem sur l'un des côtés une dimension supérieure à 45 centimètres.

Il est intercalé entre les articles 5 et 6 un nouvel article ainsi conçu:

Art. 5.º bis. L'expéditeur d'un objet de correspondance peut le faire retirer du service ou en faire modifier l'adresse, tant que cet objet n'a pas été livré au destinataire.

La demande à formuler à cet effet est transmise par voie postale ou par voie télégraphique aux frais de l'expéditeur, qui doit payer, savoir:

1º Pour toute demande par voie postale, la taxe applicable à une lettre simple commandée;

2º Pour toute demande par voie télégraphique, la taxe du telegramme d'après le tarif ordinaire.

Les dispositions du présent article ne sont pas obligatoires pour les pays dont la législation ne permet pas à l'expéditeur de disposer d'un envoi en cours de transport.

V

Les 5 derniers alinéas de l'article 6, depuis les mots: «En cas de perte d'un envoi recommandé» etc., sont supprimés, et il est ajouté, à la suite du même article, un nouvel article portant:

Art. 6 bis. En cas de perte d'un envoi recommandé et sauf le cas de force majeure, l'expéditeur ou, sur sa demande, le destinataire a droit à une indemnité de 50 francs.

L'obligation de payer l'indemnité incombe à l'Administration dont relève le bureau expéditeur. Est réservé à cette Administration le recours contre l'Administration responsable, c'est-à-dire, contre l'Administration sur le territoire ou dans le service de laquelle la perte a eu lieu.

Jusqu'à preuve du contraire, la responsabilité incombe à l'Administration qui, ayant reçu l'objet sans faire d'observation, ne peut établir ni la délivrance au destinataire ni, s'il y a lieu, la transmission régulière à l'Administration suivante.

Le paiement de l'indemnité par l'office expéditeur doit avoir lieu le plus tôt possible et, au plus tard, dans le délai d'un an à partir du jour de la réclamation. L'office responsable est tenu de rembourser sans retard, à

obrigada a reembolsar sem demora a administração expedidora da importância de indemnização paga por esta última.

Fica entendido que a reclamação da indemnização só é admitida dentro do prazo de um anno, a contar da data em que o objecto registado foi entregue no correio; passado este prazo o reclamante não tem direito a indemnização alguma.

Se a perda de um objecto registado se verificar durante o percurso entre as repartições de troca de malas de dois paizes limitrophes, sem que se possa determinar em qual dos dois territorios ella se realison, a respectiva indemnização é paga ao meio pelas duas administrações correspondentes.

A responsabilidade das administrações pelos objectos registados cessa logo que as pessoas autorisadas para os receber tenham tomado entrega d'elles e passado os competentes recibos.

Como medida de transição é permittido ás administrações dos paizes situados fóra da Europa, cuja legislação é actualmente contraria ao principio da responsabilidade, adiar a execução da clausula precedente até ao dia em que hajam alcançado do competente poder legislativo a auctorisação de adherir a ella. Até então as outras administrações da União não são obrigadas a pagar indemnização alguma pela perda, nos seus respectivos serviços, de objectos registados provenientes dos ditos paizes ou a elles destinados.

VI

Entre os artigos 9.º e 10.º é intercalado um novo artigo assim concebido:

Art. 9.º *bis*. As correspondencias de qualquer natureza são, a pedido dos remetentes, entregues por um portador especial, e tão depressa cheguem ao seu destino, nos domicilios dos destinatarios; isto em todos os paizes da União que resolvam encarregar-se d'este serviço nas suas relações reciprocas.

Estas remessas, que se denominam «expressos», estão sujeitas a uma taxa especial de entrega no domicilio, taxa que é fixada em 30 centimos; e que deve ser paga adiantadamente, e por inteiro, pelo remetente, alem do porte ordinario. A referida taxa reverte a favor da administração do paiz de origem.

Se as correspondencias forem destinadas a uma localidade em que não exista repartição postal, a administração dos correios destinataria pôde cobrar uma taxa complementar até á importância do preço fixado para a entrega por expresso no seu serviço interno, depois de feita a deducção da taxa fixa paga

l'office expéditeur, le montant de l'indemnité payée par celui-ci.

Il est entendu que la réclamation n'est admise que dans le délai d'un an, à partir du dépôt à la poste de l'envoi recommandé; passé ce terme, le réclamant n'a droit à aucune indemnité.

Si la perte a eu lieu en cours de transport entre les bureaux d'échange de deux pays limitrophes, sans qu'il soit possible d'établir sur lequel des deux territoires le fait s'est accompli, les deux Administrations en cause supportent le dommage par moitié.

Les Administrations cessent d'être responsables des envois recommandés dont les ayant droit ont donné reçu et pris livraison.

Par mesure de transition, il est permis aux Administrations des pays hors d'Europe, dont la législation est actuellement contraire au principe de la responsabilité, d'ajourner l'application de la clause qui précède jusqu'au jour où elles auront pu obtenir, du pouvoir législatif, l'autorisation d'y souscrire. Jusqu'à ce moment, les autres Administrations de l'Union ne sont pas astreintes à payer une indemnité pour la perte, dans leurs services respectifs, d'envois recommandés à destination ou provenant des dits pays.

VI

Il est intercalé entre les articles 9 et 10 un nouvel article ainsi conçu:

Art. 9 *bis*. Les objets de correspondance de toute nature sont, à la demande des expéditeurs, remis à domicile par un porteur spécial immédiatement après l'arrivée, dans les pays de l'Union qui consentent à se charger de ce service dans leurs relations reciproques.

Ces envois, qui sont qualifiés «express», sont soumis à une taxe spéciale de remise à domicile; cette taxe est fixée à 30 centimes et doit être acquittée complètement et à l'avance, par l'expéditeur, en sus du port ordinaire. Elle est acquise à l'Administration du pays d'origine.

Lorsque l'objet est destiné à une localité où il n'existe pas de bureau de poste, l'Administration des postes destinataires peut percevoir une taxe complémentaire, jusqu'à concurrence du prix fixé pour la remise par exprès dans son service interne, déduction faite de la taxe fixe payée par l'expéditeur.

pelo remetente, ou da sua equivalencia na moeda do paiz que recebe a referida taxa complementar.

As correspondencias a entregar por expresso, que não estejam completamente franqueadas pela importancia total das taxas a pagar adiantadamente, distribuem-se pelos meios ordinarios.

VII

O artigo 10.º terá a redacção seguinte:

Artigo 10.º Não se recebe supplemento algum de taxa pela reexpedição de correspondencias no interior da União.

As correspondencias caídas em refugio não permitem a restituição dos direitos de transitio que pertençam ás administrações intermediarias pelo anterior transporte das mesmas correspondencias.

VIII

Os tres primeiros paragraphos do artigo 11.º são eliminados e substituidos pelas disposições seguintes:

É prohibido ao publico expedir por via de correio:

1.º Cartas ou maços contendo dinheiro em metal;

2.º Quaesquer volumes contendo objectos sujeitos a direitos de alfandega;

3.º Objectos de oiro ou prata, joias e outros objectos preciosos, somente no caso em que a inclusão ou expedição dos mesmos objectos seja prohibida pela legislação dos paizes interessados.

IX

O artigo 13.º é modificado da forma seguinte:

Artigo 13.º O serviço de cartas com valores declarados, de vales de correio, de encomendas postaes, de cobrança de valores, de livretes de identidade, constituem assumptos de accordos particulares entre os diversos paizes ou grupos de paizes da União.

X

O final do ultimo paragrapho do artigo 14.º, a contar das palavras «para as condições da entrega de cartas por expressos», etc., é supprimido, ficando este paragrapho redigido d'ora em diante da seguinte forma:

É, comtudo, permittido ás administrações interessadas entenderem-se mutuamente para a adopção de portes reduzidos n'um raio de 30 kilometros.

XI

O primeiro paragrapho do artigo 15.º fica redigido do modo seguinte:

ou de son équivalent dans la monnaie du pays qui perçoit ce complément.

Les objets exprès non complètement affranchis pour le montant total des taxes payables à l'avance sont distribués par les moyens ordinaires.

VII

L'article 10 portera dorénavant la rédaction suivante:

Article 10. Il n'est perçu aucun supplément de taxe pour la réexpédition d'envois postaux dans l'intérieur de l'Union.

Les correspondances tombées en rebut ne donnent pas lieu à restitution des droits de transit revenant aux administrations intermédiaires, pour le transport intérieur des dites correspondances.

VIII

Les trois premiers alinéas de l'article 11 sont supprimés et remplacés par les dispositions suivantes:

Il est interdit au public d'expédier par la voie de poste:

1º Des lettres ou paquets contenant des pièces de monnaie;

2º Des envois quelconques contenant des objets passibles de droits de douane;

3º Des matières d'or ou d'argent, des pierreries, des bijoux ou autres objets précieux, mais seulement dans le cas où leur insertion ou expédition serait défendue d'après la législation des pays intéressés.

IX

L'article 13 est modifié comme suit:

Article 13. Le service des lettres avec valeurs déclarées, et ceux des mandats de poste, des colis postaux, des valeurs à recouvrer, des livrets d'identité, etc., font l'objet d'arrangements particuliers entre les divers pays ou groupes de pays de l'Union.

X

La finale du dernier alinéa de l'article 14 à partir des mots: «pour les conditions de la remise des lettres par exprès, etc.», est supprimée et cette alinéa portera dorénavant:

Il est toutefois permis aux administrations intéressées de s'entendre mutuellement pour l'adoption de taxes réduites dans un rayon de 30 kilomètres.

XI

Le 1^{er} alinéa de l'article 15 reçoit la rédaction suivante:

A presente convenção não altera em cousa alguma a legislação de cada paiz na parte a que se não referirem as estipulações n'ella contidas.

XII

O artigo 17.º é modificado da seguinte fôrma:

Artigo 17.º No caso de desaccordo entre dois ou mais membros da União, relativamente á interpretação da presente convenção ou á responsabilidade de uma administração no caso de perda de um objecto registado, será regulada a questão pendente por um julgamento arbitral.

Para esse fim, cada uma das administrações litigantes escolhe um outro membro da União que não esteja directamente interessado no negocio.

O arbitramento é resolvido por maioria absoluta de votos.

No caso de empate de votos deverão os arbitros escolher uma outra administração igualmente desinteressada no litigio, a cargo da qual ficará a decisão final da questão.

As disposições do presente artigo são igualmente applicaveis a todos os accordos celebrados em virtude do artigo 13.º da convenção do 4.º de junho de 1878, modificado pelo artigo 1.º n.º IX do presente acto adicional.

XIII

Os segundo e terceiro paragraphos do artigo 20.º mencionarão d'ora em diante:

1.º A unanimidade dos votos, quando se tratar de modificar as disposições do presente artigo e dos artigos 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 5.º bis, 6.º, 6.º bis, 9.º e 9.º bis precedentes;

2.º Dois terços dos votos se se tratar de modificar as disposições da convenção que não sejam as estipuladas nos artigos 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 5.º bis, 6.º, 6.º bis, 9.º, 9.º bis e 20.º

Artigo 2.º 1. O presente acto addjcional começará a vigorar no 1.º de abril de 1886 e terá a mesma duração que a convenção celebrada em Paris no 1.º de junho de 1878.

2. O referido acto será ratificado logo que seja possível, e os respectivos actos de ratificação serão trocados em Lisboa.

Em firmeza do que, os plenipotenciarios dos paizes acima mencionados assignaram o presente acto adicional em Lisboa, no dia 21 de março de 1885.

Por Portugal, *Guilhermino Augusto de Barros* = *Ernesto Madeira Pinto*.

Pelas colonias portuguezas, *Guilhermino Augusto de Barros*.

Pela Allemanha, *Sachse* = *Fritsch*.

La présente convention ne port point altération à la législation de chaque pays dans tout ce qui n'est pas prévu par les stipulations contenues dans cette convention.

XII

L'article 17 est modifié comme suit:

Article 17. En cas de dissentiment entre deux ou plusieurs membres de l'Union, relativement à l'interprétation de la présente convention ou à la responsabilité d'une administration en cas de perte d'un envoi recommandé, la question en litige est réglée par jugement arbitral.

A cet effet, chacune des administrations en cause choisit un autremembre de l'Union qui n'est pas directement intéressé dans l'affaire.

La décision des arbitres est donnée à la majorité absolue des voix.

En cas de portage des voix, les arbitres choisissent, pour trancher le différend, une autre administration également désintéressée dans le litige.

Les dispositions du présent article s'appliquent également à tous les arrangements conclus en vertu de l'article 13 de la convention du 1^{er} juin 1878, modifié par article 1^{er}, chiffre IX, du présent acte additionnel.

XIII

Le 2^e et 3^e alinéas de l'article 20 porteront dorénavant:

1^o L'unanimité des suffrages, s'il s'agit de la modification des dispositions du présent article et des articles 2, 3, 4, 5, 5 bis, 6, 6 bis, 9 et 9 bis précédents;

2^o Les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification des dispositions de la convention, autres que celles des articles 2, 3, 4, 5, 5 bis, 6, 6 bis, 9, 9 bis et 20.

Article 2. 1. Le présent acte additionnel entrera en vigueur le 1^{er} avril 1886 et aura la même durée que la convention conclue à Paris le 1^{er} juin 1878.

2. Il sera ratifié aussitôt que faire se pourra. Les actes de ratification seront échangés à Lisbonne.

En foi de quoi, les plenipotentiaires des pays ci-dessus énumérés ont signé le présent acte additionnel à Lisbonne, le vingt et un mars mil huit cent quatre-vingt cinq.

Pour le Portugal, *Guilhermino Augusto de Barros* = *Ernesto Madeira Pinto*.

Pour les colonies portugaises, *Guilhermino Augusto de Barros*.

Pour l'Allemagne, *Sachse* = *Fritsch*.

Pelos Estados Unidos da America, *William T. Otto* = *Jas. S. Crawford*.
Pela Republica Argentina, *F. P. Hansen*.

Pela Austria, *Dewez* = *Varges*.

Pela Hungria, *Gervay*.

Pela Belgica, *F. Gife*.

Pela Bolivia, *Joaquim Caso*.

Pelo Brazil, *Luiz C. P. Guimarães*.

Pela Bulgaria, *R. Ivanoff*.

Pelo Chili, *M. Martinez*.

Pelos Estados Unidos da Columbia, *Cesar Conto*.

Pela Republica da Costa Rica,

Pela Dinamarca e colonias dinamarquezas, *Lund*.

Pela Republicana Dominicana, *P. Gomes da Silva*.

Pelo Egypto, *W. F. Halton*.

Pelo Equador, *Antonio Flores*.

Pela Hespanha e colonias hespanholas, *S. Alvares Bugallal* = *A. Herce*.

Pela França, *Laboulaye* = *A. Besnier*.

Pelas colonias francezas, *Laboulaye*.

Pela Gran-Bretanha e diversas colonias inglezas, *S. A. Blackwood* = *H. Buxton Forman*.

Pelo Canadá, *S. A. Blackwood* = *H. Buxton Forman*.

Pela India britannica, *H. E. M. James*.

Pela Grecia, *Eugène Borel*.

Pela Guatemala, *J. Carrera*.

Pela Republica de Haiti, *Laboulaye* = *Ansault*.

Pelo reino de Hawai, *Eugène Borel*.

Pela Republica de Honduras, *J. Carrera*.

Pela Italia, *J. B. Tantesio*.

Pelo Japão, *Yasushi Nomura*.

Pela Republica de Liberia, *Comte Senmarti*.

Pelo Luxemburgo, *Ch. Rischard*.

Pelo Mexico, *L. Breton y Vedra*.

Pelo Montenegro, *Dewez* = *Varges*.

Por Nicaragua, *Manuel J. Alves Diniz*.

Pelo Paraguay, *F. A. Rebello*.

Pelos Paizes Baixos e colonias neerlandezas, *Hofstede* = *B. Sweerts de Landas Wyborgh*.

Pelo Perú,

Pela Persia, *N. Semino*.

Pela Romania, *Jon Ghika*.

Pela Russia, *N. de Besack* = *Georges de Poggenpohl*.

Pelo Salvador,

Pela Servia,

Pelo Reino de Sião, *Prisdang*.

Pela Suecia, *W. Roos*.

Pour les Etats-Unis d'Amérique, *William T. Otto* = *Jas. S. Crawford*.

Pour la République Argentine, *F. P. Hansen*.

Pour l'Autriche, *Dewez* = *Varges*.

Pour la Hongrie, *Gervay*.

Pour la Belgique, *F. Gife*.

Pour la Bolivie, *Joaquim Caso*.

Pour le Brésil, *Luiz C. P. Guimarães*.

Pour la Bulgarie, *R. Ivanoff*.

Pour le Chili, *M. Martinez*.

Pour les Etats-Unis de Colombie, *César Conto*.

Pour la République de Costa-Rica,

Pour le Danemark et les colonies danoises, *Lund*.

Pour la République Dominicaine, *P. Gomes da Silva*.

Pour l'Egypte, *W. F. Halton*.

Pour l'Equateur, *Antonio Flores*.

Pour l'Espagne et les colonies espagnoles, *S. Alvarez Bugallal* = *A. Herce*.

Pour la France, *Laboulaye* = *A. Besnier*.

Pour les colonies françaises, *Laboulaye*.

Pour la Grande-Bretagne et les colonies anglaises, *S. A. Blackwood* = *H. Buxton Forman*.

Pour le Canada, *S. A. Blackwood* = *H. Buxton Forman*.

Pour l'Inde britannique, *H. E. M. James*.

Pour la Grèce, *Eugène Borel*.

Pour le Guatemala, *J. Carrera*.

Pour la République de Haiti, *Laboulaye* = *Ansault*.

Pour le Royaume de Hawai, *Eugène Borel*.

Pour la République du Honduras, *J. Carrera*.

Pour l'Italie, *J. B. Tantesio*.

Pour le Japon, *Yasushi Nomura*.

Pour la République de Libéria, *Comte Senmarti*.

Pour le Luxembourg, *Ch. Rischard*.

Pour le Mexique, *L. Breton y Vedra*.

Pour le Monténégro, *Dewez* = *Varges*.

Pour le Nicaragua, *Manuel J. Alves Diniz*.

Pour le Paraguay, *F. A. Rebello*.

Pour les Pays-Bas et les colonies néerlandaises, *Hofstede* = *B. Sweerts de Landas-Wyborgh*.

Pour le Pérou,

Pour la Perse, *N. Semino*.

Pour la Roumanie, *Jon Ghika*.

Pour la Russie, *N. de Besak* = *Georges de Poggenpohl*.

Pour le Salvador,

Pour la Serbie,

Pour le Royaume de Siam, *Prisdang*.

Pour la Suède, *W. Roos*.

Pela Noruega, *Harald Asche*.
 Pela Suíça, *Ed. Höhn*.
 Pela Turquia,
 Pelo Uruguay, *Enrique Kubly*.
 Por Venezuela, *J. L. Pereira Crespo*.

Pour la Norvège, *Harald Asche*.
 Pour la Suisse, *Ed. Höhn*.
 Pour la Turquie,
 Pour l'Uruguay, *Enrique Kubly*.
 Pour le Vénézuëla, *J. L. Pereira Crespo*.

Protocolo final

No momento de se proceder à assignatura das convenções estipuladas pelo congresso postal universal de Lisboa, os plenipotenciarios abaixo assignados convieram no seguinte:

I

O Perú, o Salvador, a Servia e a Turquia, que fazem parte da União postal, não se tendo feito representar no congresso, o protocollo fica-lhes aberto para poderem adherir ás convenções que ahi foram celebradas, ou sómente a uma ou outra d'entre ellas. Da mesma fórma com respeito á Republica da Costa Rica, cujo representante não assiste á sessão, na qual estes actos serão assignados.

II

As colonias britannicas da Australia e as colonias britannicas do Cabo e do Natal serão admittidas a adherir a estas convenções ou a uma ou outra d'entre ellas, e o protocollo fica-lhes para esse effeito aberto.

III

O protocollo está aberto a favor dos paizes cujos representantes só assignaram a convenção principal, ou apenas uma parte das convenções estipuladas pelo congresso, com o fim de lhes permittir a adhesão ás outras convenções assignadas hoje, ou a uma ou outra d'entre ellas.

IV

As adhesões previstas nos artigos I, II e III antecedentes deverão ser notificadas ao governo portuguez, pelos respectivos governos, em fórma diplomatica. O praso que lhes é concedido para esta notificação terminará no 1.º de fevreiro de 1886.

V

Os representantes dos paizes que não adheriram até ao presente a uma ou outra das seguintes convenções; a saber:

Convenção do 1.º de junho de 1878;

Accordo, com data do 1.º de junho de 1878, relativo á permutação de cartas com valor declarado;

Accordo de 4 de junho de 1878, relativo á permutação de vales do correio;

Protocole finale

Au moment de procéder à la signature des conventions arrêtées par le congrès postal universel de Lisbonne, les plénipotentiaires soussignés sont convenus de ce qui suit:

I

Le Pérou, le Salvador, la Serbie et la Turquie, qui font partie de l'Union postale, ne s'étant pas fait représenter au congrès, le protocole leur reste ouvert pour adhérer aux conventions qui y ont été conclues ou seulement à l'une ou l'autre d'entr'elles. Il en est de même à l'égard de la République de Costa Rica, dont le représentant n'assiste pas à la séance dans laquelle ces actes seront signés.

II

Les colonies britanniques de l'Australie et les colonies britanniques du Cap et de Natal seront admises à adhérer à ces conventions, ou à l'une ou l'autre d'entr'elles, et le protocole leur reste ouvert à cet effet.

III

Le protocole demeure ouvert en faveur des pays dont les représentants n'ont signé aujourd'hui que la convention principale, ou un certain nombre seulement des conventions arrêtées par le congrès, à l'effet de leur permettre d'adhérer aux autres conventions signées ce jour, ou à l'une ou l'autre d'entr'elles.

IV

Les adhesions prévues aux articles I, II et III ci-dessus devront être notifiées au gouvernement portugais, par les gouvernements respectifs, en la forme diplomatique. Le délai qui leur est accordé pour cette notification expirera le 1^{er} février 1886.

V

Les représentants des pays qui n'ont pas adhéré jusqu'ici à l'une ou l'autre des conventions ci-après, savoir:

La convention du 1^{er} juin 1878;

L'arrangement en date du 1^{er} juin 1878, concernant l'échange des lettres avec valeurs déclarées;

L'arrangement du 4 juin 1878, concernant l'échange des mandats de poste;

La convention du 3 novembre 1880, concernant l'échange des colis postaux sans déclaration de valeur;
Ayant été admis à participer aux actes additionnels modifiant et complétant ces conventions et arrangements, leur signature au pied de l'un ou l'autre de ces actes additionnels implique de leur part, sous réserve de ratification, adhésion, au nom de leur pays, à la convention ou à l'arrangement auquel cet acte additionnel se rapporte, et ce à partir de la date de l'entrée en vigueur de ce dernier.

VI

Dans le cas où une ou plusieurs des parties contractantes aux conventions postales signées aujourd'hui à Lisbonne ne ratifieraient pas l'une ou l'autre de ces conventions, cette convention n'en sera pas moins valable pour les états qui l'auront ratifiée.
En foi de quoi, les plénipotentiaires ci-dessus ont dressé le présent protocole final, qui aura la même force et la même valeur que si ces dispositions étaient insérées dans le texte même des conventions auxquelles il se rapporte, et ils l'ont signé en un exemplaire qui restera déposé aux archives du gouvernement portugais et dont une copie sera remise à chaque partie.
Lisbonne, le vingt et un mars mil huit cent quatre-vingt cinq.

Pour le Portugal, *Guilhermino Augusto de Barros* = *Ernesto Madeira Pinto*.
Pour les colonies portugaises, *Guilhermino Augusto de Barros*.
Pour l'Allemagne, *Sachse* = *Fritsch*.
Pour les Etats-Unis d'Amérique, *William T. Otto* = *Jas. S. Crawford*.
Pour la République Argentine, *F. P. Hansen*.
Pour l'Autriche, *Devez* = *Vargès*.
Pour la Hongrie, *Gervaj*.
Pour la Belgique, *F. Gife*.
Pour la Bolivie, *Joaquim Caso*.
Pour le Brésil, *Luiz C. P. Guimarães*.
Pour la Bulgarie, *R. Ivanoff*.
Pour le Chili, *M. Martinez*.
Pour les Etats-Unis de Colombie, *César Conto*.
Pour la République de Costa-Rica, pour le Danemark et les colonies danoises, *Lund*.
Pour la République Dominicaine, *P. Gomes da Silva*.
Pour l'Egypte, *W. F. Halton*.
Pour l'Equateur, *Antonio Flores*.
Pour l'Espagne et les colonies espagnoles, *S. Alvarez Bugallal* = *A. Herce*.
Pour la France, *Laboulaye* = *A. Besnier*.

Convenção de 3 de novembro de 1880, relativa à permutação de encomendas postaes sem declaração de valor;
Tendo sido admitidos a tomar parte nos actos additionaes, modificando e complementando as convenções e accordos, a sua assinatura em um ou outro d'estes actos additionaes implica de sua parte, sob reserva de ratificação, adhesão, em nome do seu paiz, à convenção ou ao accordo ao qual este acto adicional se refere, a contar da data em que este ultimo começar a ter vigor.

VI

Dado o caso que uma ou mais partes contratantes das convenções postaes assignadas hoje em Lisboa, não ratifiquem uma ou outra d'estas convenções, esta convenção não terá menos validade para os estados que a tenham ratificado.
Em firmeza do que os plenipotenciarios abaixo indicados lavraram o presente protocolo final, que terá a mesma força e o mesmo valor que se as disposições n'elle contidas estivessem incluídas nas proprias convenções, ás quaes se refere, e o assignaram em um exemplar, que ficará depositado nos archivos do governo portuguez, e do qual será entregue uma copia a cada uma das partes.
Lisboa, 21 de março de 1885.

Por Portugal, *Guilhermino Augusto de Barros* = *Ernesto Madeira Pinto*.
Pelas colonias portuguezas, *Guilhermino Augusto de Barros*.
Pela Allemanha, *Sachse* = *Fritsch*.
Pelos Estados Unidos da America, *William T. Otto* = *Jas S. Crawford*.
Pela Republica Argentina, *F. P. Hansen*.
Pela Austria, *Devez* = *Vargès*.
Pela Hungria, *Gervaj*.
Pela Belgica, *F. Gife*.
Pela Bolivia, *Joaquim Caso*.
Pelo Brazil, *Luiz C. P. Guimarães*.
Pela Bulgaria, *R. Ivanoff*.
Pelo Chili, *M. Martinez*.
Pelos Estados Unidos da Colombia, *César Conto*.
Pela Republica da Costa Rica, pela Dinamarca e colonias dinamarquezas, *Lund*.
Pela Republica Dominicana, *P. Gomes da Silva*.
Pelo Egypto, *W. F. Halton*.
Pelo Equador, *Antonio Flores*.
Pela Hespanha e colonias hespanholas, *S. Alvarez Bugallal* = *A. Herce*.
Pela França, *Laboulaye* = *A. Besnier*.

Pelas colonias francezas, *Laboulaye*.
Pela Gran-Bretanha e diversas colonias
inglezas, S. A. *Blackwood* = *H. Bux-*
ton Forman.

Pelo Canadá, S. A. *Blackwood* = *H.*
Buxton Forman.

Pela India britannica, *H. E. M. James*.

Pela Grecia, *Eugène Borel*.

Pela Guatemala, *J. Carrera*.

Pela Republica de Haiti, *Laboulaye* =
Ansault.

Pelo reino de Hawai, *Eugène Borel*.

Pela Republica de Honduras, *J. Carrera*.

Pela Italia, *J. B. Tantesio*.

Pelo Japão, *Yasushi Nomura*.

Pela Republica de Liberia, *Comte Sen-*
marti.

Pelo Luxemburgo, *Ch. Rischard*.

Pelo Mexico, *L. Breton y Vedra*.

Pelo Montenegro, *Dewez* = *Varges*.

Por Nicaragua, *Manuel J. Alves Diniz*.

Pelo Paraguay, *F. A. Rebello*.

Pelos Paizes Baixos e colonias neerlande-
zas, *Hofstede* = *B. Sweerts de Lan-*
das Wyborgh.

Pelo Perú,

Pela Persia, *N. Semino*.

Pela Romania, *Jon Ghika*.

Pela Russia, *N. de Besak* = *Georges de*
Poggenpohl.

Pelo Salvador,

Pela Servia,

Pelo reino de Siam, *Prisdang*.

Pela Suecia, *W. Roos*.

Pela Noruega, *Harald Asche*.

Pela Suissa, *Ed. Höhn*.

Pela Turquia,

Pelo Uruguay, *Enrique Kubly*.

Pela Venezuela, *J. L. Pereira Crespo*.

Pour les colonies françaises, *Laboulaye*.
Pour la Grande-Bretagne et les colonies
anglaises, S. A. *Blackwood* = *H. Bux-*
ton Forman.

Pour le Canada, S. A. *Blackwood* = *H.*
Buxton Forman.

Pour l'Inde Britannique, *H. E. M. James*.

Pour la Grèce, *Eugène Borel*.

Pour le Guatemala, *J. Carrera*.

Pour la République de Haiti, *Labou-*
laye = *Ansault*.

Pour le royaume de Hawai, *Eugène*
Borel.

Pour la République du Honduras, *J.*
Carrera.

Pour l'Italie, *J. B. Tantesio*.

Pour le Japon, *Yasushi Nomura*.

Pour la République de Libéria, *Comte*
Senmarti.

Pour le Luxembourg, *Ch. Rischard*.

Pour le Mexique, *L. Breton y Vedra*.

Pour le Monténégro, *Dewez* = *Varges*.

Pour le Nicaragua, *Manuel J. Alves Di-*
niz.

Pour le Paraguay, *F. A. Rebello*.

Pour les Pays-Bas et les colonies néer-
landaises, *Hofstede* = *B. Sweerts de*
Landas-Wyborgh.

Pour le Pérou,

Pour la Perse, *N. Semino*.

Pour la Roumanie, *Jon Ghika*.

Pour la Russie, *N. de Besak* = *Georges*
de Poggenpohl.

Pour le Salvador,

Pour la Serbie,

Pour le royaume de Siam, *Prisdang*.

Pour la Suède, *W. Roos*.

Pour la Norvège, *Harald Asche*.

Pour la Suisse, *Ed. Höhn*.

Pour la Turquie,

Pour l'Uruguay, *Enrique Kubly*.

Pour le Vénézuéla, *J. L. Pereira Crespo*.

E sendo-me presente o mesmo acto adicional e o protocollo final, cujo teor fica acima inserido, e bem visto, considerado e examinado por mim tudo o que n'elles se contém, os ratifico e confirmo assim no todo como em cada uma das suas clausulas e estipulações e pela presente os dou por firmes e validos para haverem de produzir o seu devido effeito, promettendo observal-os e cumpril-os inviolavelmente e fazel-os cumprir e observar por qual-quer modo que possa ser.

Em testemunho e firmeza do sobredito, fiz passar a presente carta por mim assignada, passada com o sêllo grande das minhas armas e referendada pelo ministro e secretario d'estado abaixo assignado.

Dada no palacio da Ajuda, aos 5 dias do mez de março de 1886. = EL-REI, com rubrica e guarda. = *Henrique de Barros Gomes*. — (Logar do sêllo grande das armas reaes.)

Dom Luiz, por Graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'alem mar, em Africa senhor de Guiné, da conquista, navegação e commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e da India, etc. Faço saber aos que a presente carta de confirmação e ratificação virem

que aos 21 de março de 1885 se concluiu em Lisboa um acto adicional à convenção de 3 de novembro de 1880, relativa à permutação de encomendas postaes sem declaração de valor e respectivo protocollo, os quaes são do teor seguinte:

Acto adicional de Lisboa a convenção de 3 de novembro de 1880, concernant l'échange des colis postaux sans déclaration de valeur

Conclu entre l'Allemagne, la République Argentine, l'Autriche-Hongrie, la Belgique, le Brésil, la Bulgarie, le Chili, le Danemark, les Antilles Danaises, la République Dominicaine, l'Egypte, l'Espagne, la France, les Colonies Françaises, la Grèce, l'Italie, le Luxembourg, le Monténégro, le Paraguay, les Pays-Bas, la Perse, le Portugal, les Colonies Portugaises, la Roumanie, la Serbie, la Suède et Norvège, la Suisse, la Turquie, l'Uruguay et le Venezuela.

Les soussignés, plénipotentiaires des gouvernements de pays ci-dessus désignés, réunis au congrès de Lisbonne, en vertu de l'article 16 de la convention conclue le 3 novembre 1880, concernant l'échange des colis postaux sans déclaration de valeur, ont, d'un commun accord et sous réserve de ratification, arrêté l'acte additionnel suivant:

Article 1^{er} La convention du 3 novembre 1880, concernant l'échange des colis postaux sans déclaration de valeur, est modifiée comme suit:

I

L'article 1^{er} est supprimé et remplacé par les dispositions suivantes:

Article 1^{er}. Il peut être expédié, sous la dénomination de colis postaux, de l'un des pays mentionnés ci-dessus pour un autre de ces pays, des colis avec ou sans valeur déclarée, jusqu'à concurrence de 5 kilogrammes. Ces colis peuvent être grevés de remboursements jusqu'au montant de 500 francs.

Toutefois, chaque pays peut, à son gré: a) Limiter à 3 kilogrammes le poids des colis à admettre dans son service; b) Ne pas se charger des colis avec déclaration de valeur, des colis grevés de remboursements, ni des colis encombrants.

Chaque pays fixe, en ce qui le concerne, la limite supérieure de la déclaration de valeur, laquelle ne peut, en aucun cas, descendre au-dessous de 500 francs. Dans les relations entre deux ou plusieurs pays, qui ont adopté des maxima différents, c'est la limite la plus basse qui doit être respectivement observée.

2. O regulamento de execução determina ser reciprocamente seguido.

Nas relações entre dois ou mais países que tenham adoptado limites máximos diferentes, é o limite menos elevado o que deve ser reciprocamente seguido.

Cada país fixa na parte que lhe diz respeito o limite máximo da declaração de valor, a qual não pôde, em caso algum, ser inferior a 500 francos.

Comtudo, cada país pôde, a seu arbitrio: a) Limitar a 3 kilogrammas o peso das encomendas com destino ás suas estações; b) Não se encarregar de encomendas com declaração de valor, nem de encomendas das oneradas de reembolso, nem de encomendas de difícil manipulação.

O artigo 1.^o é substituído pelas disposições seguintes: Artigo 1.^o 1. Podem ser expedidos, com a denominação de encomendas postaes de um dos países acima mencionados para outro dos mesmos países, quaesquer volumes com, ou sem declaração de valor, cujo peso não exceda a 5 kilogrammas. Estas encomendas podem ser oneradas de reembolso até a quantia de 500 francos.

I

Article 1.^o A convenção de 3 de novembro de 1880, relativa à permutação de encomendas postaes sem declaração de valor, é modificada do modo seguinte:

Os abaixo assignados, plenipotenciarios reunidos no congresso de Lisboa, em virtude do artigo 16.^o da convenção celebrada em 3 de novembro de 1880, relativa à troca de encomendas postaes sem declaração de valor, estipularam de commun accordo e sob reserva de ratificação o acto adicional seguinte:

Celebrada pela Alemanha, Republica Argentina, Austria, Hungría, Bélgica, Brazil, Bulgaria, Chile, Dinamarca, Antillas dinamarquezas, Republica Dominicana, Egipto, Hespanha, França, Colonias francezas, Grecia, Italia, Luxemburgo, Montenegro, Paraguay, Paizes Baixos, Persia, Portugal, Colonias portuguezas, Romania, Servia, Suecia e Noruega, Suissa, Turquia e Venezuela.

comendas postaes sem declaração de valor

vembro de 1880 relativa à permutação de encomendas postaes sem declaração de valor

das são admittidas ao transporte, e define principalmente as encomendas que devem ser consideradas de difficil manipulação.

II

As disposições seguintes são adicionadas ao artigo 3.º, como §§ 3.º e 4.º:

3. Para as encomendas de difficil manipulação, os abonos fixados nos §§ 1.º e 2.º antecedentes são augmentados com 50 por cento.

4. Independentemente d'estas despesas de transito, a administração do paiz de origem é devedora, a titulo de premio de seguro pelas encomendas com valor declarado, a cada uma das administrações por onde se effectua com responsabilidade o transporte terrestre ou maritimo de um porte proporcional similhante ao que se cobra pelas cartas com valor declarado.

III

a) As seguintes disposições são adicionadas ao artigo 5.º e formam os §§ 2.º, 3.º e 4.º d'esse artigo:

2. As encomendas de difficil manipulação ficam sujeitas a um porte adicional de 50 por cento, que se arredonda, quando haja motivo para isso, por 5 centimos.

3. As encomendas com valor declarado adiciona-se um premio de seguro igual ao que se cobra pelas cartas com valor declarado.

4. O expedidor de uma encomenda onerada de reembolso tem que pagar um porte especial, que não pôde exceder 2 por cento da quantia a cobrar.

A administração do paiz de origem tem a faculdade de cobrar uma quantia não inferior a 20 centimos e de arredondar as fracções por 5 centimos.

Este porte é dividido em partes iguaes entre a administração do paiz de origem e a do paiz de destino.

b) Os §§ 2.º e 3.º do mesmo artigo são substituidos pelos §§ 5.º e 6.º seguintes:

5. Como medida transitoria, cada um dos paizes contratantes tem a faculdade de applicar ás encomendas postaes provenientes ou com destino ás suas repartições um porte adicional de 25 centimos por encomenda.

Este porte adicional é por excepção elevado a 75 centimos para a Republica Argentina, Brazil, Chili, Paraguay, Persia, Suecia e Venezuela.

6. O transporte entre a França continental por um lado, a Algeria e a Corsega por

admis au transport, et définit notamment les colis qui doivent être considérés comme encombrants.

II

Les dispositions suivantes sont ajoutées à l'article 3, comme paragraphes 3 et 4:

3. Pour les colis encombrants, les bonifications fixées par les paragraphes 1 et 2 précédents sont augmentées de 50 pour cent.

4. Indépendamment de ces frais de transit, l'administration du pays d'origine est redevable, à titre de droit d'assurance pour les colis avec valeur déclarée, envers chacune des administrations participant au transit territorial ou maritime avec responsabilité, d'un droit proportionnel égal à celui perçu pour les lettres avec valeur déclarée.

III

a) Les dispositions suivantes sont ajoutées à l'article 5, comme paragraphes 2, 3 et 4:

2. Les colis encombrants sont soumis à une taxe additionnel de 50 pour cent, qui est arrondie, s'il y a lieu, par 5 centimes.

3. Pour les colis avec valeur déclarée, il est ajouté un droit d'assurance égal à celui qui est perçu pour les lettres avec valeur déclarée.

4. Il est perçu, sur l'expéditeur d'un colis grevé de remboursement, un droit spécial qui ne peut pas dépasser 2 pour cent de la somme à encaisser.

L'administration du pays d'origine a la faculté de percevoir au minimum 20 centimes et d'arrondir les fractions par 5 centimes.

Ce droit est partagé par moitié entre l'office du pays d'origine et celui du pays de destination.

b) Les paragraphes 2 et 3 du même article sont supprimés et remplacés par les paragraphes 5 et 6 suivants:

5. Comme mesure de transition, chacun des pays contractants a la faculté d'appliquer, aux colis postaux provenant ou à destination de ses bureaux, une surtaxe de 25 centimes par colis.

Exceptionnellement, cette surtaxe est élevée à 75 centimes pour la République Argentine, le Brésil, le Chili, le Paraguay, la Perse, la Suède et le Vénézuéla.

Le transport entre la France continentale d'une part, l'Algérie et la Corse de l'autre,

outro dá igualmente lugar a um porte suplementar de 25 centimos por encomenda.

c) Ao artigo 5.º junta-se a seguinte disposição, que fica formando o § 7.º

7. O remetente de uma encomenda postal pôde obter aviso de recepção do objecto enviado, pagando adiantadamente um premio fixo de 25 centimos pelo maximo. Este premio pertence por inteiro à administração do paiz de origem.

IV

Art. 6.º O artigo 6.º é substituido pelas disposições seguintes:

A administração expedidora abona por cada encomenda:

a) À administração destinataria, 50 centimos, com o addicionamento, se houver lugar para isso, dos portes addicionaes previstos nos §§ 2.º, 3.º e 6.º do artigo 5.º antecedente, da metade do premio de reembolso previsto no § 4.º d'este artigo, e de um porte de 5 centimos por cada 200 francos ou fracção de 200 francos de valor declarado.

b) Eventualmente, a cada administração intermediaria, os portes fixados no artigo 3.º

V

O artigo 9.º é completado pelo seguinte modo:

Art. 9.º A reexportação, de um para outro paiz, de encomendas postaes por motivo de mudança de residentia dos destinatarios, bem como a devolução das encomendas postaes caídas em refugo, dá lugar à cobrança suplementar dos portes fixados no artigo 5.º, a cargo dos destinatarios, ou quando se der o caso, dos expedidores, sem prejuizo do reembolso dos direitos de alfandega ou de outros já recebidos.

VI

O artigo 10.º é substituido pelas disposições seguintes:

Art. 10.º 1. É prohibido expedir por intermedio do correio encomendas, quer contendo cartas ou notas com o caracter de correspondencia, quer objectos cuja administração não é auctorizada pelas leis ou regulamentos da alfandega ou outros.

É igualmente prohibido expedir dinheiro em metal, artigos de ouro, prata e outros objectos preciosos, nas encomendas sem valor declarado com destino a paizes que admittam a declaração de valor.

2. Dado o caso que uma encomenda contendo algum dos objectos prohibidos seja expedida por uma administração da União a outra administração da União, esta procede da maneira e na fôrma prevista pela sua

donne également lieu à une surtaxe de 25 centimes par colis.

c) La disposition suivante est ajoutée à l'article 5, comme paragraphe 7:

7. L'envoyeur d'un colis postal peut obtenir un avis de réception de cet object, en payant d'avance un droit fixe de 25 centimes au maximum. Ce droit est acquis en entier à l'administration du pays d'origine.

IV

L'article 6 est supprimé et remplacé par les dispositions suivantes:

Art. 6. L'office expéditeur bonifie pour chaque colis:

a) A l'office destinataire, 50 centimes, avec addition, s'il y a lieu, des surtaxes prévues aux paragraphes 2, 3 et 6 de l'article 5 précédent, de la moitié du droit de remboursement prévu au paragraphe 4 de cet article, et d'un droit de 5 centimes pour chaque 200 francs ou fraction de 200 francs de valeur déclarée.

b) Éventuellement, à chaque office intermédiaire, les droits fixés par l'article 3.

V

L'article 9 est complété comme suit:

Art. 9. La réexpédition, d'un pays sur un autre, des colis postaux, par suite de changement de résidence des destinataires, ainsi que le renvoi des colis postaux tombés en rebut, donne lieu à la perception supplémentaire des taxes fixées par l'article 5 à la charge des destinataires ou, le cas échéant, des expéditeurs, sans préjudice du remboursement des droits de douane ou autres acquittés.

VI

L'article 10 est supprimé et remplacé par les dispositions suivantes:

Art. 10. 1. Il est interdit d'expédier par la voie de la poste des colis contenant, soit des lettres ou des notes ayant le caractère de correspondance, soit des objets dont l'admission n'est pas autorisée par les lois ou règlement de douane ou autres.

Il est également interdit d'expédier des espèces monnayées, des matières d'or et d'argent et d'autres objets précieux, dans les colis sans valeur déclarée à destination des pays qui admettent la déclaration de valeur.

2. Dans le cas où un colis tombant sous l'une de ces prohibitions est livré par l'une des administrations de l'Union à une autre administration de l'Union, celle-ci procède de la manière et dans les formes prévues

legislação e pelos seus regulamentos internos.

VII

Os §§ 1.º e 2.º do artigo 11.º são substituídos pelas seguintes disposições:

1. Salvo caso de força maior, quando uma encomenda postal se perder, for espoliada ou avariada, o remetente e, na sua falta ou a pedido d'este, o destinatário, tem direito a uma indemnização correspondente á importância real da perda ou da avaria, sem, contudo, que esta indemnização possa exceder, nas encomendas ordinarias 25 francos, e nas encomendas com valor declarado, a importância do seu valor. Contudo, para as administrações que adoptaram o limite de 3 kilogrammas, a indemnização pelas encomendas sem valor declarado, não póde exceder 15 francos.

O remetente de uma encomenda perdida, tem, além d'isso, direito á restituição das despesas de expedição.

2. A obrigação de pagar a indemnização incumbe á administração d'onde depende a repartição expedidora. É reservado a esta administração o recurso contra a administração responsável, isto é, contra a administração em cujo territorio ou serviço teve logar a perda, espoliação ou avaria.

VIII

As seguintes disposições são intercaladas entre os artigos 11.º e 12.º e formam os artigos 11.º *bis* e 11.º *ter*.

Art. 11.º *bis*. É prohibida toda a declaração fraudulenta de valores superiores ao valor real do conteúdo de uma encomenda. No caso de declaração fraudulenta d'esta natureza o remetente perde todo o direito á indemnização, sem prejuizo dos processos judiciarios que se possam intentar em conformidade com a legislação do paiz de origem.

Art. 11.º *ter*. Cada administração póde suspender temporariamente o serviço das encomendas postaes de um modo geral ou parcial, quando haja circumstancias extraordinarias que possam justificar similhante medida; com a condição, porém, de dar d'isso immediatamente aviso pelo telegrapho, se for preciso, á administração ou administrações interessadas.

IX

No § 2.º do artigo 14.º, o praso de quatro mezes é substituído pelo de seis mezes.

X

Os novos artigos 11.º *bis* e 11.º *ter* são intercalados no § 2.º, letra A, do actual artigo 17.º, entre os n.ºs 11.º e 16.º

par sa législation et par ses règlements intérieurs.

VII

Les paragraphes 1 et 2 de l'article 11 sont remplacés par les dispositions suivantes:

1. Sauf le cas de force majeure, lorsqu'un colis postal a été perdu, spolié ou avarié, l'expéditeur et, à défaut ou sur la demande de celui-ci, le destinataire, a droit à une indemnité correspondant au montant réel de la perte ou de l'avarie, sans toutefois que cette indemnité puisse dépasser, pour les colis ordinaires, 25 francs, et pour les colis avec valeur déclarée, le montant de cette valeur. Toutefois, pour les administrations qui ont adopté la limite de 3 kilogrammes, l'indemnité, pour les colis sans valeur déclarée, ne peut pas excéder 15 francs.

L'expéditeur d'un colis perdu a, en outre, droit à la restitution des frais d'expédition.

2. L'obligation de payer l'indemnité incombe à l'administration dont relève le bureau expéditeur. Est réservé à cette administration le recours contre l'administration responsable, c'est-à-dire contre l'administration sur le territoire ou dans le service de laquelle la perte, spoliation ou avarie a eu lieu.

VIII

Les dispositions suivantes sont intercalées, comme articles 11 *bis* et 11 *ter*, entre les articles 11 et 12:

Art. 11 *bis*. Toute déclaration frauduleuse de valeurs supérieurs à la valeur réelle du contenu d'un colis est interdite. En cas de déclaration frauduleuse de cette nature, l'expéditeur perd tout droit à une indemnité, sans préjudice des poursuites judiciaires que peut comporter la législation du pays d'origine.

Art. 11. *ter*. Chaque administration peut, dans des circonstances extraordinaires qui sont de nature à justifier la mesure, suspendre temporairement le service des colis postaux d'une manière générale ou partielle, à la condition d'en donner immédiatement avis, au besoin par le télégraphe, à l'administration ou aux administrations intéressées.

IX

Au paragraphe 2 de l'article 14, le terme de six mois est substitué au terme de quatre mois.

X

Les nouveaux articles 11 *bis* e 11 *ter* sont intercalés au paragraphe 2, lettre a, de l'article 17 actuel, entre les chiffres 11 et 16.

Art. 2.º I. O presente acto adicional começará a vigorar no 1.º de abril de 1886.

2. Será ratificado logo que seja possível. Os actos de ratificação serão trocados em Lisboa.

Em firmeza do que os respectivos plenipotenciarios assignaram o presente acto adicional em Lisboa, no dia 21 de março de 1885.

Por Portugal, *Guilhermino Augusto de Barros* = *Ernesto Madeira Pinto*.

Pelas colonias portuguezas, *Guilhermino Augusto de Barros*.

Pela Allemanha, *Sachse* = *Fritsch*.

Pela Republica Argentina, *F. P. Hansen*.

Pela Austria, *Dewez* = *Varges*.

Pela Hungria, *Gervay*.

Pela Belgica, *F. Gife*.

Pelo Brazil, *Luiz C. P. Guimarães*.

Pela Bulgaria, *R. Ivanoff*.

Pelo Chili, *M. Martinez*.

Pela Dinamarca e Antilhas dinamarquezas, *Lund*.

Pela Republica Dominicana,

Pelo Egypto, *W. F. Halton*.

Pela Hespanha, *S. Alvarez Bugallal* = *A. Herce*.

Pela França, *Laboulaye* = *A. Besnier*.

Pelas colonias francezas, *Laboulaye*.

Pela Grecia, *Eugène Borel*.

Pela Italia, *J. B. Tantesio*.

Pelo Luxemburgo, *Ch. Rischard*.

Pelo Montenegro, *Dewez* = *Varges*.

Pelo Paraguay, *F. A. Rebello*.

Pelos Paizes Baixos, *Hofstede* = *B. Sweerts de Landas-Wyborgh*.

Pela Persia,

Pela Romania,

Pela Servia,

Pela Suecia, *W. Roos*.

Pela Noruega, *Harald Asche*.

Pela Suissa, *Ed Höhn*.

Pela Turquia,

Pela Venezuela, *J. L. Pereira Crespo*.

Pelo Uruguay, *Enrique Kubly*.

Protocollo final

No momento de se proceder á assignatura do acto adicional celebrado na presente data, relativo á permutação das encomendas postaes, os plenipotenciarios abaixo assignados convieram no que se segue:

Qualquer paiz em que actualmente o correio não se encarregue do transporte de pequenas encomendas e que adherir á mencionada convenção e acto adicional, terá a faculdade de fazer executar as suas clausu-

Art. 2. 1. Le présent acte additionnel sera mis à exécution le 1^{er} avril 1886.

2. Il sera ratifié aussitôt que faire se pourra. Les actes de ratification seront échangés à Lisbonne.

En foi de quoi, les plénipotentiaires respectifs ont signé le présent acte additionnel à Lisbonne, le vingt et un mars mil huit cent quatre-vingt cinq.

Pour le Portugal, *Guilhermino Augusto de Barros* = *Ernesto Madeira Pinto*.

Pour les colonies portugaises, *Guilhermino Augusto de Barros*.

Pour l'Allemagne, *Sachse* = *Fritsch*.

Pour la République Argentine, *F. P. Hansen*.

Pour l'Autriche, *Dewez* = *Varges*.

Pour la Hongrie, *Gervay*.

Pour la Belgique, *F. Gife*.

Pour le Brésil, *Luiz C. P. Guimarães*.

Pour la Bulgarie, *R. Ivanoff*.

Pour le Chili, *M. Martinez*.

Pour le Danemark, et les colonies danoises, *Lund*.

Pour la République Dominicaine,

Pour le Egypte, *W. F. Halton*.

Pour l'Espagne, *S. Alvarez Bugallal* = *A. Herce*.

Pour la France, *Laboulaye* = *A. Besnier*.

Pour les colonies françaises, *Laboulaye*.

Pour la Grece, *Eugène Borel*.

Pour l'Italie, *J. B. Tantesio*.

Pour le Luxembourg, *Ch. Rischard*.

Pour le Monténégro, *Dewez* = *Varges*.

Pour le Paraguay, *F. A. Rebello*.

Pour les Pays-Bas, *Hofstede* = *B. Sweerts de Landas-Wyborgh*.

Pour la Perse,

Pour la Roumanie,

Pour la Serbie,

Pour la Suède, *W. Roos*.

Pour la Noruège, *Harald Asche*.

Pour la Suisse, *Ed. Höhn*.

Pour la Turquie,

Pour le Vénézuéla, *J. L. Pereira Crespo*.

Pour l'Uruguay, *Enrique Kubly*.

Protocole final

Au moment de procéder à la signature de l'acte additionnel conclu à la date de ce jour, relativement à l'échange des colis postaux, les plénipotentiaires soussignés sont convenus de ce qui suit:

Tout pays où la poste ne se charge pas actuellement du transport des petits colis et qui adhère à la convention à l'acte additionnel susmentionné, aura la faculté d'en faire exécuter les clauses par les entreprises de

las pelas empresas de caminhos de ferro e de navegação. Poderá também limitar este serviço às encomendas provenientes ou com destino a localidades servidas por estas empresas.

A administração postal d'esse paiz deverá entender-se com as empresas de caminhos de ferro e de navegação para assegurar a completa execução, por estas ultimas, de todas as clausulas da convenção e do acto adicional, especialmente para organizar o serviço de troca na fronteira.

Servir-lhe-ha de intermediaria em todas as suas relações com as administrações postaes dos outros paizes contractantes e com a secretaria internacional.

Em firmeza do que, os plenipotenciarios abaixo indicados lavraram o presente protocollo final, que terá a mesma força e o mesmo valor que se as disposições n'elle contidas estivessem inseridas na convenção e no acto adicional e o assignaram em um exemplar que ficará depositado nos archivos do governo portuguez e do qual será entregue uma copia a cada uma das partes.

Feito em Lisboa, no dia 21 de março de 1885.

Por Portugal, *Guilhermino Augusto de Barros* = *Ernesto Madeira Pinto*.

Pelas colonias portuguezas, *Guilhermino Augusto de Barros*.

Pela Allemanha, *Sachse* = *Fritsch*.

Pela Republica Argentina, *F. P. Hansen*.

Pela Austria, *Dewez* = *Varges*.

Pela Hungria, *Gervay*.

Pela Belgica, *F. Gife*.

Pelo Brazil, *Luiz C. P. Guimarães*.

Pela Bulgaria, *R. Ivanoff*.

Pelo Chili, *M. Martinez*.

Pela Dinamarca e colonias dinamarquezas, *Lund*.

Pela Republica Dominicana,

Pelo Egypto, *W. F. Halton*.

Pela Hespanha, *S. Alvarez Bugallal* = *A. Herce*.

Pela França, *Laboulaye* = *A. Besnier*.

Pelas colonias francezas, *Laboulaye*.

Pela Grecia, *Eugène Borel*.

Pela Italia, *J. B. Tantesio*.

Pelo Luxemburgo, *Ch. Rischard*.

Pelo Montenegro, *Dewez* = *Varges*.

Pelo Paraguay, *F. A. Rebello*.

Pelos Paizes Baixos, *Hofstede* = *B. Swerts de Landas-Wyborgh*.

Pela Persia,

Pela Romania,

Pela Servia,

Pela Suecia, *W. Roos*.

chemins de fer et de navigation. Il pourra en même temps limiter ce service aux colis provenant ou à destination de localités desservies par ces entreprises.

L'administration postale, de ce pays devra s'entendre avec les entreprises de chemins de fer et de navigation, pour assurer la complète exécution, par ces dernières, de toutes les clauses de la convention et de l'acte additionnel, spécialement pour organiser le service d'échange à la frontière.

Elle leur servira d'intermédiaire por toutes leurs relations avec les administrations postales des autres pays contractants et avec le bureau international,

En foi de quoi, les plenipotentiaires ci-dessous ont dressé le présent protocole final, qui aura la même force et la même valeur que si les dispositions qu'il contient étaient insérées dans la convention et dans l'acte additionnel, et ils l'ont signé sur un exemplaire qui restera déposé aux archives du gouvernement portugais et dont une copie sera remise à chaque partie.

Fait à Lisbonne, le vingt et un mars mil huit cent quatre-vingt cinq.

Pour le Portugal, *Guilhermino Augusto de Barros* = *Ernesto Madeira Pinto*.

Pour les colonies portugaises, *Guilhermino Augusto de Barros*.

Pour l'Allemagne, *Sachse* = *Fritsch*.

Pour la République Argentine, *F. P. Hansen*.

Pour l'Autriche, *Dewez* = *Varges*.

Pour la Hongrie, *Gervay*.

Pour la Belgique, *F. Gife*.

Pour le Brésil, *Luiz C. P. Guimarães*.

Pour la Bulgarie, *R. Ivanoff*.

Pour le Chili, *M. Martinez*.

Pour le Danemark et les colonies danoises, *Lund*.

Pour la République Dominicaine,

Pour l'Egypte, *W. F. Halton*.

Pour l'Espagne, *S. Alvarez Bugallal* = *A. Herce*.

Pour la France, *Laboulaye* = *A. Besnier*.

Pour les colonies françaises, *Laboulaye*.

Pour la Grèce, *Eugène Borel*.

Pour l'Italie, *J. B. Tantesio*.

Pour le Luxembourg, *Ch. Rischard*.

Pour le Monténégro, *Dewez* = *Varges*.

Pour le Paraguay, *F. A. Rebello*.

Pour les Pays-Bas, *Hofstede* = *B. Sweerts de Landas-Wyborgh*.

Pour la Perse,

Pour la Roumanie,

Pour la Serbie,

Pour la Suède, *W. Roos*.

Pela Noruega, *Harald Asche*.
 Pela Suíça, *Ed. Höhn*.
 Pela Turquia,
 Pela Venezuela, *J. L. Pereira Crespo*.
 Pelo Uruguay, *Enrique Kubly*.

Pour la Norvège, *Harald Asche*.
 Pour la Suisse, *Ed. Höhn*.
 Pour la Turquie,
 Pour le Vénézuéla, *J. L. Per.^a Crespo*.
 Pour l'Uruguay, *Enrique Kubly*.

E sendo-me presente o mesmo acto adicional e o respectivo protocollo, cujo teor fica acima inserido e bem visto, consideradoe examina do por mim tudo o que n'elles se contém, os ratifico e confirmo assim no todo como em cada uma das suas clausulas e estipulações e pela presente os dou por firmes e validos para haverem de produzir o seu devido effeito, promettendo observal-os e compril-os inviolavelmente e fazel-os cumprir e observar por qualquer modo que possa ser.

Em testemunho e firmeza do sobredito, fiz passar a presente carta, por mim assignada, passada com o sêllo grande das minhas armas e referendada pelo ministro e secretario d'estaño abaixo assignado.

Dada no palacio da Ajuda, aos 5 dias do mez de março de 1886. — **EL-REI**, com rubrica e guarda. — *Henrique de Barros Gomes*. — (Logar do sêllo grande das armas reaes.)

Dom Luiz, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'alem mar, em Africa senhor de Guiné, da conquista, navegação e commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e da India, etc. Faço saber aos que a presente carta de confirmação e ratificação virem que aos 21 de março de 1885 se concluiu e assignou em Lisboa um acto adicional ao accordo relativo á permutação de vales do correio, celebrado em Paris em 4 de junho de 1878, o qual é do teor seguinte:

**Acto adicional de Lisboa ao accordo relativo
á permutação de vales do correio**

**Acte additionnel de Lisbonne à l'arrangement con-
cernant l'échange des mandats de poste**

Celebrado pela Allemanha, Republica Argentina, Austria-Hungria, Belgica, Brazil, Bulgaria, Chili, Dinamarca, Antilhas dinamarquezas, Republica Dominicana, Egypto, França, colonias francezas, Italia, Japão, Republica da Libéria, Luxemburgo, Paizes Baixos, Persia, Portugal, colonias portuguezas, Romania, Suecia e Noruega, Suíça, Uruguay e Venezuela.

Conclu entre l'Allemagne, la République Argentine, l'Autriche-Hongrie, la Belgique, le Brésil, la Bulgarie, le Chili, le Danemark, les Antilles danoises, la République Dominicaine, l'Egypte, la France, les colonies françaises, l'Italie, le Japon, la République de Libéria, le Luxembourg, les Pays-Bas, la Perse, le Portugal, les colonies portugaises, la Roumanie, la Suède et Norvège, la Suisse, l'Uruguay, et le Vénézuéla.

Os abaixo assignados, plenipotenciarios dos governos dos paizes acima indicados, reunidos no congresso de Lisboa,

Em virtude dos artigos 13.^o e 19.^o da convenção de Paris, de 4 de junho de 1878,

Estipularam de commun accordo, e sob reserva de ratificação, o acto adicional seguinte:

Artigo 1.^o O accordo de 4 de junho de 1878, relativo á permutação de vales do correio, soffre as seguintes alterações:

I. Ao artigo 3.^o é adicionada, entre os §§ 3.^o e 4.^o, uma nova disposição concebida n'estes termos:

3.^o *bis* O remettente de um vale póde obter um aviso do pagamento do mesmo vale, satisfazendo adiantadamente, em proveito exclusivo da administração do paiz de origem, uma taxa fixa igual á que n'esse mesmo paiz se recebe pelos avisos de recepção das correspondencias registadas.

II. Entre os artigos 3.^o e 4.^o, acrescenta-se o novo artigo seguinte:

Les soussignés, plénipotentiaires des gouvernements des pays ci-dessus désignés, réunis en congrès à Lisbonne,

En vertu des articles 13 et 19 de la convention conclue à Paris le 4^{er} juin 1878.

Ont, d'un commun accord, et sous réserve de ratification, arrêté l'acte additionnel suivant:

Article 1^{er} Les modifications suivantes sont apportées à l'arrangement du 4 juin 1878, concernant l'échange des mandats de poste:

I. L'article 3 est modifié par l'adjonction, entre ses §§ 3 et 4, d'une nouvelle disposition ainsi conçue:

3 *bis*. L'expéditeur d'un mandat peut obtenir un avis de paiement de ce mandat, en acquittant d'avance, au profit exclusif de l'administration du pays d'origine, un droit fixe égal à celui qui est perçu dans ce pays pour les avis de réception des correspondances recommandées.

II. Il est ajouté, entre les articles 3 et 4, un nouvel article ainsi conçu:

Art. 3.º *bis* I. Os vales de correio podem transmittir-se pelo telegrapho, entre as administrações que resolvam utilizar-se d'esta fôrma de transmissão nas suas mutuas relações, sendo, em tal caso, os alludidos vales qualificados de vales telegraphicos.

2. O remetente de um vale telegraphico tem a pagar:

1.º A taxa ordinaria dos vales de correio;

2.º A taxa do telegramma.

3. Os vales telegraphicos, á similhança do que acontece com os telegrammas ordinarios, e nas mesmas condições d'estes, podem ser urgentes, conferidos ou entregues por proprio ou pelo correio. Igualmente lhes pôde ser applicavel o pedido de certificado de recepção.

4.º Os vales telegraphicos não podem ser onerados de direito algum alem dos previstos no presente artigo, ou dos que devam ser-lhes impostos em conformidade dos regulamentos telegraphicos internacionaes.

III. No primeiro paragrapho do artigo 4.º as palavras «em moeda metallica» são substituidas pelas palavras «em moeda de oiro».

IV. O artigo 6.º fica redigido da seguinte fôrma:

As estipulações do presente accordo não restringem o direito das partes contratantes de manter e de celebrar accordos especiaes, assim como de manter e de estabelecer uniões mais intimas, tendentes ao melhoramento do serviço dos vales do correio internacionaes.

V. Os §§ 2.º e 3.º do artigo 10.º são modificados da maneira seguinte:

1.º A unanimidade dos votos, quando se tratar da modificação dos artigos 1.º, 2.º, 3.º, 3.º *bis*, 4.º, 10.º e 11.º do presente accordo;

2.º Dois terços dos votos, quando se tratar da modificação de outras disposições que não sejam as dos artigos 1.º, 2.º, 3.º, 3.º *bis*, 4.º, 10.º e 11.º

Art. 2.º I. O presente acto adicional começará a vigorar em 1 de abril de 1886.

Será ratificado logo que seja possivel, e os respectivos actos de ratificação trocar-se-hão em Lisboa.

Em firmeza do que, os plenipotenciarios dos paizes acima indicados assignaram o presente acto adicional em Lisboa, aos 21 de março de 1885.

Por Portugal, *Guilhermino Augusto de Barros* = *Ernesto Madeira Pinto*.

Pelas colonias portuguezas, *Guilhermino Augusto de Barros*.

Pela Allemanha, *Sachse* = *Fritsch*.

Art. 3 *bis*. 1. Les mandats de poste peuvent être transmis par le télégraphe, dans les relations entre les offices que conviennent d'utiliser ce mode de transmission; ils sont qualifiés, en ce cas, de mandats télégraphiques.

2. L'expéditeur d'un mandat télégraphique a à payer:

1.º La taxe ordinaire des mandats de poste;

2.º La taxe du télégramme.

3. Les mandats télégraphiques peuvent, comme les télégrammes ordinaires et aux mêmes conditions que ces derniers, être soumis aux formalités de l'urgence, du collationnement et de la distribution par exprès ou par la poste. Ils peuvent de même donner lieu à des demandes d'accusé de réception.

4. Les mandats télégraphiques ne sont grevés d'aucuns frais autres que ceux prévus au présent article, ou que ceux qui peuvent être perçus en conformité des règlements télégraphiques internationaux.

III. Dans le 1^{er} paragraphe de l'article 4, les mots «en monnaie métallique» sont remplacés par les mots «en monnaie d'or».

IV. L'article 6 reçoit la rédaction suivante:

Les stipulations du présent arrangement ne portent pas restriction au droit des parties contractantes de maintenir et de conclure des arrangements spéciaux ainsi que de maintenir et d'établir des unions plus restreintes en vue de l'amélioration du service des mandats de poste internationaux.

V. Les 2º et 3º alinéas de l'article 10 sont modifiés comme suit:

1º. L'unanimité des suffrages, s'il s'agit de la modification des articles 1, 2, 3, 3 *bis*, 4, 10 et 11 du présent arrangement;

2º. Les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification de dispositions autres que celles des articles 1, 2, 3, 3 *bis*, 4, 10 et 11.

Art. 2. I. Le présent acte additionnel entrera en vigueur le 1^{er} avril 1886.

Il sera ratifié aussitôt que faire se pourra.

Les actes de ratification seront échangés à Lisbonne.

En foi de quoi, les plenipotentiaires des pays ci-dessus énumérés ont signé le présent acte additionnel à Lisbonne, le vingt et un mars mil huit cent quatre-vingt cinq.

Pour le Portugal, *Guilhermino Augusto de Barros* = *Ernesto Madeira Pinto*.

Pour les colonies portugaises, *Guilhermino Augusto de Barros*.

Pour l'Allemagne, *Sachse* = *Fritsch*.

Pela Republica Argentina, *R. P. Mun-
sen*.
Pela Austria, *Dewez* = *Vargies*.
Pela Hungria, *Gervay*.
Pela Belgica, *F. Gife*.
Pelo Brazil, *Lutz C. P. Guimarães*.
Pela Bulgaria, *R. Ivanoff*.
Pelo Chili, *M. Martinez*.
Pela Dinamarca e Antilhas dinamarque-
zas, *Lund*.
Pela Republica Dominicana,
Pelo Egypto, *W. F. Hallon*.
Pela Franca, *Laboulaye* = *A. Besnier*.
Pelas colonias francezas, *Laboulaye*.
Pela Italia, *J. B. Tantesio*.
Pelo Japao, *Yasushi Nomura*.
Pelo Luxemburgo, *Ch. Rischard*.
Pelos Paizes Baixos, *Hofstede* = *B. Sweerts de Landas Wyborgh*.
Pela Persia,
Pela Romania, *Jon Ghika*.
Pela Suecia, *W. Roos*.
Pela Noruega, *Harald Asche*.
Pela Suissa, *Ed. Hohn*.
Pela Venezuela, *J. L. Per. Crespo*.
Pelo Uruguay, *Enrique Kubly*.
Pela Republica da Libertia, *Comte Sen-
marti*.
Para a Republica Argentina, *R. P. Mun-
sen*.
Para a Austria, *Dewez* = *Vargies*.
Para a Hungria, *Gervay*.
Para a Belgica, *F. Gife*.
Para o Brazil, *Lutz C. P. Guimarães*.
Para a Bulgaria, *R. Ivanoff*.
Para o Chili, *M. Martinez*.
Para a Dinamarca e Antilhas danoe-
ses, *Lund*.
Para a Republica Dominicana,
Para o Egypto, *W. F. Hallon*.
Para a Franca, *Laboulaye* = *A. Besnier*.
Para as colonias francezas, *Laboulaye*.
Para a Italia, *J. B. Tantesio*.
Para o Japao, *Yasushi Nomura*.
Para o Luxemburgo, *Ch. Rischard*.
Para os Paizes Baixos, *Hofstede* = *B. Sweerts de Landas Wyborgh*.
Para a Persia,
Para a Romania, *Jon Ghika*.
Para a Suecia, *W. Roos*.
Para a Noruega, *Harald Asche*.
Para a Suissa, *Ed. Hohn*.
Para a Venezuela, *J. L. Per. Crespo*.
Para o Uruguay, *Enrique Kubly*.
Para a Republica da Libertia, *Comte Sen-
marti*.

Estendo-me presente o mesmo acto adicional, cujo teor fica acima inscrito e bem visto, considerado e examinado por mim tudo o que n'elle se contém, o ratifico e confirmo assim no todo como em cada uma das suas clausulas e estipulações, e pela presente o dou por firme e valido para haver de produzir o seu devido effeito, prometendo observalo e cum-primto-o invariavelmente e fazel-o cumprir e observar por qualquer modo que possa ser. Em testemunho e firmeza do sobredito fiz passar a presente carta por mim assignada, passada com o sello grande das minhas armas e referendada pelo ministro e secretario d'estado abaixo assignado.

Dada no paco da Ajuda, aos 5 dias do mez de março de 1886. = Fl. Rei, com rubrica e guarda. = *Henrique de Barros Gomes*. — (Logar do sello grande das armas reaes.)

Dom Luiz, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'alem mar, em Africa, senhor de Guiné, da conquista, navegação e commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e da India, etc. Faço saber aos que a presente carta de confirmação e ratificação virem que aos 21 de março de 1885 se concluiu e assignou em Lisboa um acto adicional ao accordo relativo a permutação de cartas com valor declarado celebrado em Paris no 1.º de junho de 1878 o qual é do teor seguinte:

Acto adicional de Lisboa ao accordo relativo a permutação de cartas com valores declarados cernant l'échange des lettres avec valeurs déclarées

Celebrado pela Alemanha, Austria-Hungria, Belgica, Bulgaria, Dinamarca, colonias dinamarquezas, Republica Dominicana, Egypto, Hespanha, Franca, colonias francezas, Italia, Luxemburgo, Paizes Baixos, Portugal, colonias portuguezas, Romaniaa, Russia, Suecia e Noruega, Suissa e Venezuela.

Os abaixo assignados, plenipotenciarios dos governos dos paizes acima designados, Os abaixo assignados, plenipotenciarios dos governos dos paizes ci-dessus désignés,

reunidos no congresso de Lisboa, em virtude do artigo 16.º do accordo celebrado em Paris em 4 de junho de 1878, relativo á permutação de cartas eom valores declarados, estipularam de commun accordo, e sob reserva de ratificação o acto adicional seguinte:

Artigo 1.º O accordo do 1.º de junho de 1878, relativo á permutação de cartas com valores declarados, é modificado do modo seguinte:

I. O artigo 1.º é modificado por fôrma que na segunda parte, a quantia de 10:000 francos, substitua a de 5:000 francos.

II. O artigo 6.º é completado pela seguinte disposição, que formará um segundo paragrapho do mesmo artigo:

Dado o caso de declaração fraudulenta d'esta uatureza, o expedidor perde completamente o direito á indemnisação, independentemente dos processos judiciais que possam ser intentados em virtude da legislação do paiz de origem.

III. O artigo 8.º é modificado do modo seguinte:

A segunda parte do § 1.º passa a ter a seguinte redacção:

Comtudo no caso de perda ou de subtracção parcial inferior ao valor declarado, só é reembolsada a importancia da perda.

O ultimo periodo da quinta parte do mesmo paragrapho fica d'aqui em diante concebido nos seguintes termos:

A administração responsavel é obrigada a reembolsar, sem demora, por meio de letra ou vale do correio, á administração remettente, a totalidade da indemnisação paga por esta.

O § 2.º fica redigido da maneira seguinte:

A administração por conta da qual é feito o reembolso da importancia dos valores declarados que não chegaram ao seu destino, fica subrogada em todos os direitos do proprietario dos referidos valores.

Ficam supprimidas no final do § 4.º as palavras «as receberam».

IV. A segunda parte do artigo 13.º fica modificada do seguinte modo:

1.º A unanimidade dos votos se se tratar da modificação das disposições d'este artigo, bem como dos artigos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 8.º precedentes.

Art. 2.º I. O presente acto adicional começará a vigorar no 1.º de abril de 1886.

II. Será ratificado logo que seja possivel. Os actos de ratificação serão trocados em Lisboa.

Em firmeza do que, os plenipotenciarios dos paizes acima designados assignaram o

réunis en congrès à Lisbonne, en vertu de l'article 16 de l'arrangement conclu à Paris le 4^{er} juin 1878, concernant l'échange des lettres avec valeurs déclarées, ont, d'un commun accord, et sous réserve de ratification, arrêté l'acte additionnel suivant:

Article 1^{er} L'arrangement du 4^{er} juin 1878, concernant l'échange des lettres avec valeurs déclarées, est modifié comme suit:

I. L'article 1^{er} est modifié dans ce sens que, au deuxième alinéa, le chiffre de 10,000 francs est substitué au chiffre de 5,000 francs.

II. L'article 6 est complété par la disposition suivante, qui en formera le deuxième alinéa:

En cas de déclaration frauduleuse de cette nature, l'expéditeur perd tout droit à l'indemnité, sans préjudice des poursuites judiciaires qui peut comporter la législation du pays d'origine.

III. L'article 8 est modifié comme suit:

Le deuxième alinéa du paragrapho premier reçoit la rédaction ci-après:

Toutefois, en cas de perte ou spoliation partielle inférieure à la valeur déclarée, il n'est remboursé que le montant de la perte.

La phrase finale de cinquième alinéa du même paragrapho sera désormais ainsi conçue:

L'office responsable est tenu de rembourser sans retard, et au moyen d'une traite ou d'un mandat de poste, à l'office expéditeur, le montant de l'indemnité payée par celui-ci.

Le paragrapho 2 reçoit la rédaction suivante:

L'administration pour le compte de laquelle est opéré le remboursement du montant des valeurs déclarées non parvenues à destination est subrogée dans tous les droits du propriétaire.

Les mots «et pris livraison» sont supprimés à la fin du paragrapho 4.

IV. Le deuxième alinéa de l'article 13 est modifié comme suit:

1.º L'unanimité des suffrages, s'il s'agit de la modification des dispositions du présent article et des articles 1, 2, 3, 4 et 8 précédentes.

Art. 2. I. Le présent acte additionnel entrera en vigueur le 1^{er} avril 1886.

II. Il sera ratifié aussitôt que faire se pourra. Les actes de ratification seront échangés à Lisbonne.

En foi de quoi, les plenipotenciaires des pays ci-dessus énumérés ont signé le pré-

presente acto addicional em Lisboa, no dia 21 de março de 1885.

sent acte additionnel à Lisbonne, le 21 mars 1885.

Por Portugal, *Guilhermino Augusto de Barros* = *Ernesto Madeira Pinto*.

Pelas colonias portuguezas, *Guilhermino Augusto de Barros*.

Pela Allemanha, *Sachse* = *Fritsch*.

Pela Austria, *Dewez* = *Varges*.

Pela Hungria, *Gervay*.

Pela Belgica, *F. Gife*.

Pela Bulgaria, *R. Ivanoff*.

Pela Dinamarca e colonias dinamarquezas, *Lund*.

Pela Republica Dominicana,

Pelo Egypto, *W. F. Halton*.

Pela Hespanha, *S. Alvarez Bugallal* = *A. Herce*.

Pela França, *Laboulaye* = *A. Besnier*.

Pelas colonias francezas, *Laboulaye*.

Pela Italia, *J. B. Tantesio*.

Pelo Luxemburgo, *Ch. Rischard*.

Pelos Paizes Baixos, *Hofstede* = *B. Sweerts de Landas-Wyborgh*.

Pela Romania,

Pela Russia, *N. de Besack* = *Georges de Poggenpohl*.

Pela Suecia, *W. Roos*.

Pela Noruega, *Harald Asche*.

Pela Suissa, *Ed. Höhn*.

Pela Venezuela, *J. L. Pereira Crespo*.

Pour le Portugal, *Guilhermino Augusto de Barros* = *Ernesto Madeira Pinto*.

Pour les colonies portugaises, *Guilhermino Augusto de Barros*.

Pour l'Allemagne, *Sachse* = *Fritsch*.

Pour l'Autriche, *Dewez* = *Varges*.

Pour la Hongrie, *Gervay*.

Pour la Belgique, *F. Gife*.

Pour la Bulgarie, *R. Ivanoff*.

Pour le Danemark et les colonies danol-ses, *Lund*.

Pour la République Dominicaine,

Pour l'Egypte, *W. F. Halton*.

Pour l'Espagne, *S. Alvarez Bugallal* = *A. Herce*.

Pour la France, *Laboulaye* = *A. Besnier*.

Pour les colonies françaises, *Laboulaye*.

Pour l'Italie, *J. B. Tantesio*.

Pour le Luxembourg, *Ch. Rischard*.

Pour les Pays-Bas, *Hofstede* = *B. Sweerts de Landas-Wyborgh*.

Pour la Roumanie,

Pour la Russie, *N. de Besack* = *Georges de Poggenpohl*.

Pour la Suède, *W. Roos*.

Pour la Noruège, *Harald Asche*.

Pour la Suisse, *Ed. Höhn*.

Pour le Vénézuela, *J. L. Pereira Crespo*.

E sendo-me presente o mesmo acto addicional, cujo teor fica acima inserido, e bem visto, considerado e examinado por mim tudo o que n'elle se contém, o ratifico e confirmo assim no todo como em cada uma das suas clausulas e estipulações, e pela presente o dou por firme e valido para haver de produzir o seu devido effeito, promettendo observal-o e cumprir-o inviolavelmente e fazel-o cumprir e observar por qualquer modo que possa ser.

Em testemunho e firmeza do sobredito, fiz passar a presente carta por mim assignada, passada com o sêllo grande das minhas armas e referendada pelo ministro e secretario d'estado abaixo assignado.

Dada no palacio de Ajuda, aos 5 dias do mez de março de 1886. = EL-REI, com rubrica e guarda. = *Henrique de Barros Gomes*. = (Logar do sêllo grande das armas reaes.)

Dom Luiz, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'alem mar, em Africa senhor de Guiné, da conquista, navegação e commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e da India, etc. Faço saber aos que a presente carta de confirmação e ratificação virem, que aos 21 de março de 1885 se concluiu e assignou em Lisboa um accordo relativo ao serviço de cobranças, o qual é do teor seguinte:

Accordo relativo ao serviço das cobranças

Arrangement concernant le service des recouvrements

Celebrado pela Allemanha, Austria-Hungria, Belgica, Egypto, França, Italia, Luxemburgo, Portugal, colonias portuguezas, Romania, Suissa e Republica de Liberia.

Conclu entre l'Allemagne, l'Autriche-Hongrie, la Belgique, l'Egypte, la France, l'Italie, la République de Libéria, le Luxembourg, le Portugal, les colonies portugaises, la Roumanie et la Suisse.

Os abaixo assignados, plenipotenciarios dos governos dos paizes acima designados,

Les soussignés, plenipotentiaires des gouvernements des pays ci-dessus dénommés.

estipularam de commun accordo e sob reserva de ratificação o seguinte accordo:

Artigo 1.º A permutação de valores a cobrar por intermedio do correio entre os paizes contratantes que se encarregam reciprocamente d'este serviço, é regulada pelas disposições do presente accordo.

Art. 2.º 1. São admittidos á cobrança os recibos, facturas, ordens de pagamento, letras de cambio e em geral todos os valores commerciaes ou quaesquer outros, pagaveis sem despesas e cuja importancia não exceda, por cada remessa, 4.000 francos effectivos ou uma quantia equivalente na moeda de cada paiz. As administrações postaes de dois paizes correspondentes podem, de commun accordo, adoptar um maximo mais elevado.

2. As administrações postaes dos paizes contratantes podem igualmente encarregar-se de fazer protestar os titulos commerciaes e tomar, de commun accordo, as necessarias disposições com respeito a este serviço.

Art. 3.º A importancia dos valores a cobrar pelo correio deve ser indicada na moeda do paiz encarregado da cobrança.

Art. 4.º 1. A remessa dos valores a cobrar faz-se em forma de carta registada, dirigida directamente pelo depositante dos valores á repartição postal que deve cobrar as respectivas importancias.

2. A mesma remessa pôde conter diferentes valores a cobrar pela mesma repartição postal de diversos devedores em proveito de um mesmo credor.

Art. 5.º 1. O porte de uma remessa feita em conformidade do artigo 4.º antecedente é o de uma carta registada de peso igual ao da mesma remessa. Este porte pertence por inteiro á administração postal do paiz de origem.

2. No acto do deposito da carta contendo valores entrega-se gratuitamente ao interessado um recibo d'essa mesma carta.

Art. 6.º Não se admittem pagamentos parciaes. Os valores devem ser pagos integralmente de uma só vez, e não o sendo consideram-se como recusados.

Art. 7.º 1. A administração postal encarregada da cobrança percebe sobre a importancia de cada valor cobrado uma percentagem de 10 centimos ou a sua equivalencia na moeda do paiz de destino.

2. O producto d'esta retribuição não dá lugar a conta alguma entre as duas administrações interessadas.

Art. 8.º Nas relações entre os paizes onde actualmente o direito de cobrança é superior ao que se acha fixado no artigo antecedente, têm as administrações interessadas a facul-

ont, d'un commun accord et sous réserve de ratification, arrêté l'arrangement suivant:

Article 1^{er}. L'échange des valeurs à recouvrer par la poste entre ceux des pays contractants qui conviennent de se charger réciproquement de ce service, est régi par les dispositions du présent arrangement.

Art. 2. 1. Sont admis à l'encaissement les quittances, factures, billets à ordre, traites et généralement toutes les valeurs commerciales ou autres, payables sans frais, et dont le montant n'excede pas, par envoi, 4.000 francs effectifs ou une somme équivalente dans la monnaie de chaque pays. Les administrations des postes de deux pays correspondants peuvent, d'un commun accord, adopter un maximum plus élevé.

2. Les administrations des postes des pays contractants peuvent également se charger de faire protester les effets de commerce et prendre, d'un commun accord, les dispositions nécessaires au sujet de ce service.

Art. 3. Le montant des valeurs à recouvrer par la poste doit être exprimé en monnaie du pays chargé du recouvrement.

Art. 4. 1. L'envoi des valeurs à recouvrer est fait sous forme de lettre recommandée, adressée directement par le déposant au bureau de poste qui doit encaisser les fonds.

2. Le même envoi peut contenir plusieurs valeurs recouvrables par un même bureau de poste sur des débiteurs différents, au profit d'une même personne.

Art. 5. 1. La taxe d'un envoi fait en conformité de l'article 4 précédent est celle d'une lettre recommandée du poids de cet envoi. Cette taxe appartient en entier à l'administration des postes du pays d'origine.

2. Un récépissé de l'envoi est remis gratuitement à l'intéressé, au moment du dépôt.

Art. 6. Il n'est pas admis de paiement partiel. Chaque valeur doit être payée intégralement et en une seule fois, sinon, elle est tenue comme refusée.

Art. 7. 1. L'administration des postes chargée de l'encaissement prélève, sur le montant de chaque valeur encaissée, une rétribution de 10 centimes ou l'équivalent dans la monnaie du pays de destination.

2. Le produit de cette rétribution ne donne lieu à aucun décompte entre les administrations intéressées.

Art. 8. Dans les relations qui comportent actuellement la perception d'un droit d'encaissement supérieur à celui fixé par l'article précédent, les administrations intéressées

dade de conservar provisoriamente esse direito, contanto que n'essas mesmas relações se limite a um porte fixo de 25 centimos o porte previsto no artigo 5.º precedente.

Art. 9.º 1. A importancia cobrada depois de deduzidos:

a) a percentagem fixada no artigo 7.º ou no artigo 8.º conforme o caso;

b) O premio ordinario dos vales do correio; e

c) Os direitos fiscaes, havendo-os, applicaveis aos valores;

converte-se pela repartição que fez a cobrança em um vale do correio a favor do depositante, vale que lhe é enviado sem despesa alguma.

2. Os valores que não forem cobrados reenviam-se á repartição remetente, livres de porte e de qualquer outro direito. A administração dos correios encarregada da cobrança não é obrigada a medida alguma ulterior, nem a provar a rasão da falta de pagamento.

Art. 10.º As disposições do accordo relativo á permutação de vales do correio são applicaveis em tudo o que não for contrario ao presente accordo aos vales do correio emitidos em virtude do artigo 9.º precedente para a liquidação dos valores cobrados por intermedio do correio.

2. Estes vales admittem-se até ao maximo fixado no § 1.º do artigo 2.º

Art. 11.º 1. Salvo o caso de força maior, quando se perder uma carta contendo titulos a cobrar, pagar-se-ha ao depositante uma indemnisação de 50 francos nas condições determinadas pela convenção principal. A excepção contida no ultimo paragrafo do artigo 6.º *bis* d'esta convenção não é applicavel ás remessas de cobranças.

2. No caso de perda das quantias cobradas, a administração, a cujo serviço se attribue a perda, é obrigada ao reembolso integral das quantias perdidas.

Art. 12.º As administrações não são responsaveis pelas demoras da transmissão, quer das cartas registadas contendo valores para cobrar, quer dos proprios valores ou vales de pagamento.

Art. 13.º As estipulações do presente accordo não restringem o direito ás partes contratantes, de manter ou estipular accordos especiaes, bem como de conservar e estabelecer uniões mais restrictas, com o fim de melhorar o serviço de cobranças internacionaes.

ont la faculté de conserver provisoirement le droit en vigueur, pourvu que, dans ces mêmes relations, la taxe de dépôt prévue à l'article 5 soit limitée à un droit fixe de 25 centimes.

Art. 9. 1. La somme recouvrée, après déduction:

a. de la rétribution fixée à l'article 7, ou à l'article 8, suivant le cas;

b. de la taxe ordinaire des mandats-poste, et

c. s'il y a lieu, des droits fiscaux appliqués aux valeurs.

est convertie, par le bureau qui a fait le recouvrement, en un mandat-poste au profit du déposant. Ce mandat lui est envoyé sans frais.

2. Les valeurs qui n'ont pu être recouvrées sont renvoyées au bureau de dépôt en franchise de port et sans être grevées d'un droit quelconque. L'administration des postes chargée du recouvrement n'est tenue à aucune mesure conservatoire, ou constatation de nature quelconque du non-paiement.

Art. 10. 1. Les dispositions de l'arrangement concernant l'échange des mandats de poste sont applicables, en tout ce qui n'est pas contraire au présent arrangement, aux mandats de poste délivrés en vertu de l'article 9 précédent, pour la liquidation des valeurs recouvrées par la poste.

2. Ces mandats sont admis jusqu'au maximum fixé en vertu du premier paragraphe de l'article 2.

Art. 11. 1. Sauf le cas de force majeure, en cas de perte d'une lettre recommandée contenant des effets à recouvrer, il est payé au déposant une indemnité de 50 francs dans les conditions déterminées par la convention principale. La réserve contenue au dernier alinéa de l'article 6 *bis* de cette convention n'est toutefois pas applicable aux envois de recouvrements.

2. En cas de perte de sommes encaissées, l'administration au service de laquelle la perte est attribuable, est tenue au remboursement intégral des sommes perdues.

Art. 12. Les administrations ne sont tenues à aucune responsabilité du chef de retards dans la transmission, soit des lettres recommandées contenant les valeurs à recouvrer, soit de ces valeurs elles-mêmes ou des mandats de paiement.

Art. 13. Les stipulations du présent arrangement ne portent pas restriction au droit des parties contractantes, de maintenir et de conclure des arrangements spéciaux, ainsi que de maintenir et d'établir des unions plus restreintes, en vue d'améliorer le service des recouvrements internationaux.

Art. 14.º Alem d'isto o presente accordo não affectará a legislação interna dos paizes contratantes em tudo quanto se não achar previsto por este accordo.

Art. 15.º 1. Fica entendido que na falta de disposições formaes no presente accordo, cada administração tem a faculdade de applicar as disposições que regem as cobranças no seu serviço interno.

2. Comtudo é formalmente prohibido receber-se, quer no paiz de origem, quer no paiz de destino, qualquer porte ou percentagem que não sejam os previstos no presente accordo.

Art. 16.º Cada administração póde, em circumstancias extraordinarias de natureza tal que justifiquem similhante medida, suspender temporariamente o serviço das cobranças, de uma maneira geral ou parcial, com a condição de dar d'isso immediatamente aviso, e se necessario for pelo telegrapho, á administração ou administrações interessadas.

Art. 17.º 1. As administrações postaes dos paizes contratantes admittem ao serviço das cobranças todas as repartições encarregadas de serviço de vales internacionaes.

2. Regulam de commun accordo o modo de depositar e remetter os valores a cobrar, bem como quaesquer outras medidas regulamentares necessarias para assegurar a execução do presente accordo.

Art. 18.º Os estados da União que ainda não tomaram parte n'este accordo, podem adherir a elle a seu pedido e na fôrma prescripta pela convenção principal na parte que se refere ás adhesões á união postal universal.

Art. 19.º 1. No intervallo que medeia entre as reuniões previstas na convenção principal, qualquer administração postal de um dos paizes contratantes tem o direito de dirigir ás outras administrações que fazem parte d'este accordo, por intermedio da repartição internacional, propostas relativas ao serviço das cobranças. Porém, para que essas propostas tenham effeito executivo, devem reunir, a saber:

1.º A unanimidade dos votos, se se tratar da modificação dos artigos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 10.º, 11.º, 12.º, 13.º, 14.º, 15.º, 16.º, 18.º, 19.º e 20.º do presente accordo;

2.º Os dois terços dos votos, se se tratar da modificação do artigo 17.º;

3.º A simples maioria absoluta se se tratar da interpretação das disposições do presente accordo.

Art. 14. En outre, le présent arrangement ne porte pas atteinte à la législation intérieure des pays contractants, dans tout ce qui n'est pas prévu par cet arrangement.

Art. 15. 1. Il est entendu qu'à défaut de dispositions formelles du présent arrangement, chaque administration a la faculté d'appliquer les dispositions régissant la matière dans son service intérieur.

2. Il est toutefois formellement interdit de percevoir, soit dans les pays d'origine, soit dans les pays de destination, une taxe ou rétribution quelconque autre que celles qui sont prévues par le présent arrangement.

Art. 16. Chaque administration peut, dans des circonstances extraordinaires de nature à justifier la mesure, suspendre temporairement le service des recouvrements, d'une manière générale ou partielle, sous la condition d'en donner immédiatement avis, au besoin par voie télégraphique, à l'administration ou aux administrations intéressées.

Art. 17. Les administrations des postes des pays contractants admettent au service des recouvrements tous les bureaux chargés du service des mandats de poste internationaux.

2. Elles règlent, d'un commun accord, le mode du dépôt et de l'envoi des valeurs à recouvrer, ainsi que toutes les autres mesures de détail ou d'ordre nécessaires pour assurer l'exécution du présent arrangement.

Art. 18. Les États de l'Union, qui n'ont point pris part au présent arrangement, seront admis à y adhérer sur leur demande et dans la forme prescrite par la convention principale en ce qui concerne les adhésions à l'Union postale universelle.

Art. 19. 1. Dans l'intervalle qui s'écoule entre les réunions prévues par la convention principale, toute administration des postes d'un des pays contractants a le droit d'adresser aux autres administrations participantes, par l'intermédiaire du bureau international, des propositions concernant le service des recouvrements. Mais pour devenir exécutoires, ces propositions doivent réunir, savoir:

1.º L'unanimité des suffrages, s'il s'agit de la modification des articles 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19 e 20 du présent arrangement;

2.º Les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification de l'article 17;

3.º La simple majorité absolue, s'il s'agit de l'interprétation des dispositions du présent arrangement.

2. As resoluções que se tomarem são sancionadas, nos dois primeiros casos, por uma declaração diplomatica, e no terceiro caso por uma simples notificação administrativa segundo a forma prevista na convenção principal.

Art. 20.º 1. O presente accordo começará a vigorar no 1.º de abril de 1886.

2. Terá a mesma duração que a convenção principal, sem prejuizo dos direitos reservados a cada paiz, de se retirar d'este accordo mediante aviso dado, com um anno de antecedencia, pelo seu governo ao governo da Confederação Suissa. Durante este ultimo anno, o accordo continuará a ter a plena execução, sem prejuizo da liquidação e do saldo das contas depois de expirar o dito praso.

3. São derogadas, a contar do dia em que este accordo for posto em execução, todas as disposições estipuladas anteriormente entre os diversos governos ou administrações das partes contratantes, quando taes disposições não possam harmonisar-se com as disposições do presente accordo, e sem prejuizo dos direitos reservados pelo artigo 13.º

4. O presente accordo será ratificado logo que seja possivel. Os actos de ratificação serão trocados em Lisboa.

Em firmeza do que, os plenipotenciarios dos paizes acima designados assignaram o presente accordo em Lisboa, em 21 de março de 1885.

Por Portugal, *Guilhermino Augusto de Barros* = *Ernesto Madeira Pinto*.
Pelas colonias portuguezas, *Guilhermino Augusto de Barros*.
Pela Alemanha, *Sachse* = *Fritsch*.
Pela Austria, *Dewez* = *Vargès*.
Pela Hungria, *Gervay*.
Pela Belgica, *F. Gife*.
Pelo Egypto, *W. F. Halton*.
Pela França, *Laboulaye* = *A. Besnier*.

Pela Italia, *J. B. Tantesio*.
Pelo Luxemburgo, *Ch. Rischard*.
Pela Romania, *Jon Ghika*.
Pela Suissa, *Ed. Höhn*.
Pela republica da Liberia, *Conde Senmarti*.

2. Les résolutions valables sont consacrées, dans les deux premiers cas, par une déclaration diplomatique, et dans le troisième cas, par une notification administrative, selon la forme prévue par la convention principale.

Art. 20. I. Le présent arrangement entrera en vigueur le 1^{er} avril 1886.

2. Il aura la même durée que la convention principale, sans préjudice du droit réservé à chaque pays, de se retirer de cet arrangement moyennant un avis donné, un an à l'avance, par son gouvernement au gouvernement de la Confédération Suisse. Pendant cette dernière année, l'arrangement continuera d'avoir son exécution pleine et entière, sans préjudice de la liquidation et du solde des comptes après l'expiration du dit terme.

3. Sont abrogées, à partir du jour de la mise à exécution du présent arrangement, toutes les dispositions convenues antérieurement entre les divers gouvernements ou administrations des parties contractantes, pour autant qu'elles ne seraient pas conciliables avec les termes du présent arrangement, le tout sans préjudice des droits réservés par l'article 13.

4. Le présent arrangement sera ratifié aussitôt que faire se pourra. Les actes de ratification seront échangés à Lisbonne.

En foi de quoi, les plenipotentiaires des pays ci-dessus dénommés ont signé le présent arrangement à Lisbonne, le vingt et un mars mil huit cent quatre-vingt cinq.

Pour le Portugal, *Guilhermino Augusto de Barros* = *Ernesto Madeira Pinto*.
Pour les colonies portugaises, *Guilhermino Augusto de Barros*.
Pour l'Allemagne, *Sachse* = *Fritsch*.
Pour l'Autriche, *Dewez* = *Vargès*.
Pour la Hongrie, *Gervay*.
Pour la Belgique, *F. Gife*.
Pour l'Egypte, *W. F. Halton*.
Pour la France, *Laboulaye* = *A. Besnier*.
Pour l'Italie, *J. B. Tantesio*.
Pour le Luxembourg, *Ch. Rischard*.
Pour la Roumanie, *Jon Ghika*.
Pour la Suisse, *Ed. Höhn*.
Pour le Republique de Libéria, *Conte Senmarti*.

E sendo-me presente o mesmo accordo, cujo teor fica acima inserido, e bem visto, considerado e examinado por mim tudo o que n'elle se contém, o ratifico e confirmo assim no todo como em cada uma das suas clausulas e estipulações, e pela presente o dou por firme e valido para haver de produzir o seu devido effeito, prometendo observal-o e cumpri-l-o inviolavelmente e fazel-o cumprir e observar por qualquer modo que possa ser.

Em testemunho e firmeza do sobredito, fiz passar a presente carta por mim assignada, passada com o sello grande das minhas armas e referendada pelo ministro e secretario d'estado abaixo assignado.

Dada no palacio da Ajuda, aos 5 dias do mez de março de 1886. — EL-REI, com rubrica e guarda. — *Henrique de Barros Gomes*. — (Logar do sello grande das armas reaes.)

Dom Luiz, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'alem mar, em Africa senhor de Guiné, da conquista, navegação e commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e da India, etc. Faço saber aos que a presente carta de confirmação e ratificação virem, que aos 21 de março de 1885 se concluiu e assignou em Lisboa um accordo relativo á admissão de livretes de identidade no serviço postal internacional, o qual é do teor seguinte:

**Accordo relativo á introdução de livretes
de identidade no serviço postal internacinnal**

Celebrado pela Republica Argentina, Bulgaria, Egypto, Italia, Luxemburgo, Mexico, Paraguay, Portugal, Romania, Suissa, Uruguay e Venezuela.

Os governos dos paizes signatarios do presente accordo, desejando obviar, tanto quanto seja possivel, ás difficuldades que encontra o publico, na area da União postal universal, em lhe serem entregues objectos de correspondência ou importancias de vales de correio, e, usando da faculdade que lhes concede o artigo 14.º da convenção celebrada em Paris no 1.º de junho de 1878:

Os abaixo assignados, munidos para esse fim de plenos poderes, julgados em boa e devida forma concordam nas disposições seguintes:

Artigo 1.º As administrações postaes dos paizes contratantes podem facultar ás pessoas que os pedirem, livretes de identidade nas condições indicadas no presente accordo.

A precedente disposição não restringe o direito que tem o publico de empregar, na justificação de identidade, quaesquer outros meios acceitos pelas leis ou regulamentos relativos ao serviço interno do paiz destinatario.

Art. 2.º O livrete de identidade deve ser conforme ao modelo annexo ao presente accordo.

Cada livrete tem uma capa de côr verde, e compõe-se de seis folhas, contendo: a primeira as indicações pessoas do proprietario do mesmo livrete, e as cinco restantes recibos a preencher.

A capa tem na frente, em lingua do paiz de origem, o seguinte titulo:

UNIÃO POSTAL UNIVERSAL
Livrete de identidade

N.º ...

O retrato photographico do proprietario do livrete, contendo a sua assignatura, é ap-

**Arrangement concernant l'introduction de livrets
d'identité dans le trafic postal international**

Conclu entre la République Argentine, la Bulgarie, l'Egypte, l'Italie, le Luxembourg, le Mexique, le Paraguay, le Portugal, la Roumanie, la Suisse, l'Uruguay et le Venezuela.

Les gouvernements des pays signataires du présent arrangement, désirant, aplanir, autant que possible, les difficultés qu'éprouve le public à se faire remettre, dans le ressort de l'Union postale universelle, les envois postaux ou le montant des mandats de poste, et usant de la faculté qui leur est réservée par l'article 14 de la convention conclue à Paris le 1^{er} juin 1878.

Les soussignés, munis à cet effet de pleins pouvoirs, trouvés en bonne et due forme, sont convenus des dispositions suivantes:

Article 1^{er} Les administrations postales des pays contractants peuvent délivrer, aux personnes qui en font la demande, des livrets d'identité aux conditions indiquées dans le présent arrangement.

La disposition qui précède ne porte pas restriction au droit du public de justifier de son identité au moyen de tous autres modes de preuves admis par les lois ou règlements concernant le service intérieur du pays destinataire.

Art. 2. Le livret d'identité doit être conforme au modèle joint au présent arrangement.

Chaque livret porte une couverture de couleur verte et se compose d'un feuillet portant les indications personnelles du titulaire et de cinq feuillets à quittance.

La couverture porte au recto, en langue du pays d'origine, le titre suivant:

UNION POSTALE UNIVERSELLE
Livret d'identité

Numero ...

Au verso de la couverture, la carte-photographie du titulaire, revêtue de sa signature,

penso ao verso da referida capa por meio de uma fita, cujas duas extremidades se prendem à photographia com um sinete official applicado sobre lacre, independentemente de quaisquer outros meios que as administrações queiram de commun accordo utilizarmente adoptar.

Por baixo da photographia acha-se mencionada a seguinte declaração:

As administrações postaes estão isentas de qualquer responsabilidade no caso de perda do presente livrete.

A folha onde se acham as indicações pessoais do proprietario do livrete encerra as seguintes declarações:

Na frente:

Administracão dos correios de ...

Livrete de identidade n.º ...

Valido de ... a ...

O abaixo assignado declara que a assignatura que se acha na parte inferior d'esta folha, assim como a que se encontra na photographia ao lado, foram feitas pelo proprio punho do sr. ... (nome, appellido, idade, profissão e domicilio), cuja identidade foi devidamente reconhecida.

Em firmeza do que, se lhe entregou o presente livrete, que será valido por um anno, a contar d'esta data.

... de ...

Assignatura do proprietario do livrete ...

Assignatura do empregado ...

No verso:

Descrição dos signaes do proprietario do livrete e um espaço destinado à inscripção do

do *Visa pour date*.

Cada uma das folhas de recibos compo-

se de dois talões e de dois recibos.

seguintes:

Coupon n.º ...

... de ... de ...

Recibo da repartição postal de ... um ... (objecto de correspondencia, vale ou importancia de vale).

Assignatura do proprietario do livrete.

Na parte que divide o talão do recibo lêem-se as seguintes palavras:

União postal universal. Livrete de identidade.

Entre as palavras «universal» e «livrete»

existe um espaço destinado para a applicação do cunho em branco da repartição emissora dos livretes.

Na frente do recibo acha-se mencionada

a seguinte declaração:

A vista do presente livrete, e em troca d'este recibo, devem as repartições postaes dos paizes contratantes entregar ao proprietario do mesmo livrete qualquer objecto de correspondencia postal que lhe

Au bas de la photographie est inscrite la déclaration suivante:

Les administrations des postes sont dégagées de toute responsabilité en cas de perte du présent livret.

Le feuillet contenant les indications personnelles du titulaire porte les mentions suivantes:

Au recto:

Administration des postes de ...

Livret d'identité n.º ...

Valable du ... au ...

Le soussigné déclare que la signature figurant ci-dessous et sur la photographie ci-contre a été apposée de sa propre main par M. (prénom, nom, âge, profession et domicile), dont il a dûment constaté l'identité.

En foi de quoi, le présent livret lui a été délivré, pour valoir pendant un an, à partir de la date de la présente déclaration.

A ... le ... 188

Signature du titulaire ...

Signature du fonctionnaire ...

Au verso:

La description du signalement du titulaire et une case destinée à l'apposition du *Visa pour date*.

Chaque feuillet à quittance se compose de deux souches et de deux quittances.

Chaque souche porte l'inscription:

Coupon n.º ...

Le ... 188 ...

J'ai (retire ou encaisse) au bureau de la poste de ... un (envoi ou mandat) ...

Signature du titulaire ...

La souche est réunie à la quittance par une frise transversale portant les mots:

União postale universal. Livret d'identité.

Entre les mots «universal» et «livrete»

est réservé un espace pour l'application du timbre sec de l'Office d'émission.

Au recto de la quittance figure la mention

suivante:

Sur la présentation de ce livret et contre la remise de cette quittance, les bureaux de poste des pays contractants sont tenus de livrer à son titulaire tout envoi postal sujet à décharge, et de lui

seja destinado e de que haja a passar recibo, assim como a satisfazer-lhe as importancias de vales que tambem lhe forem destinados, logo que se verifique que as assignaturas feitas, tanto n'este recibo como no respectivo talão, são identicas ás que se acham no verso da capa d'este livrete e na sua primeira folha.

No verso do talão acha-se a declaração seguinte:

Os recibos devem separar-se dos talões seguidamente e pela ordem da paginação. A repartição postal que entrar na posse do ultimo recibo, arrecada igualmente o respectivo talão.

No verso do recibo lê-se a declaração seguinte:

À vista d'este recibo foi entregue o objecto de correspondencia postal n.º ...

ou:

Pago o vale do correio ... originario da repartição postal de ...

Assignatura do destinatario ...

Assignatura do empregado do correio ...

As folhas dos livretes, devidamente numeradas, prendem-se á capa por meio de uma fita com as côres nacionaes do paiz de origem, devendo as duas extremidades da mesma fita ser fixadas com um carimbo official sobre lacre, na parte interior das costas da referida capa.

Art. 3.º A redacção dos livretes de identidade é feita na lingua do paiz que os emette:

Em continuacção da ultima folha de recibos acham-se as instrucções summarias reproduzidas nas linguas dos paizes que adherem ao presente accordo, contendo explicações essenciaes para a execução d'este novo ramo de serviço.

Art. 4.º 1. As administrações postaes dos paizes contratantes designam, na parte que lhes respeita, os funcionarios que devem emittir livretes de identidade.

2. Igualmente determinam, na parte que se lhes refere, quaes são os documentos competentes para se provar a identidade dos requerentes, quando estes não sejam pessoalmente conhecidos dos alludidos funcionarios.

Art. 5.º Os objectos de correspondencia ordinaria são entregues aos proprietarios de livretes mediante a simples apresentação dos mesmos livretes.

A entrega de objectos dependente de recibo e o pagamento de vales de correios não se realisa para com os destinatarios portadores de livretes, senão mediante recibos tirados dos mesmos livretes e devidamente assignados.

payer tout mandat à son adresse, si la signature opposée sur la souche et sur la quittance est reconnue identique à celle ci-devant.

Au «verso» de la souche figure la déclaration suivante:

Les coupons doivent être détachés de la souche l'un après l'autre, dans l'ordre de la pagination. Le bureau de poste qui reçoit le dernier coupon retient la souche.

Au «verso» de la quittance figure la déclaration suivante:

Sur la présentation de ce coupon a été remis l'envoi postal n.º ...

ou:

Payé le mandat de poste ... originaire du bureau de poste de ...

Signature du destinataire ...

Signature de l'employé des postes ...

Les feuillets des livrets dûment numérotés sont reliés à la couverture par un ruban aux couleurs nationales du pays d'origine, et les deux bouts de ce ruban sont fixés par un cachet officiel à la cire, sur la partie finale intérieure de la couverture.

Art. 3. Les formules des livrets d'identité sont rédigées dans la langue du pays qui les émet.

A la suite du dernier feuillet de quittances, est intercalée une instruction sommaire reproduite dans la langue de chacun des pays qui adhèrent à l'arrangement, dans le but de fournir aux bureaux les explications essentielles à l'exécution de cette branche du service.

Art. 4. 1. Les administrations des postes des pays contractants désignent, chacune pour ce qui la concerne, les fonctionnaires qui doivent délivrer les livrets d'identité.

2. Elles déterminent également, chacune pour ce qui la concerne, quels sont les documents propres à la justification de l'identité des requérants, lorsque ceux-ci ne sont pas personnellement connus des fonctionnaires appelés à délivrer les livrets d'identité.

Art. 5. Les envois ordinaires sont délivrés aux titulaires des livrets contre la seule présentation de ceux-ci.

Les envois à distribuer contre reçu ou quittance ne sont délivrés, et les paiements des mandats de poste ne sont faits, aux destinataires porteurs d'un livret, que contre remise de quittances détachées du livret, et dûment signées.

Art. 6.º Os objectos postaes e a importancia dos vales do correio devem ser pessoalmente entregues aos proprietarios dos livretes.

Podem, todavia, entregar-se a uma terceira pessoa, devidamente auctorizada, e mediante a apresentação do livrete, os objectos de correspondencia postal ordinaria, e mediante recibos tirados do livrete, e assignados pelo respectivo proprietario, os objectos de outra classe de correspondencia, ficando, entretanto, a repartição destinataria auctorizada a não realizar a entrega d'estes objectos e a não satisfazer a importancia de vales de correio a uma terceira pessoa senão em troca de recibo devidamente motivado e por ella assignado.

Art. 7.º As leis ou regulamentos do paiz destinatario determinam quaes são os objectos de correspondencia postal que se devem considerar como objectos de correspondencia ordinaria, assim como quaes os objectos cuja entrega só pôde realizar-se mediante recibos especiaes.

Art. 8.º É fixado n'um franco o preço do livrete de identidade, não se comprehendendo n'este preço o custo do retrato photographico, que deve ser apresentado á repartição postal pelo requisitante do livrete de identidade.

Os recibos que forem entregues á repartição postal destinataria não estão sujeitos ao pagamento de porte algum, por parte do proprietario do livrete.

Art. 9.º As quantias recebidas, em virtude do artigo precedente, revertem por inteiro em favor da administração que as receber.

Art. 10.º Os recibos de que se compõe o livrete de identidade separam-se dos talões, um depois do outro, e seguindo rigorosamente a ordem da paginação.

Art. 11.º 1.º Os livretes de identidade são validos por um anno, a contar do dia em que são entregues aos requisitantes.

2.º Expirado este praso, podem os mesmos livretes ser sujeitos a um *visa pour date*, o que lhes dá nova validade por espaço de um anno.

Art. 12.º A repartição postal a que for entregue o ultimo recibo de um livrete de identidade, deve ficar de posse do respectivo talão, e providenciar de fôrma que ao proprietario do mesmo livrete a administração respectiva forneça um novo livrete, no caso de ser pedido, sem exigencia de outras provas de identidade.

Art. 13.º A responsabilidade das administrações postaes dos paizes contratantes cessa, logo que o pagamento de um vale ou a entrega de um objecto de correspondencia

Art. 6. Les envois postaux et le montant des mandats doivent être remis aux titulaires des livrets en personne.

Ils peuvent toutefois être remis à un tiers dûment autorisé, contre production du livret, s'il s'agit d'envois postaux ordinaires, et contre remises de quittances signées par le titulaire et détachées du livret, dans les autres cas; mais le bureau destinataire est autorisé à ne délivrer les envois à un tiers-porteur, et à ne lui payer le montant d'un mandat de poste que contre un acquit, dûment motivé, donné par celui-ci.

Art. 7. Les lois ou règlements du pays destinataire déterminent les envois postaux qui sont considérés comme envois ordinaires, ainsi que ceux qui ne peuvent être remis que contre reçus ou quittances spéciales.

Art. 8. Le prix du livret d'identité est fixé à 1 franc, non compris le coût de la carte-photographie, qui doit être remise au bureau de poste par la personne qui demande un livret d'identité.

Les quittances remises au bureau de poste destinataire ne peuvent être frappées, à la charge du titulaire du livret, d'une taxe quelconque.

Art. 9. Chaque administration garde en entier les sommes qu'elle a perçues en exécution de l'article qui précède.

Art. 10. Les quittances du livret d'identité son détachées de la souche l'une après l'autre et en suivant rigoureusement l'ordre de la pagination.

Art. 11. 1. Les livrets d'identité son valables pendant un an, à partir du jour de la remise aux titulaires.

2. A l'expiration de ce délai, ils peuvent être l'object d'un visa pour date qui leur donne une nouvelle durée de validité pour un an.

Art. 12. Le bureau de poste qui reçoit la dernière quittance d'un livret d'identité, doit en retenir la souche et provoquer au profit du titulaire, s'il le demande, la délivrance, par son administration, d'un nouveau livret, sans exiger d'autres preuves d'identité.

Art. 13. Les administrations des postes des pays contractants sont dégagées de toute responsabilité, dès que le payement d'un mandat ou la livraison d'un envoi postal a

se realise mediante recibo tirado do livrete de identidade, e assignado pelo respectivo proprietario.

Art. 14.º No caso de perda de um livrete o seu proprietario deve participar este facto:

1.º À repartição postal da localidade onde se ache, ou à repartição postal mais proxima;

2.º À administração que emittiu o livrete.

Em todo o caso, o proprietario do mesmo livrete é responsavel pelas consequencias da sua perda.

Art. 15.º Em virtude da participação que lhe for dirigida, a repartição postal mencionada no precedente artigo não realisa, provisoriamente, nem a entrega de objectos de correspondencia, nem o pagamento de vales que lhe sejam reclamados por meio do livrete perdido.

Art. 16.º A administração do paiz da emissão cumpre tomar as providencias necessarias para que, segundo as informações prestadas pelo proprietario do livrete perdido, o mesmo livrete seja annullado.

Art. 17.º As administrações dos paizes contratantes devem transmittir umas às outras por intermedio da repartição internacional, a lista das suas repartições auctorizadas a emittir livretes de identidade.

Art. 18.º Os paizes da União que não tomaram parte no presente accordo serão admittidos a entrar n'elle, a seu pedido, e pela forma prescripta no artigo 18.º da convenção do 1.º de junho de 1878, no que respeita às adhesões à União postal universal.

Art. 19.º 1. No intervallo que medeia entre as reuniões previstas no artigo 19.º da convenção do 1.º de junho de 1878, cada uma das administrações postaes dos paizes contratantes tem o direito de dirigir às outras administrações participantes, por intermedio da repartição internacional, quaesquer propostas ácerca do serviço de livretes de identidade. Para que essas propostas, porém, possam vir a ter execução. precisam reunir as seguintes condições:

1.º A unanimidade dos votos, se se tratar da modificação das disposições dos artigos 1.º, 4.º, 5.º, 6.º, 7.º, 9.º, 11.º, 12.º, 13.º, 18.º, 19.º e 20.º do presente accordo;

2.º Os dois terços dos votos, se se tratar de modificação dos outros artigos;

3.º A simples maioria absoluta se se tratar da interpretação das disposições do presente accordo.

2. As resoluções que se tomarem são sancionadas, nos dois primeiros casos, por uma declaração diplomatica e, no terceiro caso, por uma notificação administrativa, se-

eu lieu contre la remise d'une quittance détachée du livret d'identité et signée par le titulaire.

Art. 14. En cas de perte d'un livret, le titulaire est tenu de signaler ce fait:

1.º Au bureau de poste de la localité où il se trouve, ou au bureau de poste le plus proche;

2.º A l'office qui a émis le livret.

Dans tous les cas, il demeure responsable des conséquences de la perte de son livret.

Art. 15. Sur la dénonciation à lui faite, le bureau de poste précité refuse provisoirement tout remise d'un envoi postal ou tout paiement d'un mandat qui lui serait réclamé au moyen du livret perdu.

Art. 16. Il appartient à l'administration du pays d'émission de prendre toutes les mesures nécessaires pour l'annulation du livret perdu, d'après les renseignements fournis par le titulaire.

Art. 17. Les administrations des pays contractants se communiquent réciproquement, par l'intermédiaire du bureau international, la liste de ceux de leurs bureaux respectifs qu'elles autorisent à délivrer des livrets d'identité.

Art. 18. Les pays de l'Union qui n'ont point pris partie au présent arrangement, seront admis à y adhérer sur leur demande et dans la forme prescrite par l'article 18 de la convention du 1^{er} juin 1878, concernant les adhesions à l'Union postale universelle.

Art. 19. 1. Dans l'intervalle qui s'écoule entre les réunions prévues à l'article 19 de la convention du 1^{er} juin 1878, toute administration des postes d'un des pays contractants a le droit d'adresser aux autres administrations participantes, par l'intermédiaire du bureau international, des propositions concernant le service des livrets d'identité. Mais, pour devenir exécutoires, ces propositions doivent réunir, savoir:

1.º L'unanimité des suffrages, s'il s'agit de la modification des dispositions des articles 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 18, 19, et 20 du présent arrangement:

2.º Les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification des autres articles;

3.º La simple majorité absolue, s'il s'agit de l'interprétation des dispositions du présent arrangement.

2. Les résolutions valables sont consacrées, dans les deux premiers cas, par une déclaration diplomatique, et dans le troisième cas par une notification administrative, selon

gundo a fôrma indicada no paragrapho ultimo do artigo 20.º da convenção do 1.º de junho de 1878.

Art. 20.º 1. O presente accordo começará a ter execução no 1.º de abril de 1886.

2. Terá a mesma duração que a convenção do 1.º de junho de 1878, independentemente do direito que tem cada paiz de se retirar do mesmo accordo, mediante um aviso feito um anno antes pelo seu governo ao governo da confederação suissa.

3. O presente accordo será ratificado logo que seja possível, e os actos de ratificação trocar-se-hão em Lisboa.

Em firmeza do que, os plenipotenciarios dos paizes acima indicados, assignaram o presente accordo em Lisboa, aos 21 de março de 1885.

Por Portugal, *Guilhermino Augusto de Barros* = *Ernesto Madeira Pinto*.

Pelas colonias portuguezas, *Guilhermino Augusto de Barros*.

Pela Republica Argentina, *F. P. Hansen*.

Pela Bulgaria, *R. Ivanoff*.

Pelo Egypto, *W. F. Halton*.

Pela Italia, *J. B. Tantesio*.

Pelo Luxemburgo, *Ch. Rischard*.

Pelo Mexico,

Pelo Paraguay, *F. A. Rebello*.

Pela Romania, *Jon Ghika*.

Pela Suissa, *Ed. Höhn*.

Pelo Uruguay, *Enrique Kubly*.

Pela Venezuela.

la forme indiquée au dernier alinéa de l'article 20 de la convention du 1^{er} juin 1878.

Art. 20. 1. Le présent arrangement entrera en vigueur le 1^{er} avril 1886.

2. Il aura la même durée que la convention du 1^{er} juin 1878, sans préjudice du droit, réservé à chaque pays, de se retirer de cet arrangement moyennant un avis donné, un an à l'avance, par son gouvernement au gouvernement de la Confédération Suisse.

3. Le présent arrangement sera ratifié aussitôt que faire se pourra. Les actes de ratification seront échangés à Lisbonne.

En foi de quoi, les plenipotentiaires des pays ci-dessus énumérés ont signé le présent arrangement à Lisbonne, le vingt et un mars mil huit cent quatre-vingt cinq.

Pour le Portugal, *Guilhermino Augusto de Barros* = *Ernesto Madeira Pinto*.

Pour les colonies portugaises, *Guilhermino Augusto de Barros*.

Pour la République Argentine, *F. P. Hansen*.

Pour la Bulgarie, *R. Ivanoff*.

Pour l'Egypte, *W. F. Halton*.

Pour l'Italie, *J. B. Tantesio*.

Pour le Luxembourg, *Ch. Rischard*.

Pour le Mexique,

Pour le Paraguay, *F. A. Rebello*.

Pour la Roumanie, *Jon Ghika*.

Pour la Suisse, *Ed. Höhn*.

Pour l'Uruguay, *Enrique Kubly*.

Pour le Vénézuéla.

E sendo-me presente o mesmo accordo, cujo teor fica acima inserido, e bem visto, considerado e examinado por mim tudo o que n'elle se contém, o ratifico e confirmo assim no todo como em cada uma das suas clausulas e estipulações e pela presente o dou por firme e valido para haver de produzir o seu devido effeito, prometendo observal-o e cumpril-o e fazel-o cumprir e observar por qualquer modo que possa ser.

Em testemunho e firmeza do sobredito, fiz passar a presente carta por mim assignada, passada com o sêllo grande das minhas armas e referendada pelo ministro e secretario d'estado abaixo assignado.

Dada no palacio da Ajuda, aos 5 dias do mez de março de 1886. = EL-REI, com rubrica e guarda. = *Henrique de Barros Gomes*. = (Logar do sêllo grande das armas reaes.)

ABRIL

Em cumprimento do que dispõe o § 1.º do artigo 2.º da carta de lei de 22 de março do corrente anno: hei por bem ordenar que a tabella das despesas a cargo do ministerio dos negocios da marinha e ultramar auctorisada pela carta de lei de 25 de junho de 1885, para o exercicio de 1885 a 1886, seja rectificada nos differentes artigos e capitulos

los em conformidade com o mappa junto que faz parte do presente decreto e baixa assignado pelo ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar.

O mesmo ministro e secretario d'estado assim o tenha entendido e faça executar. Paço em 4 de abril de 1886. = REI. = *Henrique de Macedo*.

Mappa das sommas auctorisadas para despesas do ministerio da marinha e ultramar
(drecção geral de marinha) no exercicio de 1885-1886
segundo a rectificação mandada cumprir por carta de lei de 22 de março do corrente anno
á qual se refere o decreto da presente data

Capitulos	Artigos	Designação da despesa	Despesa verificada	
			Por artigos	Por capitulos
		Despesa ordinaria		
1.º		Secretaria d'estado e repartições auxiliares		
	1.º	Ministro e secretario d'estado.....	3:200\$000	
	2.º	Secretaria d'estado.....	61:900\$225	
	3.º	Repartições auxiliares.....	11:870\$515	76:970\$740
2.º		Armada		
	4.º	Officiaes da marinha militar.....	272:185\$150	
	5.º	Corpo de marinheiros.....	254:244\$550	
	6.º	Material do corpo de marinheiros.....	39:550\$000	
	7.º	Praças avulsas.....	19:274\$600	
	8.º	Rações.....	321:131\$542	
	9.º	Material para as machinas.....	80:000\$000	
	10.º	Sobresalentes, material de guerra, reparações fóra do porto de Lisboa e outras despesas.....	102:650\$000	1.089:035\$842
3.º		Tribunaes e diversos estabelecimentos		
	11.º	Tribunal superior de guerra e marinha.....	14:498\$000	
	12.º	Departamentos maritimos e capitania dos portos.....	34:974\$100	
	13.º	Material dos departamentos maritimos e capitania dos portos.....	5:000\$000	
	14.º	Hospital da marinha.....	14:586\$670	
	15.º	Material para o hospital da marinha.....	12:630\$000	
	16.º	Escola naval.....	15:504\$568	
	17.º	Escola pratica de artilheria naval.....	216\$000	97:406\$338
4.º		Arsenal da marinha e suas dependencias		
	18.º	Pessoal.....	226:991\$425	
	19.º	Material.....	163:500\$000	390:491\$425
5.º		Encargos diversos		
	20.º	Expediente das repartições do ministerio e da sociedade de geographia.....	4:090\$000	
	21.º	Despesas diversas.....	47:000\$000	
	22.º	Subsidios.....	54:500\$000	105:590\$000
6.º		Empregados reformados, aposentados, jubilados e veteranos		
	23.º	Empregados reformados, aposentados e jubilados.....	61:713\$008	
	24.º	Operarios reformados.....	32:793\$000	
	25.º	Divisão de veteranos.....	34:989\$330	129:495\$338
7.º		Despesas de exercicios findos		
	26.º	Para estas despesas.....	950\$000	950\$000
		Despesa extraordinaria		1.889:939\$683
		Grandes reparações dos navios da armada fóra do porto de Lisboa..	90:000\$000	
		Compra de artilheria e material de guerra.....	25:000\$000	
		Construcção e reparação nos edificios de marinha.....	50:000\$000	
		Para satisfazer o augmento de preço que porventura possam ter as rações das praças embarcadas nos navios em serviço das divisões navaes, pelo facto dos generos componentes da mesma ração serem adquiridos n'aquellas paragens.....	20:472\$000	
		Para satisfazer o abono das rações aos contingentes que forem para o ultramar ou d'ali regressarem.....	15:066\$000	
		Para ferias e maiorias de jornaes aos operarios provisorios empregados na reparação e construcção dos navios da armada, calculadas sobre a despesa feita nos primeiros mezes da actual gerencia	28:000\$000	
		Despesas de saude publica nos termos da lei de 27 de junho de 1885	16:203\$702	
		Para satisfazer o custo do material, por se elevar o numero de navios do armamento naval.....	8:000\$000	252:741\$702

Paço, em 1 de abril de 1886.—*Henrique de Macedo.*

Foram presentes a Sua Magestade El-Rei os recursos das camaras municipaes dos concelhos do Paul e Ribeira Grande, da ilha de Santo Antão, reclamando contra o contingente que lhes fôra repartido da contribuição predial respectiva ao anno de 1885; e considerando o mesmo augusto senhor que só pôde servir de base á distribuição legal dos contingentes a matriz em vigor quando

elles se computam em epochas marcadas na lei, ao que na repartição alludida se attendeu, ha por bem indeferir os referidos recursos, e assim o manda communicar, pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, ao governador geral da provincia de Cabo Verde para os precisos effeitos.

Paço, em 5 de abril de 1886.—*Henrique de Macedo.*

Relação dos paizes que até esta data trocaram as ratificações dos convenios postaes de Lisboa

Paizes	Data da troca	Acto adicional de Lisboa á convenção de 1 de junho de 1878 e respectivo protocollo final	Acto adicional á convenção relativa á permutação de encomendas postaes sem declaração de valor	Acto adicional ao accordo relativo á permutação de valores do correio celebrado em Paris em 4 de junho de 1878	Acto adicional ao accordo relativo á permutação de cartas com valores declarados celebrado em Paris em 1 de junho de 1878	Accordo relativo ao serviço de cobranças	Accordo relativo á introdução de livretes de identificação no serviço postal internacional
		1	2	3	4	5	6
Gran-Bretanha...	24 de fevereiro de 1886	Ratificou	—	—	—	—	—
India Britannica...	» » »	»	—	—	—	—	—
Belgica.....	26 » »	»	Ratificou	Ratificou	Ratificou	Ratificou	—
Estados Unidos...	27 » »	»	—	—	—	—	—
Brazil.....	» » »	»	—	—	—	—	—
Dinamarca.....	6 de março	»	Ratificou	Ratificou	Ratificou	—	—
Russia.....	» » »	»	—	—	»	—	—
Suissa.....	12 » »	»	Ratificou	Ratificou	»	Ratificou	Ratificou
Paizes Baixos....	19 » »	»	»	»	»	—	—
Italia.....	22 » »	»	»	»	»	Ratificou	Ratificou
Suecia e Noruega..	31 » »	»	»	»	»	—	—
França.....	» » »	»	»	»	»	Ratificou	—
Guatemala.....	» » »	»	—	—	—	—	—
Luxemburgo.....	» » »	»	Ratificou	Ratificou	Ratificou	Ratificou	Ratificou
Hespanha.....	5 de abril	»	»	—	»	—	—
Allemanha.....	12 » »	»	»	Ratificou	»	Ratificou	—

O governo turco notificou ao governo portuguez, em 10 de janeiro de 1886, a sua adhesão ao acto adicional de Lisboa á convenção de 1 de junho de 1878, ao acto adicional ao accordo relativo á permutação de cartas com valores declarados, celebrado em Paris em 1 de junho de 1878, e ao acto adicional de Lisboa e á convenção relativa á permutação de encomendas postaes sem declaração de valor.

A republica de Costa Rica notificou ao governo portuguez, em 13 de janeiro de 1886, a sua adhesão a todos os actos additionaes e accordos de Lisboa.

Secretaria d'estado dos negocios estrangeiros, em 13 de abril de 1886.—*Duarte Gustavo Nogueira Soares.*

Dom Luiz, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc. Fazemos saber a todos os nossos subditos, que as côrtes geraes decretaram e nós queremos a lei seguinte:

Artigo 1.º Os réus accusados em qualquer processo criminal poderão livrar-se soltos, nos termos da presente lei, excepto quando haja de lhes ser applicada qualquer das penas fixas estabelecidas nos artigos 49.º e 50.º

da lei de 14 de junho de 1884, ou qualquer das que, segundo o systema penitenciario, forem a ellas correspondentes.

Art. 2.º Os réus incursos em crimes, a que corresponda processo correccional, nos termos da lei, podem livrar-se desde que, provada a sua identidade, se não forem conhecidos em juizo, assignarem termo, em que declarem a sua residencia e se obriguem a comparecer em juizo, e a participarem tam-

bem previamente qualquer mudança. Esta declaração, ou termo, será feito logo que os réus sejam entregues ao poder judicial.

§ 1.º Se o réu for residente fóra da circumscrição onde o processo tem de correr, apresentará em juízo uma pessoa que, residindo dentro da mesma circumscrição, tome sobre si o encargo de receber as citações e intimações necessárias ao regular andamento do processo, ficando aquelle obrigado a comparecer em juízo, a fim de dar previa parte de qualquer mudança de residência d'essa pessoa.

§ 2.º No caso da pessoa a que se refere o parágrafo antecedente fallecer, mudar a residência para fóra da respectiva circumscrição, ou, por qualquer motivo, se tornar incapaz de receber as citações e intimações, o réu substitui-a-ha immediatamente por outra, que seja apta a cumprir o disposto no mesmo parágrafo.

§ 3.º Se o réu não comparecer em juízo nos termos a que a lei o obriga a esse comparecimento sem motivo justificado, será preso e só poderá livrar-se solto nos termos do artigo seguinte.

Art. 3.º Os réus accusados em qualquer processo, aos quaes não hajam de ser applicaveis as penas mencionadas no artigo 1.º, ou que não tenham de ser processados correccionalmente, poderão livrar-se soltos sob caução, nos termos do artigo 6.º

§ unico. Os réus, porém, condemnados nas penas de prisão maior ou degredo, serão logo recolhidos á cadeia, mas a prisão posterior á sentença será levada em conta pelos tribunaes superiores, como circumstancia atenuante para o effeito da reducção da pena.

Art. 4.º Os réus absolvidos em processo, em que se haja interposto recurso de revista, serão immediatamente postos em liberdade, se o crime de que eram accusados não for dos mencionados no artigo 1.º, e, sendo-o, depois de haverem satisfeito ás prescripções do artigo 3.º

Art. 5.º A caução pôde ser prestada por meio de deposito, penhor, hypotheca ou fiança.

Art. 6.º Nos recursos sobre fianças compete a todos os juizes e tribunaes conhecer, alem do objecto de recurso, de todas as nulidades do processo e da existencia e qualificação do crime, sem prejuizo dos competentes recursos do despacho que pronunciou ou deixou de pronunciar os querelados.

§ unico. Os processos comprehendidos n'este artigo, e quaesquer outros que na relação sejam julgados só com o visto do relator, o supremo tribunal de justiça os julgará com o visto de tres juizes.

Art. 7.º A caução subsiste durante os termos dos recursos interpostos, salvo o disposto no artigo 3.º § unico.

§ unico. Se o fiador reclamar para ser desonerado da fiança, será o réu obrigado a prestal-a novamente.

Art. 8.º Nos processos correccionaes, se o réu entender que o facto imputado não é prohibido nem qualificado crime por lei, pôde interpor agravo, com effeito suspensivo, do despacho que o mandar responder em juízo.

Art. 9.º As disposições da presente lei são applicaveis aos réus accusados ou absolvidos em qualquer processo pendente ao tempo em que ella for posta em execução.

§ unico. Para os effeitos d'este artigo, as penas perpetuas estabelecidas no codigo penal e na lei de 1 de julho de 1867 são equiparadas ás penas fixas que as substituíram, nos termos da lei de 14 de junho de 1884.

Art. 10.º Fica revogada toda a legislação em contrario.

Mandámos portanto a todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e guardem e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.

O ministro e secretario d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça a faça imprimir, publicar e correr. Dada no paço da Ajuda, aos 15 de abril de 1886. — EL-REI, com rubrica e guarda. — *Francisco Antonio da Veiga Beirão*. — (Logar do sêllo grande das armas reaes.)

Carta de lei, pela qual Vossa Magestade, tendo sancionado o decreto das côrtes geraes de 2 do corrente mez de abril, que modifica algumas das disposições em vigor relativas á prisão preventiva e prestação de fiança, manda cumprir e guardar o mesmo decreto como n'elle se contém, pela forma supra declarada.

Para Vossa Magestade ver. — *Caetano Ribeiro Vianna* a fez.

Tendo sido presente ao governo o projecto de accordo entre a The West African Direct Telegraph Company, limited, para a construcção e exploração da parte do cabo telegraphico submarino entre as possessões inglezas de Serra Leoa e Accra, na costa occidental de Africa;

Considerando que por esse accordo se concede á The West African Telegraph Company, limited, o direito de amarrar os seus cabos nas estações de Bathurst, Serra Leoa e Accra, ficando assim cumprida a clausula 3.ª do decreto de 7 de janeiro do corrente

anno, que auctorisou aquella companhia a transferir para a The African Direct Telegraph Company, limited, o cabo submarino já collocado entre S. Vicente e S. Thiago, e entre esta ultima ilha e a costa occidental de Africa, proximo de Bathurst;

Considerando que das demais condições do accordo proposto entre as duas companhias não resulta nenhum inconveniente para a execução do contrato de 5 de junho de 1885, desde que fique bem expresso que esse contrato será mantido em todas as suas clausulas e condições:

Hei por bem auctorisar a The West African Telegraph Company, limited, a concordar com a The African Direct Telegraph Company, limited, nos termos e condições em que deverá ser construida e explorada a secção do cabo telegraphico submarino entre Serra Leoa e Accra, com as seguintes clausulas:

1.^a Qualquer contrato ou accordo que se realizar entre as duas mencionadas companhias não alterará de nenhum modo as garantias concedidas ao governo portuguez pelo contrato de 5 de junho de 1885, nem desobrigará a The West African Telegraph Company das responsabilidades e obrigações que por este contrato lhe pertencem.

2.^a As estipulações acceitas pelas duas referidas companhias em qualquer contrato ou accordo que entre ellas se effectue não poderão ser em tempo algum invocadas para alterar os direitos do transito nem os preços maximos da transmissão dos despachos, fixados no contrato de 5 de junho de 1885.

3.^a Ficam inteiramente em vigor, não sómente as condições d'este contrato, mas tambem o decerto de 7 de janeiro do corrente anno.

O ministro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 15 de abril de 1886. — REI. — *Henrique de Macedo*.

TITULO I

Disposições relativas ás aguas não territoriaes

Artigo 1.^o As infracções da convenção internacional de 14 de março de 1884, relativa á protecção dos cabos submarinos, commetidas por qualquer pessoa da tripulação de

um navio portuguez, serão julgadas criminalmente pelos tribunaes ordinarios, e accusadas pelo ministerio publico, sem prejuizo da competente acção civil.

Art. 2.^o O juizo competente para conhecer das ditas infracções será o do primeiro logar do territorio portuguez em que o navio ou a tripulação entrar ou o do porto a que pertença o dito navio.

Art. 3.^o Os processos verbaes, a que se refere o artigo 10.^o da convenção de 14 de março de 1884, farão fé em juizo até prova em contrario, salvo no caso de corresponder á infracção pena superior a tres mezes de prisão, pois que n'este caso devem ser corroborados em juizo pela prova testemunhal.

§ 1.^o Os officiaes commandantes dos navios de guerra portuguezes, ou dos navios especialmente commissionados pelo governo portuguez, para o fim de fiscalisar o cumprimento da dita convenção, levantarão autos de noticia jurados, d'onde constem as infracções. Estes autos serão assignados pelos ditos officiaes, pelos infractores, sendo possível, e por duas testemunhas, e terão a mesma força que os referidos processos verbaes, observando-se em relação a elles o mais que se indica no artigo 10.^o da mesma convenção.

§ 2.^o Os processos verbaes, lavrados por officiaes estrangeiros, deverão ser authenticados e traduzidos no respectivo consulado.

§ 3.^o Na falta ou insufficiencia dos processos verbaes, ou autos de noticia, será admissivel qualquer outro meio de prova.

Art. 4.^o Será punido com a multa de réis 25000 a 50000:

1.^o O capitão de um navio empregado na reparação ou collocação de um cabo submarino, que não observar as regras relativas aos signaes adoptados para prevenir os abalroamentos;

2.^o O capitão ou mestre de qualquer navio, que, avistando, ou estando em circumstancias de avistar, estes signaes, se não retirar ou se não conservar afastado uma milha nautica pelo menos, do navio empregado na collocação ou reparação do cabo;

3.^o O capitão ou mestre de qualquer navio, que, vendo, ou estando em circumstancias de ver, as boias destinadas a indicar a posição do cabo, no caso de collocação, desarranjo ou de ruptura, se não conservar afastado d'estas boias um quarto de milha nautica pelo menos.

Art. 5.^o Será punido com a multa de réis 25000 a 50000, podendo-lhe tambem ser imposta a pena de um a cinco dias de prisão:

1.^o O capitão ou mestre de qualquer navio, que, salvo caso de força maior, fundear a menos de um quarto de milha nautica de

um cabo submarino em collocação ou reparação, e cuja posição pela indicação das boias, ou por qualquer outra fôrma lhe for conhecida, ou amarrar a uma d'essas boias;

2.º O arraes ou mestre de qualquer barco de pesca que não conservar os seusapparelhos ou redes a uma milha nautica, pelo menos, do navio empregado na collocação ou reparação de um cabo submarino; contudo, os barcos de pesca que avistarem, ou estejam em circumstancias de avistar o navio telegraphico, trazendo os signaes adoptados, terão para se conformar com o aviso dado por esta fôrma um praso de vinte e quatro horas no maximo, durante o qual nenhum obstaculo deverá oppor-se ás suas manobras;

3.º O arraes ou mestre de qualquer barco de pesca que não conservar os seusapparelhos ou redes a um quarto de milha nautica, pelo menos, da linha das boias destinadas a indicar a posição dos cabos em collocação ou reparação.

Art. 6.º Será punido com a multa de réis 2\$000 a 50\$000, podendo-lhe tambem ser imposta a pena de seis dias a dois mezes de prisão:

1.º Toda a pessoa que por sua negligencia, e designadamente nos casos previstos nos dois artigos antecedentes, der causa á ruptura ou deterioração de um cabo submarino, que podesse ter o resultado de interromper ou de estorvar, no todo ou em parte, as communicações telegraphicas;

2.º O capitão de todo o navio empregado na collocação ou reparação de um cabo submarino, que, pela inobservancia das regras relativas aos signaes adoptados para prevenir os abalroamentos, fôr causa de qualquer outro navio quebrar ou deteriorar um cabo submarino.

§ unico. No caso de ruptura ou deterioração de um cabo, o capitão do navio que a praticar é obrigado, dentro das vinte e quatro horas da sua chegada ao primeiro porto em que tocar, a dar conhecimento do facto ás auctoridades locaes, sob pena de poder ser elevada até ao dobro a pena comminada n'este artigo, no caso previsto no seu n.º 1.º, e de lhe ser imposta aquella pena, ainda mesmo que se não prove negligencia no facto da ruptura ou deterioração.

Art. 7.º Será punido com a multa de réis 2\$000 a 50\$000, podendo-lhe tambem ser imposta a pena de seis dias a dois mezes de prisão, todo aquelle que fabricar, vender ou expozer á venda, embarcar ou fizer embarcar, instrumentos ou apparelhos, que exclusivamente sirvam para cortar ou destruir os cabos submarinos.

Art. 8.º Será punido com a multa de réis 50\$000 a 180\$000, e com a prisão correccional ou prisão maior até cinco annos, todo aquelle que voluntariamente cortar ou tentar cortar um cabo submarino, ou lhe causar ou tentar causar uma deterioração que podesse ter o resultado de interromper ou estorvar no todo ou em parte as communicações telegraphicas.

§ 1.º Esta disposição não é applicavel aos auctores da ruptura ou deterioração, quando estes só tivessem o fim legitimo de proteger a sua vida, ou a segurança dos seus navios, depois de haverem tomado todas as precauções necessarias para evitar essas rupturas ou deteriorações.

§ 2.º No caso do paragrapho antecedente, o auctor da ruptura ou deterioração é obrigado, sob pena de multa de 2\$000 a 20\$000 réis, a dar conhecimento do facto á auctoridade local do primeiro porto onde tocar o navio que o conduzir, e dentro do praso de vinte e quatro horas da sua chegada ao dito porto.

TITULO II

Disposições relativas ás aguas territoriaes

Art. 9.º As disposições dos artigos 4.º a 8.º da presente lei serão applicaveis ás infracções commettidas nas nossas aguas territoriaes por qualquer individuo, ou seja portuguez ou estrangeiro o navio de cuja tripulação elle faça parte; mas com as seguintes modificações:

§ 1.º É inapplicavel a disposição do n.º 1.º do artigo 6.º, quando a ruptura ou deterioração se dê na porção do cabo, que, segundo o contrato com as respectivas companhias, deve ser protegido por uma linha de boias e signaes e estes ou aquellas não existirem, ou não forem visiveis.

§ 2.º Nos portos ou surgidouros, onde o cabo passar ou amarrar, será permittido fundear ou conservar os apparelhos de pesca a menos de quarto de milha dos cabos em collocação ou reparação, quando assim seja determinado pelo respectivo capitão do porto, conforme as condições do fundeadouro.

§ 3.º As armações de pesca será arbitrado pelo capitão do porto o praso dentro do qual as devem levantar, no caso d'isso ser indispensavel para a collocação ou reparação do cabo.

Art. 10.º O juizo competente para conhecer das ditas infracções será o do porto a que pertença o navio em que estiver embarcado o infractor, o do primeiro porto portuguez em que o navio tocar, ou o do logar em que foi commettida a infracção.

Art. 11.º As infracções commettidas nas nossas aguas territoriaes serão provadas por meio de autos de noticia jurados, e na falta ou insufficiencia d'estes será admissivel qualquer meio de prova.

Art. 12.º São competentes para levantar os autos de noticia, a que se refere o artigo antecedente:

1.º Os officiaes commandantes de navios de guerra portuguezes;

2.º Os chefes dos departamentos, capitães dos portos e seus delegados;

3.º Os empregados que pela legislação em vigor têm competencia para levantar autos de contravenções policiaes.

Art. 13.º Os autos de noticia serão feitos com as formalidades prescriptas no § 1.º do artigo 3.º, e terão a mesma fé em juizo que os processos verbaes referidos no dito artigo.

Art. 14.º Quando as armações de pesca tenham de levantar por causa da collocação ou reparação dos cabos, terão direito a indemnisação da parte do proprietario dos cabos, e egual direito tem o proprietario dos navios que poder provar que sacrificou uma ancora, rede ou outro apparelho de pesca para não damnificar um cabo submarino.

TITULO III

Disposições geraes

Art. 15.º As infracções previstas nos artigos 4.º a 7.º, e referidas no artigo 9.º, serão processadas correccionalmente; e a infracção ao artigo 8.º, tambem referida n'aquelle ultimo artigo, será julgada em processo ordinario, mas sem intervenção de jurados e com as seguintes modificações:

1.ª O processo verbal será sufficiente a constituir o corpo de delicto;

2.ª O summario póde ser encerrado logo que sejam inquiridas tres testemunhas.

Art. 16.º A desobediencia em apresentar os depoimentos necessarios para a redacção dos processos verbaes e autos de noticia, as injurias, resistencia e offensas corporaes feitas ás pessoas encarregadas de levantar os processos verbaes ou autos de noticia, quando em exercicio de suas funcções, serão punidas com as penas que a lei penal impõe aos que commettem aquelles crimes contra a auctoridade publica, e seguirão a forma de processo estabelecido na lei geral.

Art. 17.º Nas infracções que são de responsabilidade dos capitães ou mestres dos navios, a responsabilidade d'estes cessa, e pertence aos pilotos da barra e portos do reino, logo que estes tenham entrado nos ditos navios, salvo quando se dê o caso pre-

visto no artigo 47.º do regulamento approvado por lei de 6 de maio de 1878.

Art. 18.º Os instrumentos e apparelhos a que se refere o artigo 7.º, e todos aquelles com que se praticar a infracção prevista no artigo 8.º serão apprehendidos, e se deverão considerar perdidos a favor do estado.

Art. 19.º Nos casos de cumplicidade, accumulção e reincidencia, deverão ser applicadas as regras prescriptas na lei penal.

Art. 20.º A responsabilidade civil será regulada conforme o direito commum.

Art. 21.º Fica revogada a legislação em contrario.

Mandámos portanto a todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e guardem e façam cumprir e guardar tão inteiramente como n'ella se contém.

O presidente do conselho de ministros, ministro e secretario d'estado dos negocios do reino, e os ministros e secretarios d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça, marinha e ultramar, e estrangeiros, a façam imprimir, publicar e correr. Dada no paço da Ajuda, aos 21 de abril de 1886. — EL-REI, com rubrica e guarda. — *José Luciano de Castro* — *Francisco Antonio da Veiga Beirão* — *Henrique de Macedo* — *Henrique de Barros Gomes*. — (Logar do sello grande das armas reaes.)

Carta de lei pela qual Vossa Magestade, tendo sancionado o decreto das côrtes geraes de 2 do corrente mez, que estabelece penalidades para os infractores da convenção internacional, relativa á protecção dos cabos submarinos, manda cumprir e guardar o mesmo decreto como n'elle se contém, pela forma retrò declarada.

Para Vossa Magestade ver — *João José Correia* a fez.

Comprazendo-me, em conformidade da antiga pratica seguida n'estes reinos, de usar da minha clemencia por occasião da presente semana santa, para com os réus que por exactas informações a que mandei proceder, se mostram dignos de commiseração, ou pelo tempo de prisão soffrida ou por outras ponderosas rasões que os recommendam á minha piedade, e mais que tudo em memoria das sacratissimas paixão e morte de Nosso Senhor Jesus Christo, solemnizadas pela igreja n'este dia de sexta feira maior: hei por bem, depois de ter ouvido o conselho d'estado, exercer o poder moderador, segundo o artigo 74.º § 7.º da carta constitucional da monarchia, para com os réus mencionados na relação junta, que faz parte integrante d'este decreto, e baixa assignada pelo mi-

nistro e secretario d'estado dos negocios da marinha e ultramar, tudo pela fórma que na dita relação se declara.

O mesmo ministro e secretario d'estado assim o tenha entendido e faça executar. Paço, em 23 de abril de 1886. = REL. = *Henrique de Macedo*.

Relação dos réus a que allude o decreto d'esta data

Augusto de Almeida Pereira, grumete do corpo de marinheiros da armada, condemnado, pelo crime de deserção, na pena de um anno de serviço, como soldado, em alguma das possessões occidentaes de Africa ou no estado da India — expiada a culpa.

Candido José da Costa, grumete do corpo de marinheiros da armada, condemnado, pelo crime de deserção, na pena de tres annos de serviço, como soldado, em alguma das possessões occidentaes de Africa ou no estado da India — expiada a culpa.

Cypriano, grumete do corpo de marinheiros da armada, condemnado, pelo crime de deserção, na pena de tres annos de serviço, como soldado, na Africa occidental ou no estado da India — expiada a culpa.

Francisco da Silva, grumete do corpo de marinheiros da armada, condemnado, pelo crime de deserção, na pena de tres annos de serviço, como soldado, em um dos corpos das provincias ultramarinas — commutada a pena em mais seis mezes de prisão, além da que já soffreu.

Roberto Manuel José Filippe, grumete do corpo de marinheiros da armada, condemnado, pelo crime de deserção, na pena de tres annos de serviço, como soldado, em um dos corpos das provincias ultramarinas — commutada a pena em mais um anno de prisão, além da que já soffreu.

Alfredo Torres, ou Alfredo Augusto Carlos Torres, grumete do corpo de marinheiros da armada, condemnado, pelos crimes de deserção, e uso de falso nome, com o fim de se subtrahir á vigilancia da auctoridade, na pena de quatro annos de serviço, como soldado, em um dos corpos das provincias ultramarinas — commutada a pena

em mais dezoito mezes de serviço, como soldado, no ultramar, além do que já tem prestado.

Jorge da Assumpção, grumete do corpo de marinheiros da armada, condemnado, pelo crime de deserção, na pena de tres annos de serviço, como soldado, em um dos corpos das provincias ultramarinas — commutada a pena em mais um anno de prisão além da que já soffreu.

Paço, em 23 de abril de 1886. = *Henrique de Macedo*.

Achando-se providenciado no artigo 8.º do decreto com força de lei de 30 de dezembro de 1852, que sejam constituídos em julgados os districtos e presidios da provincia, logo que n'elles se verifiquem as condições essenciaes para a separação das attribuições judiciais e das administrativas; e sendo reconhecido que o concelho de Malange reúne absoluta e relativamente as principaes condições para ser constituído em julgado ordinario, não só pela importancia da sua agricultura e commercio, mas tambem por conter numero de habitantes sufficientemente habilitados para os cargos judiciais.

Havemos por conveniente, com o voto do conselho do governo, determinar o seguinte:

Artigo 1.º É constituído em julgado o concelho de Malange.

Art. 2.º Serão propostos ao governo geral pelas auctoridades competentes o juiz ordinario e de paz e seus substitutos do novo julgado, nos termos do artigo 34.º e seguintes do citado decreto.

Art. 3.º O juiz ordinario nomeado e seu substituto, prestarão juramento por si ou por seus procuradores, perante o juiz de direito da comarca de Ambaca.

As auctoridades e mais pessoas a quem o conhecimento d'esta competir, assim o tenham entendido e cumpram.

Palacio do governo de Loanda, 27 de abril de 1886.

✕ Antonio, bispo de Angola e Congo = *Adelino Anthero de Sá*, presidente da relação = *Onofre de Paiva de Andrade*, tenente coronel = *Joaquim de Almeida da Cunha*, secretario geral.

MAIO

Em harmonia com o disposto no artigo 8.º do decreto de 26 de dezembro de 1885; hei por conveniente, com o voto unanime do conselho do governo, approvar e mandar pôr em execução o regulamento da alfandega da

Guiné e suas delegações que faz parte da presente portaria.

As auctoridades e mais pessoas a quem o conhecimento d'esta competir, assim o tenham entendido e cumpram.

Governo da provincia em Bolama, 13 de maio de 1886.—*Francisco de Paula Gomes Barboza*, governador.

Regulamento da alfandega da Guiné e suas delegações

CAPITULO I

Da organização da alfandega e do seu pessoal

Artigo 1.º A provincia da Guiné fórma um só districto fiscal, havendo uma unica alfandega denominada *Alfandega da Guiné*, com a sede em Bolama e delegações em Bissau e Cacheu.

Art. 2.º A alfandega da Guiné e suas delegações são consideradas de deposito para reexportação, e de despacho geral para consumo, e como taes admittem nos seus depositos todos os generos e mercadorias destinados a consumo, transito e reexportação, dando despachos de baldeação e os de exportação aos productos destinados a esta.

§ 1.º As mercadorias importadas só é permittido desembarque nas sedes da alfandega e delegações para os actos de fiscalisação prescriptos n'este regulamento.

§ 2.º Os generos destinados á exportação podem ser recebidos nos pontos onde forem adquiridos ou produzidos, sujeitando-se o navio exportador a todas as medidas de fiscalisação determinadas pelo chefe da alfandega.

Art. 3.º Os depositos permittidos por este regulamento são deposito real e deposito alfandegado.

§ 1.º O deposito real é o que se constitue nos armazens da alfandega, quer estes sejam do estado, quer alugados pela fazenda.

§ 2.º O deposito alfandegado constitue-se em armazens particulares de conta do importador e de que a alfandega tenha uma chave e cadeado proprio, ficando o commerciante com outra de diferente molde.

Esta especie de deposito só é permittida quando absolutamente não possa a fazenda ter armazens seus, ou alugados, para pôr á disposição da alfandega.

§ 3.º A transferencia dos depositos não se pôde effectuar quando o ponto do destino não tenha delegação para dar despacho ás mercadorias que se pretendam transferir.

§ 4.º Qualquer mercadoria arrecadada em uns e outros armazens é considerada como se estivesse na alfandega e não pôde sair d'elles sem despacho, verificação, etc.

§ 5.º Sómente podem estabelecer-se armazens particulares ou alfandegados dentro

dos limites da villa em que está situada a alfandega.

Art. 4.º Os empregados da alfandega são divididos em duas classes: a 1.ª comprehende o director, officiaes, thesoureiro, verificadores e aspirantes; a 2.ª os restantes do quadro.

Art. 5.º Os empregados do serviço interno da alfandega, mencionados no artigo antecedente, com excepção do director e do thesoureiro, estão sujeitos a mudanças e serão distribuidos pelas dependencias da mesma alfandega, segundo as conveniencias do serviço, sobre proposta do director, dependente da approvação do governo da provincia em conselho.

Art 6.º As delegações são dirigidas por officiaes, e a commissão d'estes, como de todos os mais empregados commissiionados, será de um anno, podendo ser prorogada ou dada por finda no seu decurso se assim o aconselharem as conveniencias do serviço publico, sendo a substituição regulada nos termos do artigo antecedente.

CAPITULO II

Da superintendencia

Art. 7.º Superintende sobre todo o serviço da alfandega e suas delegações, o governador da provincia, na parte administrativa, e a junta de fazenda, na parte fiscal.

CAPITULO III

Postos fiscaes

Art. 8.º Nos pontos onde não existirem delegações da alfandega, haverá os postos fiscaes que o bem do serviço exigir. Estes postos fiscaes são estabelecidos pelo governador da provincia, em conselho, sobre proposta do director da alfandega.

Art. 9.º Em cada um d'esses pontos haverá um chefe de posto, nomeado pelo governador da provincia, precedendo proposta do chefe da alfandega.

§ unico. Alem do vencimento pago pelo cofre da fazenda que lhes for estabelecido por lei, percebem os emolumentos designados na tabella n.º 3 para os guardas da alfandega, e gosarão das isenções e prerogativas que a lei confere aos empregados fiscaes.

CAPITULO IV

Atribuições dos empregados

Do director

Art. 10.º Compete ao director da alfandega:



1.º Superintender sobre todo o serviço aduaneiro e fiscal da provincia, cumprindo e fazendo com que se cumpram as leis, ordens e regulamentos em vigor, acerca do serviço que dirige;

2.º Regular e estabelecer o serviço das delegações, tendo em vista a uniformidade na escripturação e trabalhos commettidos a todas, conhecer da forma por que n'ellas é desempenhado o serviço, para o que fará inspecções periodicas a todas as dependencias da alfandega, e extraordinariamente quando o julgue preciso ou for superiormente determinado;

3.º Prover definitivamente os logares de patrões e remadores, e nomear os guardas supranumerarios que o serviço exigir;

4.º Participar ao governo da provincia qualquer vacatura dada no pessoal da alfandega, procedendo pelo modo indicado no § unico do artigo 4.º do decreto organico da mesma alfandega de 26 de dezembro de 1885;

5.º Propor ao governador da provincia a suspensão, de exercicio e vencimento, dos empregados que a isso derem causa, justificando os motivos;

6.º Mandar proceder annualmente em devido tempo ás aferições dos pesos e medidas da alfandega pela camara municipal;

7.º Assignar a correspondencia ou documentos que se expedirem pela sua repartição, excepto as certidões passadas a requerimento de parte, e as remessas dos processos por serem da competencia privativa do official respectivo;

8.º Rubricar os livros e cadernos das delegações e postos fiscaes e todos aquellos para que for auctorisado;

9.º Distribuir o serviço na séde da alfandega designando as horas d'elle, de forma que nem as partes, nem o mesmo serviço sofram;

10.º Ordenar e regular qualquer trabalho extraordinario assim na séde da alfandega como nas delegações d'esta;

11.º Requisitar, quando o necessite, a coadjuvação das auctoridades civis e militares;

12.º Fiscalisar a assiduidade dos empregados e marcar as horas em que extraordinariamente deverão ultimar-se os trabalhos, quando o bem do serviço ou os interesses do commercio exijam que se prolonguem alem do expediente ordinario;

13.º Manter a ordem na repartição, procedendo contra os perturbadores d'ella, se forem empregados da alfandega; e não o sendo, autoando-os e remettendo os autos ao agente do ministerio publico, dando im-

mediatamente conhecimento ao governador da provincia de tudo que tiver occorrido;

14.º Marcar local para o embarque e desembarque de mercadorias;

15.º Tomar com promptidão as providencias necessarias para arrecadar os salvados em caso de naufragio ou varação;

16.º Examinar se as embarcações que navegam entre os portos da provincia, andam munidas dos documentos exigidos n'este regulamento;

17.º Designar, de accordo com o capitão dos portos, patrão-mór, ou quem suas vezes fizer, o melhor ancoradouro para os navios que tiverem de carregar ou descarregar;

18.º Assignar as licenças para a descarga das mercadorias;

19.º Ordenar e presidir ás conferencias de descarga nos manifestos, e ás que mensalmente deve haver nos livros a cargo dos empregados;

20.º Regular o serviço de rondas nocturnas, nomeando diariamente e por escala os empregados precisos para este serviço;

21.º Presidir a quaesquer vistorias a que se proceder pela alfandega, como juiz que é nos respectivos processos.

Dos chefes das delegações

Art. 11.º Os chefes das delegações têm a seu cargo:

1.º Dirigir todos os trabalhos da delegação e distribuil-os pelos empregados a ellas *adstrictos*;

2.º Executar e fazer executar pelos empregados e postos fiscaes dependentes, as leis, regulamentos e ordens dimanadas da alfandega;

3.º Providenciar nos casos omissos e urgentes, sob sua responsabilidade, dando immediatamente conta á direcção das providencias que adoptar e dos motivos que as suggerirem;

4.º Ordenar e regular na delegação a seu cargo qualquer trabalho extraordinario;

5.º Manter na delegação a devida ordem, procedendo contra os que a alterarem, autoando-os e remettendo os autos ao agente do ministerio publico, dando immediatamente conhecimento ao director da alfandega do occorrido;

6.º Arrecadar todas as receitas publicas, como thesoureiro que é da delegação, fazendo d'ellas transferencia em epochas marcadas pela junta da fazenda para o cofre da delegação;

7.º Arrecadar do mesmo modo os emolumentos cobrados, e do seu producto dar conta á alfandega no fim de cada mez com a indicação da sua proveniencia, grupo de em-

pregados a que pertencem, conservando o producto no cofre á ordem do thesoureiro da alfandega;

8.º Observar o que fica disposto n'este regulamento em tudo que for applicavel e exequivel, na delegação a seu cargo;

9.º Reverificar os despachos depois de contados os direitos, fazendo-os rubricar por todos os empregados que n'elles intervierem;

10.º Conceder franquia aos navios até trinta e seis horas;

11.º Instruir os processos de tomadia e multas, enviando-os com informação ao director para os fins legais;

12.º Providenciar para que o serviço da fiscalização do porto seja desempenhado regularmente;

13.º Participar á direcção qualquer facto importante havido n'este serviço;

14.º Ter inventario dos moveis e utensilios da delegação, velando pela sua conservação;

15.º Vigiar que as balanças e pesos do serviço da delegação sejam aferidos regularmente;

16.º Trazer em dia toda a escripturação e dirigir a arrumação do archivo, tendo registos para a correspondencia que expedir, e para as ordens e instrucções que receber da direcção;

17.º Em caso de sinistro, cumpre ao chefe da delegação comparecer immediatamente no logar d'elle e executar todas as providencias que estiverem ao seu alcance para effectuar o salvamento de pessoas e fazendas. Quando não possa comparecer, far-se-ha representar dando instrucções ao empregado que nomear.

Dos officiaes

Art. 12.º Aos officiaes na séde da alfandega ou nas delegações cumpre:

1.º Escripturnar o livro caixa ou do cofre, o dos depositos, o de receita dos impostos indirectos, o do assentamento geral, o de diversos termos, o de estampilhas de sello, o de imposto especial de obras publicas e colonisação e o de impostos municipaes;

2.º Dar entrada e despachar por saída os navios de fóra da provincia;

3.º Escrever todos os termos e autos dos processos que correm pela alfandega;

4.º Extrahir as certidões mensaes do rendimento da alfandega;

5.º Coordenar, com a coadiuvação dos outros empregados, os mappas de importação e exportação e mais rendimentos destinados á contadoria geral, os que extraordinariamente forem pedidos e os estatisticos do seu movimento, segundo os modelos juntos n.ºs 1 a 5;

6.º Expedir todas as guias das entradas no cofre;

7.º Assignar com o director todos os diplomas referidos nos numeros anteriores, e a folha mensal do vencimento da tripulação dos escaleres;

8.º Passar ou subscrever todas as certidões da sua competencia em vista de despacho do director;

9.º Verificar de calculo todos os documentos que tenha de escripturar nos livros a seu cargo, e muito minuciosamente os direitos depois de competentemente applicados;

10.º Dar numero aos despachos pela ordem da sua apresentação, e fazer que sigam os termos devidos;

11.º Na falta ou impedimento do director desempenhará as funcções d'este, enquanto o governo da provincia não providenciar ácerca da substituição temporaria ou definitiva do mesmo director;

12.º Fazer remessa ao juiz de direito da comarca dos processos de apprehensão, tomadia ou multas instaurados na alfandega;

13.º Manter na casa do despacho a devida ordem, dirigindo, como secretario da alfandega, todo o seu expediente. Ter a seu cargo o livro do ponto.

Art. 13.º Nas delegações, os diplomas em que seja preciso intervirem dois empregados, o chefe respectivo os fará escrever pelo seu immediato e por ambos serão esses documentos firmados e legalizados.

Dos verificadores

Art. 14.º Compete aos verificadores:

1.º Examinar se ha exactidão nos pedidos de mercadorias a despacho, fazer descrever n'este as mesmas mercadorias, segundo a nomenclatura da pauta, evitando denominações arbitrarías, mencionando exactamente, depois de minuciosa verificação e classificação, a quantidade, qualidade, peso ou medida de cada uma d'ellas, e lançar-lhes depois as taxas applicaveis;

2.º Escripturnar o livro de carga e descarga geral e seus auxiliares, averbando devidamente os despachos de saída das mercadorias;

3.º Assistir e proceder a todas as verificações de objectos que se apresentarem a despacho;

4.º Dar entrada e despachar por saída os navios de cabotagem;

5.º Fechar os despachos de exportação ou de transferencia livre para dentro da provincia;

6.º Auxiliar os officiaes no serviço a seu cargo;

7.º Conferir com os porteiros ou quem fizer suas vezes, em vista dos bilhetes da descarga, todos os volumes que derem entrada na alfandega, fazendo-os contramarcas, e dando parte ao director de qualquer differença encontrada;

8.º Designar o armazem em que devem receber-se as mercadorias;

9.º Dar, com os fieis ou encarregados de armazens, o balanço mensal aos mesmos, em vista dos respectivos livros;

10.º Velar pela boa arrumação dos volumes nos armazens;

11.º Fazer com o aspirante incumbido do serviço externo, em presença dos manifestos e guias, ou folhas de descarga, as visitas de conferencia e de descarga;

12.º Cooperar com os demais empregados na conferencia mensal, presidida pelo director, dos livros da carga e dos armazens com os manifestos e despachos de saída;

13.º Lançar nos manifestos ou despachos dos navios que não concluirem a sua descarga, e seguirem para portos nacionaes, a declaração dos volumes que d'elles desembarcaram;

14.º Passar as certidões do livro de carga e descarga;

15.º Apresentar mensalmente ao director uma lista dos volumes que tenham excedido o praso de armazenagem;

16.º Manter a ordem na casa da abertura;

17.º Examinar se funcionam regularmente as balanças com que tem de trabalhar;

18.º Examinar, antes de fazer abrir os volumes que tem de verificar, se elles conferem com os bilhetes de despacho em marcas, numeros, contra-marcas e peso bruto;

19.º É tambem das suas attribuições tomar o peso liquido das mercadorias, despin-do-as ou não dos seus envoltorios, conforme o despachante preferir;

20.º Fazer escrever com a maior nitidez os algarismos representativos das quantidades que servem de base para o calculo dos direitos, resalvando qualquer emenda;

21.º Observar, a respeito das mercadorias importadas isentas de direitos, as mesmas formalidades estabelecidas para o despacho e verificação das que o não são;

22.º Se for submettido a despacho ou der entrada na alfandega, algum genero alimenticio, ou droga empregada na medicina, com visiveis signaes de deterioração ou corrupção, proceder-se-ha na conformidade dos regulamentos sanitarios.

Art. 15.º As funcções de verificador na delegação em que não houver tal empregado, ou no seu impedimento, serão exerci-

das pelo aspirante que o chefe respectivo indicar.

Do thesoureiro

Art. 16.º O thesoureiro tem a seu cargo:

1.º Cobrar e arrecadar os rendimentos da alfandega, tendo no mesmo cofre, mas com escripturação separada, a receita geral, a dos depositos, a de emolumentos de empregados por classes, e finalmente os rendimentos provenientes de impostos municipaes sobre generos para consumo, cuja cobrança está commettida à alfandega;

2.º Entrar no cofre da fazenda, em dias marcados pelo tribunal respectivo, com os rendimentos arrecadados;

3.º Effectuar o pagamento de emolumentos aos empregados e outros pelo cofre dos mesmos, mediante o visto ou ordem escripta do director;

4.º Verificar todos os dias os saldos e importancias em cofre, e reconhecer a conformidade dos mesmos saldos com a respectiva escripturação da secretaria da alfandega;

5.º Dar balanço no fim de cada mez, conferindo o numerario existente em cofre antes da ultima transferencia do mez a que respeita o balanço, por meio de contagem, com a escripturação da secretaria da alfandega;

6.º Ter a seu cargo o deposito de volumes, contendo joias e outros objectos preciosos, quando apprehendidos, ou dados como fiança ou garantia de quaesquer impo-sições ou quando mandados pelo director;

7.º Obedecer em tudo quanto lhe disser respeito aos preceitos d'este regulamento;

8.º Proceder no dia 30 de junho de cada anno ao balanço do cofre nos termos do n.º 17 das instrucções da junta da fazenda de 22 de agosto de 1885, insertas no *Boletim Official* n.º 35 do dito anno, e assignar, com as entidades designadas no mesmo numero, o termo do resultado do balanço e a certidão que deve acompanhar o mesmo termo, ao secretario da junta da fazenda;

9.º Prestar préviamente a caução que for fixada pela junta da fazenda, tudo nos termos prescriptos pela mesma junta.

Do aspirante incumbido do serviço externo

Art. 17.º Ao aspirante que na escala pertencer o serviço externo, compete:

1.º Fazer as visitas de entrada a todas as embarcações, exigindo n'este acto o manifesto e mais documentos que são obrigados a apresentar, entregando aos capitães ou mestres a parte d'este regulamento que lhes diz respeito, collocando a bordo os guardas que forem necessarios, e finalmente receber as malas do correio, ou declaração de as não trazer. Esta ultima parte não se entende com

o aspirante encarregado de visitas em Boluma. A visita summaria a que se refere este numero, é feita de sol a sol, e consiste em averiguar:

- 1.º Nome do navio e sua qualidade;
- 2.º A sua nacionalidade;
- 3.º Nome do capitão;
- 4.º Arqueação em toneladas;
- 5.º De que porto vem e em quantos dias;
- 6.º Quantos são os tripulantes;
- 7.º Quantos são os passageiros com destino ao porto, e quantos em transitio;
- 8.º Que carga traz e a sua natureza;
- 9.º A que operação commercial se destina no porto;
- 10.º Quem é o consignatario.

Este registo será, no regresso de bordo, enviado pelo official de visita ao director.

2.º Fazer com o verificador as visitas de conferencia e descarga, tirando os guardas de bordo dos navios que a houverem concluido;

3.º Fazer as visitas de saida a todas as embarcações, desembaraçando-as sempre que não encontre duvida, e havendo dos capitães ou mestres a parte do regulamento que lhes havia entregue;

4.º Coadjuvar o verificador na conferencia dos volumes no acto da sua entrada com os bilhetes de bordo, e quando forem propostos a despacho;

5.º Distribuir e vigiar o serviço dos guardas e remadores, fiscalizando a assiduidade de todos, assim por terra como por mar;

6.º Reger o serviço das tripulações dos escaleres a cargo da alfandega, velando pelo asseio de umas e outros;

7.º Fazer a chamada diaria dos guardas e das tripulações dos escaleres, dando parte ao director das faltas havidas;

8.º Dispor as cousas de modo que esteja sempre prompto um escaler para qualquer acto de serviço;

9.º Nômear, com a devida antecipação, os guardas que devem ir para bordo dos navios entrados, de maneira que se apresentem promptos para embarcar no acto da visita;

10.º Não consentir que os guardas e tripulantes dos escaleres se apresentem no serviço sem uniforme;

11.º Executar e fazer executar as disposições do regulamento dos portos na parte concernente ao serviço fiscal;

12.º Registrar o detalhe do serviço dos guardas, apresentando no fim de cada mez ao official respectivo uma relação dos que o fizeram com designação dos dias em que tiveram vencimento.

Dos aspirantes

Art. 18.º Compete aos aspirantes:

1.º Escripturar os livros de registo da correspondencia recebida e expedida e do registo dos conhecimentos de carga e dos diplomas, os do inventario do material a cargo da alfandega e os de que trata o paragrapho unico do artigo 63.º;

2.º Fazer o serviço interno e externo da alfandega que lhes for designado pelo director;

3.º Servir de archivista da repartição;

4.º Catalogar mensalmente o archivo.

Do guarda de 1.ª classe servindo de porteiro

Art. 19.º Compete aos porteiros:

1.º Abrir as portas da alfandega;

2.º Velar pelo asseio do edificio e fazer que todos os dias seja varrido, para o que entrarão uma hora antes dos mais empregados;

3.º Ter sempre no melhor arranjo a casa da abertura, mantendo n'ella a ordem, na ausencia do verificador ou do aspirante encarregado do serviço externo;

4.º Inventariar e cuidar dos moveis e utensilios da alfandega, pelos quaes são responsaveis;

5.º Persistir durante as horas de serviço na porta, cuja vigilancia lhes é commettida, dando parte ao director de qualquer suspeita originada de pessoas ou acontecimento;

6.º Cooperar, no impedimento do aspirante de que trata o n.º 3.º, com o verificador na conferencia dos volumes com os bilhetes de descarga no acto da entrada;

7.º Não permittir a saida de qualquer objecto sem verificar a sua identidade pelo confronto com o despacho, lançando n'este a nota de saida, rubricando-a;

8.º Fechar as portas da alfandega, mas só depois de não haver volume algum fóra dos armazens, e conservar uma das chaves em seu poder, distribuindo as outras pelos empregados que o director designar.

Art. 20.º Nas delegações serão as funções de porteiro desempenhadas pelo guarda que o delegado nomear.

Do guarda de 1.ª classe servindo de fiel de armazens

Art. 21.º Compete aos fieis de armazens:

1.º Receber, depois de os conferir com as folhas de descarga, todos os volumes que devem entrar nos armazens;

2.º Ter n'estes em boa ordem todos os volumes, arrumando-os separadamente em referencia ás marcas e contra-marcas;

3.º Mostrar a existencia e saida dos volumes em um livro e cadernòs auxiliares de

carga geral, conservar uns e outros sempre em dia;

4.º Indicar, todas as vezes que se lhes exigir, o logar de qualquer volume, fazendo-o conduzir á sala de abertura para ser verificado;

5.º Cumprir as ordens do verificador, concernentes ao arranjo e arrumação dos armazens e responder pelo que n'elles der entrada;

6.º Conservar em seu poder as chaves dos mesmos armazens.

Art. 22.º Na falta ou impedimento dos fieis de armazens, fará as suas vezes o empregado que for escolhido.

Dos guardas

Art. 23.º Compete aos guardas:

1.º Vigiar onde estiverem em serviço pela estricte execução dos regulamentos fiscaes, dar conhecimento immediato ao aspirante, encarregado do serviço externo, de qualquer infracção de que tenha noticia e prender qualquer pessoa que em flagrante for encontrada violando os mesmos regulamentos;

2.º Dos guardas collocados a bordo, formulará, um do portaló, a folha de descarga dos volumes que tiverem de vir para a alfandega, em impresso proprio competentemente sellado, confiando-a ao guarda que for a bordo na embarcação em descarga para ser entregue ao guarda em terra, que depois de conferir rubricará o recibo, conservando a folha para a conferencia geral da carga;

3.º É expressamente prohibido ao guarda que se achar embarcado, abandonar o navio sem prévia licença do chefe, ou ser substituido, sob pena de ser demittido e punido conforme a lei;

4.º No acto de saída de qualquer navio que tenha a seu bordo guarda fiscal, só poderá retirar-se o mesmo guarda para o escaler da alfandega depois do navio levantar ferro, devendo comtudo conservar-se no logar onde se achava fundeado o navio até que este se tenha afastado;

5.º Não permittir que nenhum barco com passageiros ou gente estranha ao navio faça amarração a bordo, sem que primeiro justifique que obteve para isso licença do chefe da alfandega, apresentando-a;

6.º Não permittir a entrada de volume ou objecto algum a bordo sem despacho ou licença assignada pelo director da alfandega;

7.º Conferir do mesmo modo toda a carga que tiver de embarcar, pondo no despacho ou guia a declaração de alguma differença de marca, numero ou qualidade dos volumes, rubricando-a;

8.º Não deixar sair volume algum do caes da alfandega sem despacho ou ordem por escripto do director;

9.º Vigiar pela boa arrumação e conservação dos volumes que se achem no caes, pelos quaes são responsaveis;

10.º Finalmente, cumprir todas as ordens que lhes forem dadas ou transmittidas pelo aspirante no serviço externo.

Dos patrões dos escaleres

Art. 24.º Compete aos patrões dos escaleres:

1.º Velar pela conservação e asseio, quier dos escaleres e seus pertences, quier do vestuario da tripulação a seu cargo;

2.º Dar parte ao aspirante respectivo da deterioração ou extravio de taes objectos;

3.º Manter a disciplina da tripulação e dirigirla nos serviços de mar e terra que lhes forem ordenados;

4.º Cumprir e fazer que os remadores cumpram todas as ordens do referido aspirante.

Dos remadores

Art. 25.º Compete aos remadores:

1.º Fazer todas as fainas necessarias para o arranjo, limpeza e conservação, tanto dos escaleres e seus pertences, como das casas e armazens da alfandega ou delegações;

2.º Executar todas as ordens do patrão do escaler.

Dos chefes dos postos fiscaes

Art. 26.º Compete aos chefes dos postos fiscaes:

1.º Fiscalisar por si e pelos meios ao seu alcance a area sujeita á sua jurisdicção, a fim de que nos pontos d'ella não entrem embarcações que ahi não possam ir, e intimar esta prohibição ás que queiram communicar;

2.º Vigiar que as embarcações de cabotagem não carreguem nem descarreguem sem sua auctorisação para que tenha sempre conhecimento da natureza da carga, seu destino ou procedencia;

3.º Tomar conhecimento dos papeis de bordo de que as embarcações devem andar munidas;

4.º Proceder ácerca dos capitães ou mestres de navios que incorrerem nas multas comminadas n'este regulamento pela fórma indicada no artigo 136.º;

5.º Passar guias de transito da carga que receberem as embarcações que alli forem legalmente carregar, segundo o modelo respectivo, e remettel-as de officio ao chefe da alfandega. No acto da descarga conferir em presença das guias se as mercadorias estão n'estas devidamente descriptas, apprehendendo as que o não estiverem;

6.º Requisitar das auctoridades administrativas e militares todo o auxilio de que careçam para o exacto cumprimento do disposto n'este regulamento e do que resarem as instrucções recebidas do chefe da alfandega;

7.º Dar parte ao mesmo de qualquer occorrença extraordinaria que se der no seu districto fiscal;

8.º Dar todas as providencias ao seu alcance no caso de naufragio ou varação, emquanto não chegue ao local do sinistro o chefe da alfandega ou empregado que o represente;

9.º Impedir a saída de todo e qualquer passageiro para fóra da provincia, que não esteja munido do competente passaporte;

10.º Fazer a policia sanitaria e praticar outros actos como subdelegado de saude que é na falta ou ausencia d'este funcionario;

11.º É-lhes defeso conceder passes ás embarcações que forem ao seu districto e unicamente auctorisados a pôrem o visto nos mesmos passes e a declaração do destino que seguem as referidas embarcações.

CAPITULO V **Dos uniformes**

Art. 27.º O uniforme pequeno para todos os empregados de primeira classe da alfandega, será: sobrecasaca ou raglan de panno azul com botões amarelllos de armas reaes, collete branco ou azul com botões como os da sobrecasaca, calças azues ou brancas, conforme as estações.

§ 1.º Usarão bonets de panno azul com pala e só n'este artigo de uniforme haverá distincção de categoria, sendo permittido trazer, como por decreto o foi aos empregados superiores das alfandegas do continente: ao director, dois galões de oiro occupando dois terços de largura em volta do bonet, entremêado ao centro e em toda a circumferencia por um outro galão de seda preta; ao primeiro official, quatro galões de oiro estreitos; aos segundos officiaes, verificadores e thesoureiros, tres; aos aspirantes e chefes de postos, um só galão de oiro estreito.

§ 2.º O uniforme grande, continúa a ser o estabelecido no decreto de 13 de janeiro-de 1834.

Art. 28.º Os guardas usarão fardetas de panno azul com botões amarelllos de armas reaes, colletes brancos ou azues com botões iguaes aos da fardeta, calças azues ou brancas, bonet de panno azul com pala direita e as iniciaes A G em letras de metal amarello, dentro de um silvado do mesmo metal, terçado e cinturão preto.

§ unico. O uniforme dos porteiros e dos fieis de armazens será igual ao dos guardas, com a differença que, em lugar de fardeta, usarão sobrecasaca com botões de armas reaes, e o fiel não terá terçado nem cinturão.

Art. 29.º Os patrões dos escaleres usarão camisa branca, lenço de seda preta, jaleco de panno azul com botões de metal amarello, e ancora do mesmo metal no braço direito, calças brancas ou azues, conforme a estação; bonet azul de pala e ancora de metal amarello.

§ unico. Os remadores usarão camisa de alcacha, lenço de seda preta no pescoço, calças brancas ou azues, segundo a estação, cinta vermelha e bonet branco ou azul sem pala com fita de seda preta, tendo as iniciaes A G em letras doiradas; podem usar chapéu de palha ou oleado com o distico indicado.

CAPITULO VI

Do serviço da alfandega e delegações

Art. 30.º As repartições fiscaes abrem o seu expediente ordinario ás dez horas da manhã de todos os dias não santificados e o encerram ás quatro horas da tarde.

§ 1.º Não ha feriados para as mesmas repartições em dias de gala ou destinados a commemorações publicas.

§ 2.º A hora da abertura pôde ser antecipada, e prorogada a de encerramento, quando em beneficio do commercio ou dos interesses da fazenda seja necessario expediente extraordinario, cumprindo n'este caso aos empregados de todas as categorias permanecer nos seus logares emquanto durar o expediente extraordinario.

§ 3.º O serviço da alfandega e delegações para descarga de mercadorias é feito desde o nascer até ao pôr do sol; o da saída das fazendas despachadas até ás quatro horas da tarde.

§ 4.º Empregado algum se poderá retirar antes do toque de saída, pelo qual se annuncia ter findado o expediente; até esse momento devem todos os empregados continuar nos seus logares. O expediente, excepcionalmente na séde da alfandega, suspende-se duas horas antes do seu termino para ser liquidada a receita arrecadada, e que deve ser transferida para o cofre central da thesouraria como está estatuido pela junta da fazenda.

§ 5.º Tanto a hora da entrada, da interrupção do serviço, como do seu termino, será annunciada pelo toque da sineta, que para esse fim haverá nas casas fiscaes.

Art. 31.º Na séde da alfandega e delegações, haverá serviço permanente, desde o

nascer até o pôr do sol, desempenhado por empregados de piquete nomeados diariamente pelos respectivos chefes.

§ 1.º O piquete, durante as horas regulamentares, desempenha o serviço de exame de bagagens; depois d'essas horas tem as attribuições de delegação da alfandega nos termos dos numeros seguintes:

1.º Cumprir aos empregados de piquete observar as instrucções e ordens que lhes forem dadas pelos chefes em tudo quanto respeita ao serviço interno.

2.º Desempenhar o serviço de rondas aos navios no ancoradouro e a todos os postos do serviço.

3.º Providenciar em qualquer caso urgente e imprevisto em quanto não chegue resolução do chefe, devendo, se o caso for grave, participal-o immediatamente a este.

Art. 32.º Haverá um livro de ponto nas casas fiscaes que os empregados assignarão á entrada e saída. Este livro será encerrado pelo official meia hora depois da marcada para a entrada e logo remetido para a mesa do director, e nas delegações para a do chefe respectivo.

§ 1.º O empregado que chegar depois de encerrar o ponto e os que, depois de o rubricarem, se ausentarem da repartição sem licença, serão considerados em falta.

§ 2.º Os empregados que faltarem e não justificarem as faltas, perderão o ordenado correspondente.

§ 3.º As faltas com participação de doente, não se consideram justificadas, seja qual for o numero de dias, senão á vista da certidão jurada do facultativo, e em que se declare precisamente o numero de dias que o empregado esteve na impossibilidade de comparecer na repartição, devendo apresentar nova certidão no fim de cada mez quando a doença se prolongar, sem o que não poderá o mesmo empregado ter direito a perceber os vencimentos.

§ 4.º Em outras faltas em que o director ou o chefe da delegação vejam que o empregado procede com abuso, o farão lançar em falta, e só excepcionalmente será esta relevada.

Art. 33.º Haverá egualmente na alfandega um livro para registro biographico dos empregados, internos e externos, dependentes da mesma.

§ unico. N'esse livro se registrarão as diversas nomeações dos mesmos empregados, commissões, louvores, faltas, culpas, castigos e informações periodicas do chefe e só em presença do mesmo livro, serão passadas certidões ou attestados aos que solicitarem estes documentos.

Art. 34.º Nenhum empregado poderá levar ou mandar para sua casa livros ou papeis pertencentes á repartição sem licença do chefe.

§ unico. A falta de cumprimento d'este preceito, torna o infractor directamente responsavel pelo prejuizo ou extravio a que der causa, ficando sujeito a qualquer outro procedimento que deva haver por tal motivo.

Art. 35.º Ao chefe da alfandega ou delegações, compete organizar o serviço da descarga, embarque das mercadorias e visitas dos navios, tanto nos dias de expediente ordinario, como nos sanctificados ou feriados, de fôrma que tudo se faça regularmente desde o nascer até o pôr do sol, nomeando por escala para assistirem a este serviço um empregado de 1.ª classe, um fiel de armazem e um guarda.

§ 1.º Este piquete será quotidianamente nomeado, haja ou não que fazer na alfandega ou delegações, não se admittindo escusa senão por motivos e pela fôrma indicada no artigo 32.º

§ 2.º O serviço de que trata o paragrapho antecedente nunca se prolongará alem do sol posto.

Art. 36.º Os empregados durante as horas de serviço não tratarão nem se occuparão de objectos alheios a este.

Art. 37.º Empregado algum desempenhará funcções pertencentes a outro senão por vocação da lei e só em casos urgentes por ordem do chefe.

Art. 38.º É absolutamente defeso a qualquer empregado, que não seja o thesoureiro, receber quantia alguma proveniente de despacho ou com outras quaesquer proveiências.

Art. 39.º É expressamente prohibido deixar sair do deposito generos e mercadorias sem que os seus despachos estejam perfeitos, os quaes só o estão depois de averbados e satisfeitos os competentes direitos.

Art. 40.º O serviço diario da alfandega e delegações, considerar-se-ha findo sómente depois de escripturado o expediente e recolhidas no cofre todas as quantias recebidas.

Art. 41.º Todos os empregados da alfandega devem concorrer para a manutenção da mais completa ordem na repartição e outros logares dependentes d'ella, evitando toda a contestação entre si e as partes, as quaes tratarão com urbanidade.

§ unico. Contra os que a alterarem ou que ultrajarem algum empregado no exercicio das suas funcções proceder-se-ha pelo modo indicado no n.º 13 do artigo 10.º

Art. 42.º Na alfandega e delegações estarão patentes a fim de serem consultados por aquelles que o desejarem:

1.º A pauta, leis e ordens que auctorisam a cobrança dos direitos, impostos, rendimentos e mais proventos legaes;

2.º Os modelos ou indicações do modo porque se devem formular os despachos;

3.º Este regulamento.

TITULO VII

Das prerogativas

Art. 43.º Aos empregados aduaneiros e fiscaes são concedidas as seguintes prerogativas:

1.º São dispensados de licença para porte de armas no uso legitimo que d'ellas fizerem em protecção dos interesses da fazenda ou em defesa propria no exercicio das suas funcções.

2.º São isentos do recenseamento para jurados.

3.º Podem prender em flagrante delicto os delinquentes em caso de contrabando ou descaminho e os transgressores dos preceitos fiscaes, bem como os individuos que ultrajarem os empregados aduaneiros e fiscaes no exercicio das suas funcções, conduzindo-os immediatamente á presença do chefe, ou de quem suas vezes fizer para o necessario procedimento.

4.º Não podem ser demandados civil ou criminalmente, por actos relativos ás suas funcções, sem licença do governo.

5.º Os seus vencimentos só podem ser penhorados até quinta parte, e unicamente em execução promovida para pagamento de alimentos que devam por vinculo de familia.

§ 1.º O exercicio do logar nas casas fiscaes é incompativel com qualquer outro emprego ou commissão de serviço publico que não seja o aduaneiro; é do mesmo modo incompativel com o exercicio de qualquer ramo de commercio ou industria.

§ 2.º Da publicação do presente regulamento em diante, não serão concedidas aos referidos empregados, graduações ou funcções diversas das que pela sua categoria respectiva, no quadro, lhes competirem, ficando entendido que nunca por outro será preterido o serviço da casa fiscal.

CAPITULO VIII

Das penas

Art. 44.º Os empregados aduaneiros e fiscaes ficarão sujeitos á applicação das penas disciplinares seguintes:

1.º Advertencia verbal e particular ou averbada em registro competente.

2.º Reprehensão verbal e particular ou averbada no registro respectivo.

3.º Suspensão de exercicio e de metade do vencimento, nos termos da lei que regula o assumpto.

4.º Demissão.

Art. 45.º As penas de que trata o artigo antecedente não isentam nem subtraem os empregados á applicação de quaesquer outras que em virtude do codigo penal o poder judicial lhes possa impôr.

Art. 46.º O empregado que pedir ou aceitar dadas das partes ou emolumentos que não lhe sejam devidos, ou que, sendo-o, não esteja auctorisado a cobrar senão por intermedio do thesoureiro, incorre na pena de demissão, sem prejuizo de pena maior que lhe caiba, nos termos do direito commum, se a dadia tiver por fim deixar de cumprir os seus deveres.

§ unico. Na mesma pena incorrem os empregados aduaneiros e fiscaes que exercerem commercio ou industria, por si ou por interposta pessoa.

Art. 47.º São igualmente causas determinantes de demissão ou suspensão, segundo a gravidade dos crimes:

1.º A pronuncia definitiva nos crimes de peita, suborno, peculato, concussão, falsidade, estellionato, furto, roubo e homicidio.

2.º A revelação de segredo da repartição e abuso de confiança em materia do serviço publico devidamente comprovados.

3.º A impossibilidade permanente physica ou moral de exercer o emprego, quando o empregado não poder ser aposentado, salvo o caso em que a impossibilidade tenha sido adquirida no serviço publico.

4.º A frequencia de faltas não justificadas, depois de duas suspensões por este motivo.

5.º A condemnação definitiva por qualquer outro crime grave não marcado no numero 1.º d'este artigo.

6.º A negligencia ou qualquer acto ou omisão culposa, no cumprimento dos deveres do empregado depois de admoestado.

7.º A desobediencia voluntaria ás ordens superiores em objecto de serviço publico das attribuições do empregado.

Art. 48.º Fôra dos casos previstos nos numeros 1.º e 5.º do artigo antecedente, nenhum empregado pôde ser demittido ou suspenso sem primeiro ser ouvido.

CAPITULO IX

Dos diferentes despachos

Art. 49.º Os despachos podem ser, e em rigor são assim classificados: de importação

ou consumo, de exportação, de reexportação, de transito, de baldeação, de transferencia de generos livres de direito.

§ 1.º Dá-se despacho de importação ou consumo ás mercadorias e generos nacionaes e nacionalizados, e aos estrangeiros para esse fim importados na alfandega.

§ 2.º Dá-se despacho de exportação ás mercadorias e generos nacionaes, de producção, quer da provincia quer do reino e ilhas adjacentes; e os nacionalizados nas alfandegas do reino ou da provincia.

§ 3.º Dá-se despacho de reexportação e de transito ás mercadorias e generos nacionaes ou estrangeiros para esse fim depositados na alfandega e suas delegações.

§ 4.º As mercadorias e generos depositados na alfandega e suas delegações destinados a serem reexportados, só o podem ser para fóra da provincia, seguindo-se no seu despacho o seguinte processo:

1.º Provado pelo despachante o direito que tem ás mercadorias, procede ao seu despacho, o qual o director mandará conferir, e, verificada sua exactidão, auctorisará o embarque.

2.º A guia acompanhará as mercadorias, e depois de confrontada pelo guarda em serviço com o seu contheudo, lançará na mesma a nota de conferido, datando-a e rubricando-a, para ser remettida de officio á alfandega destinataria.

3.º A reexportação, segundo o disposto na lei, é permitida sómente em navios de lotação não inferior a 50 toneladas.

4.º O director da alfandega do destino verificará se as mercadorias conferem em marcas, contra-marcas, qualidades e quantidades com as designadas nas guias, se o fecho d'estas está intacto, e se alguma circumstancia denota que os volumes fossem abertos e as fazendas trocadas;

5.º Da recepção do despacho e do resultado da verificação, a que deve proceder nos termos do numero 4.º participará á alfandega por onde se fez a reexportação procedendo segundo as circumstancias.

§ 5.º Dá-se despacho de baldeação ás mercadorias e generos nacionaes ou estrangeiros que de bordo de um navio passarem directamente para outro sem tocar em terra, e só tem logar nos termos do § 4.º d'este artigo.

6.º Dá-se despacho de transferencia ou livre ás mercadorias e generos que tenham sido despachados para consumo, e satisfeitos os respectivos direitos, e aos de producção da provincia, para transitarem dentro da mesma.

CAPITULO X

Do processo do despacho de consumo

Art. 50.º No despacho para consumo de mercadorias estrangeiras se observará o seguinte:

O despachante começará por provar o direito que tem a ellas exhibindo o conhecimento de carregação marítima, cartas ou ordens de entrega ou «pertences» passados pelos donos ou consignatarios das mercadorias, e previamente authenticadas com um sello da alfandega á vista dos documentos originaes indicados.

Formulará em seguida o despacho em impresso ou papel de sello de 40 réis, segundo o modelo n.º 1; leval-o-ha ao verificador para que este lance no alto do despacho e á parte esquerda a contra-marca do volume ou volumes e indique o armazem em que estão.

Apresental-o-ha ao chefe da alfandega ou delegação, o qual nomeará os empregados que devem proceder á verificação e ordenará:

1.º A saída das mercadorias propostas a despacho do armazem para a casa de abertura;

2.º A abertura do volume, conferencia dos objectos n'elle contidos, com os descriptos no despacho, sua contagem, medição e peso.

§ 1.º Contadas, pesadas e medidas as mercadorias, proceder-se-ha á applicação dos direitos.

§ 2.º O despacho assim preparado passará ás mãos do thesoureiro da alfandega, o qual recebendo os direitos n'elle contados o rubricará.

§ 3.º Pagos os direitos, o despacho irá á mesa do director para auctorisar a saída.

§ 4.º O despacho depois de assim preparado será presente ao porteiro, a fim de que este presida á saída dos objectos despachados, ficando em seu poder e colleccionando-o para ser entregue depois do toque da sineta ao official encarregado da escripturação.

§ 5.º Os despachos serão rubricados por todos os empregados que intervierem n'este processo.

Art. 51.º No despacho por estiva observar-se-ha em tudo quanto for exequível o processo marcado no artigo antecedente.

Despacham-se por estiva:

1.º Alem dos generos cujo despacho é permitido por esta fórma: cal, taboado, telha, e outros artigos que como estes não entram nos armazens;

2.º Quaesquer mercadorias que por molhadas ou avariadas necessitem de ser beneficiadas.

Art. 52.º Se no acto da verificação dos objectos submettidos a despacho, ou no da

conferencia por saída dos despachos se encontrarem alguns prohibidos, serão tomados salvo sendo moeda falsa, pois que n'este caso se procederá nos termos legais.

§ 1.º Se os volumes submettidos a despacho contiverem mais objectos ou tiverem objectos differentes dos mencionados nas declarações dos despachantes, pagarão estes, alem do direito fixo que lhes pertence, 5 por cento do valor do que a mais se encontrar ou da differença que se verificar.

§ 2.º Se os volumes contiverem menos objectos do que os declarados nos despachos pagarão os despachantes a titulo de multa 5 por cento do valor dos objectos que faltarem.

Art. 53.º O despacho para consumo das mercadorias nacionaes ou nacionalisadas será tambem formulado segundo o modelo n.º 4, observando-se a seu respeito as prescripções dos dois artigos antecedentes.

§ unico. Pelo que diz respeito ao vinho e aguardente do reino, cujos direitos constituem o fundo especial de colonisação, como é expresso no decreto de 30 de dezembro de 1852, será formulado o seu despacho segundo o modelo n.º 2.

CAPITULO XI

Do processo de despacho de exportação

Art. 54.º O despacho de exportação em navio nacional ou estrangeiro será preenchido em dois exemplares segundo o modelo n.º 3.

§ 1.º Um d'elles terá o sello de 100 réis, e denominar-se-ha guia, o outro de 40 réis e denominar-se-ha despacho.

§ 2.º Depois de assim preparados serão ambos apresentados ao chefe da alfandega, o qual fará proceder á applicação dos direitos se os deverem.

§ 3.º Applicados que sejam os direitos serão os dois documentos apresentados ao thesoureiro, o qual depois de recebida a importancia respectiva os rubricará.

§ 4.º Pagos os direitos o chefe da alfandega ou delegação auctorisará por escripto o embarque.

§ 5.º O despacho será entregue ao despachante para ser apresentado ao guarda do local do embarque.

§ 6.º A guia depois de conferida no acto de embarque pelo guarda será devolvida á repartição para ser remetida á alfandega do destino.

§ 7.º A guia e o despacho serão rubricados por todos os empregados que intervierem no processo.

CAPITULO XII

Do processo do despacho de reexportação

Art. 55.º No processo do despacho de reexportação proceder-se-ha pela forma designada no artigo 50.º, § 4.º d'este regulamento.

§ 1.º Os despachos serão formulados segundo o modelo n.º 4 e em duplicado, nos termos do § 1.º do artigo 54.º Irão ao verificador que lançará no alto de ambos os exemplares, do lado esquerdo, a contramarca dos volumes e indicará o armazem em que se acham.

§ 2.º As mercadorias reexportadas serão acompanhadas a bordo pela guia e por um guarda.

Art. 56.º Os despachos de transito são regulados pelo disposto no decreto de 26 de janeiro de 1871.

CAPITULO XIII

Do processo do despacho por baldeação

Art. 57.º No despacho de baldeação observar-se-ha o seguinte:

1.º O despachante apresentará na alfandega uma relação, datada e assignada, dos volumes que pretender baldear, com designação da quantidade e valor das mercadorias que contém;

2.º Em presença d'esta relação formulará o despacho segundo o modelo n.º 5, e em duplicado nos termos do artigo 55.º;

3.º O despacho assim preparado será apresentado ao chefe da alfandega, o qual auctorisará por escripto a baldeação;

4.º O despacho será archivado; a guia e a relação serão entregues ao guarda que irá na embarcação acompanhar os objectos que se pretende baldear; em poder do guarda de bordo do navio d'onde saíram os objectos ficará a relação, e a guia, com a nota de conferido ou não, voltará á alfandega para ter o competente destino.

CAPITULO XIV

Do processo do despacho de transferencia

Art. 58.º Os despachos de transferencia ou de cabotagem serão feitos segundo o modelo n.º 6, e em duplicado, nos termos do § 1.º do artigo 55.º Denominam-se de cabotagem quando os generos que contém tenham saído do consumo e sido despachados.

§ 1.º Os despachos assim formulados serão presentes a um dos officiaes para os legalisar lançando a declaração de *lives*.

§ 2.º O despacho fica archivado na alfandega, e a guia acompanhará as mercadorias

despachadas até ao ponto do embarque, onde será apresentada ao guarda, que depois de a conferir devolverá à alfandega com a nota de conferida, para ser expedida.

CAPITULO XV

Da fiscalização

Art. 59.º A fiscalização da alfandega é interna e externa.

Art. 60.º Os meios da fiscalização interna são: os livros, a conferencia na sua escripturação, nos depositos e sobre as diversas funções dos empregados dentro da alfandega.

Art. 61.º Os meios da fiscalização externa são: as visitas, as rondas terrestres e maritimas, a designação do ancoradouro aos navios e o mais que se acha determinado n'este regulamento.

CAPITULO XVI

Da fiscalização interna

Art. 62.º Para a escripturação da alfandega e suas delegações haverá os livros seguintes:

O caixa, modelo A.

Receita e despesa dos impostos indirectos cobrados, modelo B.

O caixa dos depositos, modelo C.

O assentamento geral dos empregados, modelo D.

O de termos de entrada e saída dos navios de fóra da provincia, modelo E.

O de termos de entrada e saída das embarcações de cabotagem, modelo E.

O da carga e descarga geral, modelo F.

O da entrada e saída para cada um dos armazens, modelo F.

O da receita e despesa proveniente do fundo especial de colonisação, modelo G.

O dos termos de deposito das mercadorias e todos os mais não especificados, modelo H.

O de ponto, modelo I.

O do detalhe do serviço dos guardas, modelo J.

O do registro das certidões do rendimento, modelo K.

O do registro da correspondencia expedida, modelo L.

O da synopse da recebida, modelo M.

O da receita das contribuições municipaes, modelo N.

O da receita e despesa dos emolumentos empregados de 1.ª classe, modelo O.

O da receita proveniente dos 3 por cento addicionaes, modelo P.

O dos emolumentos pertencentes aos guardas, modelo Q.

O dos emolumentos pertencentes aos escaleres, modelo R.

O da receita dos 10 por cento addicionaes aos direitos, modelo S.

O do registro dos emolumentos da carga, modelo T.

O da escripturação das estampilhas do selo, modelo U.

O do registro dos diplomas, modelo V.

O do inventario do material, modelo X.

§ unico. Alem dos livros designados n'este artigo, haverá todos os mais auxiliares de que a alfandega e as delegações careçam e estejam superiormente auctorisados.

Art. 63.º No livro modelo O serão escripturados em receita, e á medida que forem entrando, todos os emolumentos que não provierem dos 3 por cento addicionaes, e os das entradas dos navios de cabotagem, os quaes entrarão em somma no fim de cada mez.

§ 1.º Do producto geral d'estes emolumentos sairão as despesas do expediente e o remanescente será distribuido pelos empregados de 1.ª classe da alfandega e suas delegações na proporção dos respectivos ordenados.

§ 2.º A arrecadação dos emolumentos recairá no thesoureiro da alfandega.

Art. 64.º Os emolumentos provenientes dos 3 por cento addicionaes serão escripturados no livro modelo P, com referencia á numeração do da receita dos impostos indirectos cobrados.

Art. 65.º Da totalidade dos emolumentos dos escaleres se deduzirão as despesas com a lavagem do uniforme da tripulação e outras miudas feitas com os escaleres, e o remanescente será por ella dividido na proporção dos vencimentos. Dos emolumentos dos guardas se deduzirá o custo dos artigos do uniforme para elles adquirido, quando se esquivem a compral-os, e o remanescente por elles distribuido na razão dos dias de serviço que tiverem.

Art. 66.º Os emolumentos cobrados na alfandega e nas suas delegações para os empregados de todas as classes entrarão em cofre commum a cargo do thesoureiro na séde da mesma alfandega por elle escripturados em livros proprios, lançando distinctamente as verbas de expediente realizado na alfandega e distribuindo o remanescente pelas diversas classes na proporção dos respectivos ordenados.

§ unico. Para esse fim os chefes das delegações deverão ser expeditos na remessa da nota de emolumentos por elles arrecadados á alfandega, juntando á communicação que fizerem a nota ou remessa da importan-

cia arrecadada conforme lhes for determinado em vista da distribuição que se fizer.

Art. 67.º Os empregados que pela reforma decretada não tiverem collocação immediata no quadro da alfandega e ficarem addidos a elle em harmonia com o disposto no artigo 7.º § unico do decreto de 26 de dezembro de 1885, serão contemplados na partilha dos emolumentos na proporção dos actuaes ordenados que percebem.

Art. 68.º Os emolumentos cobrados pelo registro do porto serão escripturados em livro especial, em que o interessado passará recibo no fim de cada mez.

Os que pertencerem ás repartições de saúde, entrarão no cofre de depositos, procedendo-se, quanto ao seu destino, pelo modo indicado no officio circular n.º 1 da junta da fazenda, publicado no *Boletim official* n.º 3 de 1886.

Art. 69.º Todos os livros da alfandega e suas delegações serão numerados, rubricados e encerrados pelo chefe d'ella, sem o que não merecem fé alguma, sendo expressamente prohibido fazerem-se n'elles quaesquer lançamentos sem primeiro serem preenchidos os requisitos apontados.

Art. 70.º No fim de cada mez o chefe da alfandega, ou delegação, procederá com os empregados que os escripturarem, á conferencia de todos os livros da receita arrecadada n'esse mez com os seus auxiliares; o da carga e descarga geral com o das entradas e saídas dos armazens; o ponto com as folhas que lhe forem entregues para verificação.

Art. 71.º Todos os objectos que entrarem na alfandega, quer sejam immediatamente despachados, quer depositados, serão escripturados no livro de carga e descarga geral, por numeros, marcas e contra-marcas.

Art. 72.º É completamente defeso, tanto a empregados como a estranhos, fumar nos armazens e casa de abertura.

CAPITULO XVII

Da fiscalisação externa

Art. 73.º A fiscalisação externa, como fica declarado no artigo 62.º d'este regulamento, é da privativa competencia da alfandega, e pelos seus agentes é exercida por meio de visitas de vigilancia aos navios á carga ou descarga, e sobre tudo que se relaciona com o expediente do despacho e movimento de mercadorias, quer dentro dos portos e enseadas, desde que entram até ao momento de sairem os navios, quer na costa, nos rios comprehendidos nos limites da provincia.

Art. 74.º Para o desempenho do serviço de que trata o artigo antecedente, o governo da provincia fornecerá á alfandega um ou dois barcos proprios, guarnecidos e armados e os escaleres precisos.

§ 1.º Este serviço será dirigido por um aspirante da alfandega, para o que haverá uma escala entre os aspirantes do quadro, sendo rendidos mensalmente.

§ 2.º Quando o serviço o exigir os guardas de 1.ª classe poderão substituir no exercicio da fiscalisação os aspirantes, sendo indispensavel que os mesmos guardas tenham para isso a precisa capacidade.

Art. 75.º Ao aspirante chefe da fiscalisação compete, além de outros deveres que em instrucções lhe estão marcados, o seguinte:

1.º Passar guias de transito sob fiança para apresentação dos generos nas casas fiscaes mais proximas, onde se tem de effectuar o seu despacho; e no caso de apprehensão praticar do mesmo modo, fazendo acompanhar os generos de um ou mais guardas de sua confiança;

2.º Nas guias deve declarar a quantidade, qualidade, numero e marcas dos volumes, precedendo as mesmas de communicação onde dê conta da data e hora em que effectuou a tomada, com a menção exacta de todas as circumstancias do facto;

3.º Prestar auxilio em casos urgentes ou de naufragio que lhe for pedido por qualquer embarcação nas aguas que percorrer, e para guarda dos objectos salvados;

4.º Registrar todas as embarcações que navegarem nas aguas da provincia, exigindo-lhes a apresentação dos papeis de bordo e de carga, se a conduzirem, aos quaes fará exame, procedendo segundo as circumstancias, e collocando a seu bordo um ou mais guardas;

5.º Arrestar as embarcações encontradas em contravenção das leis e regulamentos, participando circumstanciadamente os factos á alfandega;

6.º Não se ausentar do serviço, nem afastar-se dos logares que careçam de ser vigiados, senão, e unicamente, quando necessite a embarcação de reparos ou de refazer-se de mantimentos, cumprindo-lhe antes de se retirar, participar a necessidade e aguardar authorisação do director da alfandega.

§ 1.º As guias passadas pelo chefe da fiscalisação, e as suas communicações a respeito de infracções constituem, para todos os effectos, base de processo que se tenha de instaurar contra os infractores.

§ 2.º As embarcações da fiscalisação não podem ser empregadas em serviço estranho ao da alfandega e da fiscalisação externa.

Art. 76.º Logo que o navio fundear deve ser visitado e policiado pela alfandega depois de feita a visita de saúde.

§ 1.º A visita da alfandega será feita pelos aspirantes por escala.

§ 2.º O official de visita formulará o registro de que trata o n.º 1.º do artigo 17.º, dando-lhe o destino expresso no mesmo.

§ 3.º Prevenirá o capitão das obrigações que tem a cumprir, entregando-lhe copia do capitulo xviii d'este regulamento, e collocará a bordo o guarda ou guardas fiscaes que houverem de vigial-o.

Art. 77.º Navio algum entrado em um porto poderá communicar com a terra, ou com outros navios enquanto não estiver visitado pela alfandega e desembarçado pelo delegado de saúde.

§ 1.º Os infractores d'este preceito incorrerão na multa de 20\$000 réis.

§ 2.º Aos navios de guerra será, porém, permitido communicar com o navio entrado para os actos da sua competencia, mesmo antes da visita da alfandega.

Art. 78.º Visitado o navio pela alfandega, collocado o guarda a seu bordo, içar-se-ha no mastro da prôa o signal da alfandega, do qual irá munido o official da visita, e desde logo fica permittida communicação entre o navio e a terra, e com outros navios surtos no porto.

Art. 79.º Toda a pessoa que, não pertencendo á tripulação do navio, quizer ir a bordo antes da visita da descarga, ou depois de começar a carregar, deverá munir-se de licença por escripto do chefe da alfandega, podendo ser apalpada ao voltar a terra, se der margem a desconfiança.

§ unico. A contravenção d'este preceito será punida com a multa de 20\$000 réis.

Art. 80.º São exceptuados e dispensados da licença de que trata a disposição precedente os barcos que conduzirem:

1.º A auctoridade maritima local, a qual poderá ir a bordo dos navios surtos no porto, sempre que o necessite para actos da sua jurisdição;

2.º As auctoridades judiciaes e administrativas, as quaes avisando previamente a alfandega poderão ir a bordo dos navios ancorados para actos da sua competencia;

3.º Os agentes das malas e os dos paquetes, indo a seu bordo;

4.º As pessoas que em occasião de perigo imminente, forem prestar soccorro ao navio;

5.º Os officiaes da marinha de guerra estrangeira que forem nos escaleres dos seus navios a bordo das embarcações das suas respectivas nações, para actos da sua competencia;

6.º Os consules, vice-consules e agentes consulares que forem com a bandeira do consulado a bordo das embarcações das nações que representam para os actos de vigilância e policia, que fazem parte das suas attribuições.

§ 1.º Os funcionarios de que trata o n.º 3 só por uma vez poderão usar da permissão d'elle constante.

§ 2.º Se lhes for necessario repetir as idas a bordo dos navios que estejam nas condições do artigo 80.º, munir-se-hão de um passe da alfandega.

§ 3.º Se sem este repetirem as idas a bordo dos mesmos navios incorrerão na comminação do § unico do mesmo artigo 80.º

Art. 81.º As licenças a que se refere o artigo 80.º e o passe a que se reporta o § 2.º do mesmo artigo, só serão concedidos por motivos attendiveis.

Art. 82.º O serviço da fiscalisação a bordo dos navios será feito pelos guardas n'elles postados pela alfandega.

§ unico. Quando a conveniencia do serviço o aconselhe serão os guardas substituidos mesmo antes de concluir o navio a descarga ou o carregamento.

Art. 83.º Todos os navios de fóra da provincia que derem entrada na alfandega ou suas delegações, serão depois de cumpridas todas as obrigações e satisfeitos todos os direitos e despezas devidos, despachados por saída, dando-se-lhes um passe, segundo o modelo n.º 7, em papel do sello de 100 réis,

§ unico. Os papeis, se tiverem sido depositados na alfandega ou delegações, serão restituídos ao capitão no acto da visita de saída pelo official d'esta que resgatará o recibo dos mesmos papeis passado na occasião de sua entrada.

Art. 84.º Se houver suspeitas fundadas de que em lojas, armazens ou casas particulares existem generos ou mercadorias sonegados aos direitos ou contrabandeados, proceder-se-ha por parte da alfandega ás buscas e varejos, observando-se as formalidades prescritas na lei.

CAPITULO XVIII

Das obrigações e responsabilidades dos capitães ou mestres dos navios em referencia á alfandega e suas delegações

Art. 85.º Os capitães de todas as embarcações de commercio são obrigados, na sua entrada, a apresentar á alfandega um manifesto em duplicado da carga que tragam a bordo com destino ao porto da entrada, sendo um d'elles authenticado nos seguintes termos:

1.º O manifesto do navio procedente de portos do continente do reino, das ilhas adjacentes, ou de outras provincias ultramarinas, deve ter sido legalisado pela alfandega da procedencia;

2.º O manifesto do navio procedente de porto estrangeiro, deve ter sido authenticado pelo agente consular portuguez que n'esse porto residir, na sua falta pelo consul da nação amiga ou alliada de Portugal, e na falta de ambos, por dois negociantes portuguezes da localidade, e, finalmente na falta d'estes, por dois do paiz, que atestem ser verdadeira a assignatura do capitão no mesmo manifesto, sendo a assignatura dos abonadores reconhecida pelo chefe da alfandega local.

§ 1.º Estes manifestos firmados pelo capitão serão formulados sem emendas, rasuras, entrelinhas ou coisa que duvida faça.

§ 2.º Uma das vias será entregue ao official da visita em carta fechada, lacrada e dirigida ao chefe da alfandega.

§ 3.º Os despachos ou guias apresentados pelo capitão ou mestre de navio nacional procedente de portos nacionaes serão em uma só via, tambem fechados e lacrados com direcção ao chefe da alfandega para onde tiver despachado o navio, supprindo para todos os effeitos os manifestos.

§ 4.º Ao manifesto authenticado virão juntos e presos por meio de sello, os respectivos conhecimentos de carregação maritima; e virá o mesmo manifesto em mão do capitão.

Art. 86.º O exemplar authenticado do manifesto, a que se refere o artigo antecedente, pôde ser escripto na lingua do paiz da procedencia, outro será sempre escripto em portuguez e ambos deverão ser entregues por occasião da visita fiscal a bordo.

§ 1.º Se, todavia, o navio proceder de porto onde o agente consular de Portugal não seja portuguez, poderá ser concedido o praso de vinte e quatro horas depois da entrada para o capitão apresentar o exemplar do manifesto em portuguez.

§ 2.º Quando o navio aportado a um porto com carga de generos á ordem, ou á especulação, não descarregar ali todas as mercadorias constantes do seu manifesto, e se dirigir para outro porto, apresentará o capitão na alfandega do primeiro porto a que chegar um manifesto de partida, no qual deverá mencionar separadamente não só as mercadorias que tenha recebido ahi, mas tambem a carga que tiver ficado a bordo ou que tiver reembarcado; esse manifesto, em substituição do primeiro, será exhibido á alfandega do porto seguinte e assim successivamente, de modo que pelo conjuncto dos differentes

manifestos de partida se possa conhecer o destino de todos os volumes descriptos no manifesto primitivo.

Art. 87.º O navio que trazer carga destinada designadamente para mais de um porto nacional, apresentará em cada um d'elles todos os manifestos respectivos.

§ unico. Se o navio trazer parte da carga para portos nacionaes, e parte para portos estrangeiros, será obrigado a apresentar, alem dos manifestos exigidos nos artigos antecedentes, o da carga que tiver para esses portos estrangeiros, não carecendo este ultimo de authenticação consular.

Art. 88.º Cada volume deve trazer escripto, em caracteres uniformes e bem distinctos, uma só marca. Vindo no mesmo navio differentes volumes com a mesma marca, devem distinguir-se por numeros egualmente escriptos em caracteres uniformes; sendo exceptuados de numeração sómente os saccos, paneiros ou volumes semelhantes, que possam verificar-se por meio de sonda, e em todos deve ser marcado o peso bruto, cumprindo aos empregados que conferirem as folhas de descarga com os manifestos velar pela rigorosa observancia d'estes preceitos, dando conta ao chefe da repartição, quando sejam transgredidos, para serem autoados os capitães dos navios.

Art. 89.º Os manifestos de navios procedentes de portos nacionaes ou estrangeiros devem designar:

1.º O nome e a tonelagem do navio, sua nacionalidade, porto em que foi recebida a carga, porto do destino e nome do capitão;

2.º Numero de cada conhecimento, nome do carregador, do destinatario, marcas e numeros dos volumes, suas quantidades, qualidades (caixas, barris, saccos, etc.), designação especifica do seu conteúdo, peso bruto em relação a cada volume (ou em relação a cada partida de volumes), se todos contiverem a mesma mercadoria e valor.

Art. 90.º Se o navio entrar em lastro, deverá apresentar a respectiva declaração ou certificado egualmente authenticado no consulado ou alfandega do logar da procedencia, conforme vier de porto nacional ou estrangeiro.

Art. 91.º Na occasião da visita de entrada são obrigados os capitães dos navios mercantes a apresentar tambem á alfandega, alem dos manifestos:

1.º Uma lista dos passageiros com o numero de volumes de bagagem;

2.º Uma lista dos mantimentos e sobrecelentes;

3.º Declaração addicional, tanto dos volumes recebidos na hora da partida ou sob vela

e não mencionados no manifesto, como de volumes manifestados que tenham sido aliçados ou vendidos em porto de arribada; e n'este caso deve apresentar-se na mesma occasião o protesto de mar.

§ unico. A declaração addicional a que se refere o numero antecedente, quanto a volumes recebidos sob vèla, só pôde comprehender amostras ou pequenas encomendas e não dispensa o capitão do navio da responsabilidade devida quando os volumes acrescidos ou omittidos forem de carga do commercio, e não tiver havido caso de força maior que justifique o acrescimo ou a falta.

Art. 92.º Os botes, catraias, ou escaleres, e toda a especie de barcos empregados em conduzir passageiros, bagagens e mercadorias no ancoradouro, são registados na alfandega, sendo logar obrigado do desembarque o caes da mesma ou outro indicado pelo director.

Art. 93.º Todo o capitão ou mestre de navio nacional ou estrangeiro, que entrar nos portos d'esta provincia, é obrigado a receber e conservar a bordo os guardas que a alfandega ahi collocar no acto da visita ou depois d'esta.

§ unico. Seja qual for o numero d'esses guardas o navio só pagará a gratificação de dois.

Art. 94.º Aos navios que vierem à especulação ou entrarem arribados é concedida franquia para se demorarem nos portos durante o tempo que for requerido e julgado indispensavel, conservando a bordo a carga que trouxerem, e só descarregando-a com conhecimento e auctorisação da alfandega.

§ 1.º O quadro para os navios em franquia será sempre afastado do de outros navios em operações do commercio.

§ 2.º O navio em franquia terá por unica despesa os salarios dos guardas collocados a seu bordo.

Art. 95.º Todo o capitão ou mestre de navio é obrigado a apresentar-se na alfandega durante as primeiras vinte e quatro horas contadas d'aquella em que fundeou, a fim de declarar que entrou por franquia ou dar entrada e assignar o termo d'esta.

Art. 96.º Todo o capitão ou mestre, depois de visitado o navio pela alfandega, e de ter dado entrada n'ella, permittirá que os empregados fiscaes pratiquem a seu bordo todas as diligencias do estylo, a fim de verificarem se alguma cousa ha occulta.

Art. 97.º Todo o capitão ou mestre com destino e manifesto para algum porto da provincia, que descarregar em porto estrangeiro parte do seu carregamento, trará no manifesto certidão d'essa descarga, revestida das

mesmas formalidades designadas para os manifestos.

§ unico. Se a descarga se tiver realizado em porto nacional, a certidão será passada pela alfandega ou delegação onde tiver logar.

Art. 98.º Os capitães das embarcações que entrarem por arribada e quizerem carregamento total ou parcial de mancarra, semente de purgueira ou quaesquer producções d'esta provincia, não serão obrigados a apresentar manifesto legalisado.

Art. 99.º Todo o capitão ou mestre de navio nacional ou estrangeiro é obrigado a fazer a relação da descarga do seu navio.

Art. 100.º No acto da visita ou busca a bordo, os capitães ou mestres são obrigados a franquiar e fazer abrir todas as portas, armarios, gavetas, caixas, bahus, agasalhados, etc., sob pena de serem taes objectos e sitios arrombados pelos empregados fiscaes, para verem o que n'elles se contém.

§ unico. Quando n'elles se encontrarem objectos ou mercadorias, que não tivessem sido manifestados, serão apprehendidos.

Art. 101.º Os capitães ou mestres que tiverem ultimado a descarga de seus navios, mandarão pol-os safos, findo o que içarão no mastro da proa a bandeira da sua nação para ter logar a visita de descarga.

Art. 102.º Os mestres ou patrões das embarcações que se empregarem na navegação de cabotagem entre os portos d'esta provincia, deverão andar munidos dos documentos de bordo.

§ 1.º Estes mestres ou patrões e as suas embarcações estão sujeitos a todas as medidas de fiscalisação e policia determinadas para todos os outros navios e seus capitães.

§ 2.º Aos mestres e patrões de taes embarcações de cabotagem não é permittido fazer as declarações por additamento de que trata o artigo 91.º n.º 3.

CAPITULO XIX

Das penas e disposições co-relativas

Art. 103.º Os capitães ou mestres que, devendo, não se munirem de certificado de lastro nos termos do artigo 91.º, incorrerão na multa de 20\$000 réis.

§ 1.º Se os navios procederem de porto estrangeiro onde haja consul portuguez, pagarão, alem da multa estabelecida n'este artigo, os emolumentos consulares.

§ 2.º Não tem logar a imposição da multa, se o navio não realizar operação alguma commercial.

Art. 104.º Todo o capitão ou mestre que deixar de ir á alfandega dentro das vinte e

quatro horas de que diz o artigo 95.º, pagará a multa de 10\$000 réis.

Art. 105.º Todo o capitão de navio nacional ou estrangeiro, cujo manifesto não contiver as declarações e mais circumstancias constantes do artigo 86.º e seus parágraphos, pagará em cada repartição fiscal a multa de 2 por cento sobre o valor das mercadorias que n'ella descarregar.

§ unico. Incurrerá em igual multa todo o capitão ou mestre de navio nacional que não trouxer manifesto de carga alem das guias de embarque das mercadorias nos termos do § 3.º do artigo 85.º

Art. 106.º Todo o capitão ou mestre de navio estrangeiro procedente de porto estrangeiro que não trouxer manifesto de carga, ou que o trouxer não legalizado, pagará os emolumentos consulares e alem d'elles em cada repartição fiscal a multa de 3 por cento do valor das mercadorias que n'ella descarregar.

Art. 107.º Todo o capitão ou mestre que apresentar o manifesto de carga viciado e o que trouxer aberto o exemplar que deve apresentar fechado, pagará, em cada repartição fiscal a multa de 5 por cento do valor das mercadorias que para essa casa fiscal descarregar.

Art. 108.º Das multas impostas por falta de certificado de lastro, do manifesto de carga, e por irregularidades, quer de um, quer de outro, caberá uma quarta parte ao cofre dos emolumentos da alfandega, e as tres ao cofre da fazenda publica.

§ unico. Quando os navios não realisarem operação alguma commercial não incorrem nas multas de que trata este artigo.

Art. 109.º Se, comparados os volumes manifestados com os carregados, se conhecer que a qualidade ou marca não confere com a designada no manifesto, o capitão do navio pagará a multa de 10\$000 réis por cada volume em que se der a differença.

§ unico. Pertencerão dois terços d'esta multa ao cofre da fazenda publica e o terço restante ao cofre dos emolumentos da alfandega.

Art. 110.º Todo o capitão ou mestre que tiver sido multado por infracção das disposições relativas ao manifesto da carga, poderá exigir da repartição fiscal em que o for, certidão do pagamento da multa, que lhe será passada gratuitamente.

§ 1.º A falta d'esta certidão obriga o capitão ou mestre a pagar na primeira casa fiscal que tomar conhecimento da infracção, além da multa correspondente ás mercadorias que n'ella desembarcar, as que devêra ter pago em cada uma das alfandegas onde tiver descarregado.

§ 2.º Se requerer que se lhe dê praso para apresentar certidão ou certidões respectivas ás multas que devêra ter pago em outras casas fiscaes, ser-lhe-ha este marcado, uma vez que deposite quantia igual á somma das multas constantes do § 1.º

§ 3.º Se dentro do praso que lhe for marcado não apresentar as certidões, as multas entrarão no cofre sem lhe restar direito a reclamar-as.

Art. 111.º Todo o capitão ou mestre que trouxer maior quantidade de mercadorias ou volumês do que os designados nos manifestos e nas declarações addicionaes, ficará sujeito ao perdimento dos excedentes.

§ unico. A penalidade constante d'este artigo será imposta pelo simples facto de achada a mais, sem que se admitta allegação ou prova em contrario.

Art. 112.º Quando se encontrar menor quantidade de volumes ou mercadorias do que os designados nos despachos, manifestos, conhecimentos e declarações addicionaes, considerar-se-hão extraviados todos os que faltarem e o capitão ou mestre pagará por multa o triplo dos direitos do consumo que lhes caberiam.

§ unico. Da multa de que trata este artigo sómente será relevado o capitão ou mestre que, dando parte do acontecimento no acto da visita, provar depois documentalmente que se achou em algum ou alguns dos seguintes casos:

1.º Ser necessario alijar carga ao mar, para salvação das vidas, do navio ou do resto da carga;

2.º Ser-lhe necessario utilizar-se de parte do carregamento por falta de mantimentos ou avaria dos que trazia para uso do navio;

3.º Dispor de parte do carregamento para serviço obrigado do navio.

Art. 113.º Se a bordo de qualquer navio surto no porto, sair, sem licença da alfandega, alguma mercadoria ou volume para bordo de outro, o capitão ou mestre de cada um pagará a multa de 10\$000 réis, e será alem d'isso tomado por perdido o bote, lancha, escaler ou embarcação em que houver sido conduzido.

§ 1.º Igual multa pagará o capitão ou mestre do navio se o volume ou mercadoria vier, sem licença da alfandega, para terra, e a embarcação em que vier será do mesmo modo tomada por perdida.

§ 2.º O guarda ou guardas de bordo serão presos e processados como conniventes na infracção.

Art. 114.º Os capitães ou mestres só começarão a carregar ou descarregar depois de terem obtido licença por estcripto do chefe

da alfandega, e em presença de empregado d'esta.

§ unico. Os que contravierem o preceito d'este artigo incorrerão na multa de 20\$000 réis.

Art. 115.º O capitão ou mestre que, depois de visitado por saída, demorar esta indevidamente, será obrigado a receber novamente guarda ou guardas a seu bordo, e não poderá sair sem nova visita, pela qual pagará os emolumentos aos guardas.

Art. 116.º Os mestres ou patrões dos navios de cabotagem, que transportarem a seu bordo mercadorias não acompanhadas de guia ou despacho de transferencia, incorrerão na multa de 5 por cento sobre o valor d'ellas.

§ unico. Das multas impostas em virtude d'este artigo, caberá a quarta parte ao cofre dos emolumentos da alfandega, e as tres restantes ao cofre da fazenda publica.

CAPITULO XX

Disposições para o caso de naufragio ou varação

Art. 117.º Seja qual for a auctoridade que começasse a recolher os salvados, cessa a sua interferencia n'elles, logo que chegue o representante da alfandega, ao qual cabe a direcção d'esses actos.

Art. 118.º Apenas chegar á alfandega a noticia do naufragio o chefe nomeará *in continente* os empregados que devem assistir ao salvamento.

§ 1.º Requisitará da auctoridade competente a força necessaria para coadjuvar os empregados fiscaes.

§ 2.º Se houver consul da nação do navio naufragado, dar-lhe-ha conhecimento do sinistro.

Art. 119.º Ao empregado da alfandega que presidir ao naufragio cumpre:

§ 1.º Inventariar os objectos salvados com designação de numeros e marcas, declarando quaes achou salvos, e quaes o foram por suas diligencias.

§ 2.º Participar ao chefe da alfandega tudo o que for occorrendo desde que chegou ao local do sinistro, e nomeadamente o estado dos objectos salvados, a fim de que, se ameacem prompta damnificação, o chefe da alfandega possa, com a annuencia dos interessados, se os houver presentes, tomar a resolução conveniente.

Art. 120.º Concluido o inventario, se não estiverem presentes o dono, o capitão, consignatario do navio naufragado, ou quem legalmente represente os dois primeiros, os

objectos salvados serão transportados para os armazens da alfandega ou para outros que esta alugará.

§ 1.º Se estiverem presentes, e, necessitando os objectos salvados de ser beneficiados, elles os pedirem para esse effeito, poderão ser-lhes entregues, obrigando-se mediante fiança idonea, a restituil-os á alfandega.

§ 2.º Se na hypothese do paragrapho antecedente lhes for demorada a entrega dos objectos, o official detentor d'elles perderá o direito aos salarios do salvamento, e responderá por perdas e damnos.

Art. 121.º Findo o salvamento, se não estiverem presentes o dono do navio ou dos objectos salvados, o capitão, consignatario, ou quem legalmente os represente, o chefe da alfandega, dentro do praso de trinta dias, procederá á arrematação dos salvados em praça, a qual será durante oito dias annunciada por editaes, nos quaes se designe o local, dia e hora da arrematação.

§ 1.º Nos editaes de que trata este artigo se anunciará que os arrematantes dos objectos salvados que estejam no fundo do mar, os removerão d'ahi no praso que para isso lhes for marcado, sob pena de serem removidos á sua custa, comminação que a alfandega lhes tornará logo effectiva se n'ella incorrerem.

§ 2.º Na hypothese d'este artigo o producto da arrematação, depois de deduzidas todas as despesas a cargo dos objectos salvados, entrará em deposito; não o sendo, entrará no cofre da fazenda.

Art. 122.º Se estiver presente alguma das entidades designadas no artigo antecedente e o requerer, a alfandega procederá a todas as diligencias de que dizem o mesmo artigo e seu § 1.º, e então o producto da arrematação, liquido de todas as despesas a que estiverem obrigados os objectos arrematados, ser-lhe-ha entregue.

Art. 123.º Se apparecer alguém que, comprovando, mediante a apresentação do conhecimento ou outros documentos legaes, o seu direito aos salvados, os reclamar, ser-lhe-hão entregues, logo que pague todas as despesas de salvamento e os direitos que dever.

Art. 124.º Os effeitos que o mar arrojar á praia, ignorando-se o navio a que pertenciam, serão inventariados pela alfandega, especificando-se a qualidade, marca e numero dos volumes e sua quantidade, e, precedendo editaes de oito dias, serão arrematados.

§ 1.º Um terço do producto da arrematação pertence á pessoa que, tendo achado taes

effeitos, os tenha entregue á alfandega, ou lhe tenha dado parte do achado; o remanescente entrará em deposito, no qual se conservará por um anno, dentro do qual será entregue a quem o reclamar, provando o direito que tem a recebê-lo.

§ 2.º Se expirar o praso marcado no parographo antecedente sem apparecer reclamação, esse remanescente entrará no cofre da fazenda.

Art. 125.º Os objectos salvados são hypotheca legal de todas as despesas do salvamento, privilegio que se subroga no producto da sua venda.

§ unico. São despesas do salvamento os emolumentos constantes da tabella n.º 2, e os salarios da assistencia a salvados arbitrados pelo chefe da alfandega, ouvidos os peritos, e em vista da natureza e promptidão do serviço, tempo empregado, numero de pessoas, risco que correram, e valor dos objectos salvados.

Art. 126.º Os empregados nomeados pelo chefe da alfandega para acompanhá-lo ao logar do naufragio, ou para representá-lo n'elle, se abandonarem o seu posto, sem serem compellidos por força maior, incorrerão na pena de suspensão.

Art. 127.º Os officiaes e mais empregados da alfandega, quando assistirem ao naufragio, vencerão os emolumentos constantes da tabella n.º 2, e se forem salvadores terão *jus* ao que lhes pertencer como taes.

Art. 128.º Não se arrematando os objectos salvados, os interessados pagarão as gratificações dos empregados, e todas as demais despesas do salvamento.

CAPITULO XXI

Disposições geraes

Art. 129.º São abertos ao commercio de todas as nações os portos em que funccionam a alfandega e delegações habilitadas a despacho designadas no artigo 1.º do presente regulamento.

Art. 130.º A jurisdicção, inspecção e policia da alfandega e suas delegações comprehende a mesma área administrativa dos pontos onde a referida alfandega e delegações se acham estabelecidas.

§ 1.º As mercadorias ou generos que se transportarem de dia ou de noite, de costa a costa, sem terem sido despachados, ou acompanhados da competente guia, serão tidos como extraviados aos direitos e apprehendidos.

§ 2.º Os navios que se achem fundeados ou velejando junto a qualquer ponto da pro-

vincia, poderão ser visitados pelos empregados da alfandega, guardadas as formalidades devidas, tendo estes direito a exigir dos capitães ou mestres a apresentação dos manifestos ou despachos da carga.

Art. 131.º É prohibido ás embarcações de fóra da provincia fundear em portos d'ella, que não sejam os mencionados no artigo 1.º, aos quaes se reporta o artigo 129.º

§ 1.º Exceptuam-se todos e quaesquer portos, dado o caso de força maior devidamente comprovado.

§ 2.º As embarcações de fóra da provincia que não lhes aproveitando a excepção do § 1.º fundearem em portos dos não designados nos artigos 1.º e 129.º, incorrerão na multa de 500 réis por tonelada, a qual lhes será imposta na alfandega ou delegações onde constar a contravenção, e pertencerá toda ao cofre da fazenda, não havendo denunciante; porém, no caso de o haver, será para este um terço e os dois terços restantes entrarão no cofre.

Art. 132.º As embarcações de fóra da provincia ás quaes não aproveite a excepção aberta pelo § 1.º do artigo 131.º, se fundeando, ou á vela, praticarem actos commerciaes em portos da provincia onde lhes é vedado isso, pagarão a multa comminada no artigo antecedente.

Art. 133.º O commercio de cabotagem entre os portos d'esta provincia pôde ser feito indistinctamente em embarcações nacionaes e estrangeiras. Estas, porém, devem, para gosar de igual direito, ser como aquellas registadas e matriculadas perante a competente auctoridade maritima.

Art. 134.º As embarcações de cabotagem da provincia deverão andar munidas dos seguintes papeis:

passé da alfandega do porto d'onde saíram;

os despachos da carga, e se estiverem em lastro, uma declaração d'ellê no passé, feita pela alfandega ou delegação em que ultimamente tiverem despachado.

§ unico. Aquellas que não trouxerem todos os papeis indicados n'este artigo, incorrerão na multa de 500 réis por tonelada, a qual terá a applicação expressa na parte final do § 2.º do artigo 131.º

Art. 135.º As embarcações de cabotagem poderão ir directamente aos portos em que, não havendo alfandega ou delegações, haja chefes fiscaes; mas não poderão carregar nem descarregar sem que estejam presentes os mesmos chefes.

§ 1.º É-lhes permittido ir ás ilhas e aos pontos deshabitados para o effeito de pescar ou para alastrar, mas irão sempre com au-

ctorisação da alfandega ou delegações a cujo districto pertençam esses pontos.

§ 2.º Os mestres de taes embarcações que contravierem aos preceitos determinados n'este artigo e seu § 1.º, incorrerão na mesma multa, com a mesma applicação do § unico do artigo 134.º

Art. 136.º Para a imposição das multas comminadas no § unico do artigo 134.º e § 2.º do artigo 135.º, pela alfandega ou delegações do districto onde se tiverem dado as contravenções que as motivem, o chefe fiscal cassará os papeis do navio, e remetendo-os para a alfandega, dar-lhes-ha d'isso um certificado, o qual lhes servirá de passaporte até ao porto da alfandega.

Art. 137.º De toda a descarga que os navios fizerem em cada um dos portos da provincia, farão os capitães ou mestres uma relação por elles assignada, em vista da qual, se conferir com os manifestos ou despachos, e com os bilhetes de descarga, se dará nos mesmos manifestos ou despachos baixa correspondente aos objectos descarregados.

§ 1.º Esta relação ficará archivada na alfandega para os fins devidos.

§ 2.º Prescindir-se-ha d'ella se o navio descarregar a totalidade do seu carregamento.

§ 3.º Na hypothese do paragrapho antecedente os manifestos ou despachos, os quaes devem ficar archivados na alfandega, supprirão as relações de descarga.

Art. 138.º Sempre que tenha de proceder-se á verificação de quaesquer objectos, que se submettam a despacho, o chefe da alfandega ou delegações confiará ao verificador o despacho, manifesto, ou outro documento mediante o qual haja de ser feita a verificação, e na delegação em que não houver este funcionario a um aspirante.

Art. 139.º Quando no acto da verificação dos objectos e mercadorias procedentes dos depositos das alfandegas de Lisboa e Porto se encontrarem as differenças para mais ou para menos de que dizem os artigos 111.º e 112.º e seus paragraphos unicos, devem os chefes da alfandega ou delegações da provincia, onde o navio der entrada, fazer a competente comunicação á alfandega da procedencia.

§ unico. Se não tiver havido differença isso mesmo se participará.

Art. 140.º Os despachos serão todos formulados sem emendas, rasuras ou entrelinhas.

Art. 141.º É expressamente prohibido despachar, para consumo ou reexportação, generos e mercadorias que não tenham desembarcado e dado entrada na alfandega.

§ unico. Exceptuam-se os generos que se despacham por estiva, e os constantes do n.º 1 do artigo 51.º, aos quaes a alfandega ou delegações poderão dar despachos de importação para armazens particulares sem que se proceda ao seu desembarque na mesma alfandega ou delegações, debaixo das precauções determinadas pelos chefes respectivos.

Art. 142.º Os generos e mercadorias nacionaes ou estrangeiros, que se acharem depositados na alfandega, poderão obter despacho de reexportação para paizes nacionaes ou estrangeiros.

Art. 143.º Esta permissão nunca será feita sem que o genero seja acompanhado até bordo por um guarda.

Art. 144.º Os navios de guerra e mercantes, tanto nacionaes como estrangeiros, poderão, quando o necessitem, despachar de reexportação, dos generos comestiveis depositados na alfandega os necessarios para o provimento das suas tripulações, tendo em consideração o numero de pessoas d'estas e os dias provaveis da viagem que tenham de fazer.

Art. 145. Quando da alfandega da Guiné ou suas delegações se despacharem para as do reino alguns generos, observar-se-ha o seguinte:

1.º Os generos podem ser de uma das tres classes: 1.ª, nacionaes; 2.ª, nacionalizados; 3.ª, estrangeiros.

2.º Cada despacho não incluirá generos de mais de uma classe.

3.º Nos despachos dos generos nacionaes se declarará quaes são da provincia.

4.º Nos despachos dos generos nacionalizados nas alfandegas se designará os direitos que pagaram.

5.º Nos despachos dos generos estrangeiros de reexportação se declarará que estão sujeitos aos direitos de entrada nas alfandegas do destino.

§ unico. Os despachos serão todos cosidos e sellados com o sello da alfandega da saída, e remetidos em carta fechada ao chefe da alfandega do destino, cobertos por uma certidão, na qual se declare o numero de cada uma das classes e de todos.

Art. 146.º Os generos e mercadorias que uma vez tiverem pago os direitos de consumo na alfandega e delegações da provincia, poderão ser livremente transportados de uns para outros portos d'ella, acompanhando-se de guia.

Art. 147.º Os generos e mercadorias armazenados na alfandega podem ser abandonados aos direitos pelos donos que os não queiram pagar.

§ 1.º D'este abandono se lavrará termo assignado pelo dono das mercadorias.

§ 2.º Os generos e mercadorias abandonados serão arrematados em praça perante a alfandega, precedendo editaes de oito dias, nos quaes se designe o dia e hora da arrematação, qualidade e quantidade das mercadorias.

§ 3.º Do producto da arrematação, deduzidos os direitos e imposições que dever a mercadoria, entrará o remanescente, se o houver, no cofre do deposito da junta da fazenda para ser restituído ao dono se o exigir.

Art. 148.º Todos os generos e mercadorias arrematados perante a alfandega, excepto os que tiverem sido abandonados, ficam sujeitos ao pagamento dos direitos de consumo ou de reexportação, conforme o destino que lhes deram os arrematantes.

Art. 149.º Em todas as arrematações effectuadas perante a alfandega se procederá nos termos prescriptos nas leis. Os arrematantes são obrigados a pagar os 6 por cento additionaes que serão pagos antes da entrega dos generos e mercadorias arrematados, a menos que o arrematante preste fiança idonea de pagar tudo no praso de tres dias, pena da lei.

Art. 150.º Os generos e mercadorias que desembarcando de um navio, não forem vendidos, poderão ser reembarcados livremente no mesmo navio antes de sair do porto na viagem em que os desembarcou.

§ 1.º N'este reembolso observar-se-ha a fiscalisação prescripta para o caso de descarga.

§ 2.º Os generos e mercadorias que não reembarcarem nos termos d'este artigo, ficam sujeitos aos direitos de consumo, ou aos de reexportação se tiverem sido depositados.

Art. 151.º Serão apprehendidos os generos e mercadorias:

1.º Que embarcarem ou desembarcarem sem guia;

2.º Que, mesmo acompanhados de guia, forem encontrados no acto de embarcar, ou desembarcar, fóra das horas legaes, as quaes correm do nascer ao pôr do sol.

Art. 152.º Os guardas da alfandega, quando fizerem qualquer apprehensão ou tomada, trarão logo os volumes á alfandega, para ahí serem abertos, lavrando-se auto, no qual se declare a qualidade e quantidade das mercadorias apprehendidas, o dia, hora e logar da apprehensão, o nome do apprehensor e o do denunciante se tiver havido.

§ unico. O processo a seguir em caso de tomada será o prescripto na lei.

Art. 153.º Todas as multas comminadas por transgressões fiscaes n'este regulamento

serão impostas originariamente pelo director da alfandega ou pelos chefes de delegações, ouvida a mesa, a qual se compõe d'elle director, dos officiaes e verificadores ou de quem por elles servir, e nas delegações, dos chefes e dos dois empregados seus immediatos de 1.ª classe.

§ 1.º Se os multados se recusarem ao pagamento das multas, serão autoados e remettidos os autos ao contencioso judicial para as multas lhes serem impostas correcionalmente.

§ 2.º As multas impostas pela alfandega em virtude dos processos n'ella instaurados são cobradas pela mesma alfandega ou delegações.

Art. 154.º As multas que n'este regulamento não tiverem applicação determinada, serão divididas em tres partes iguaes das quaes caberão:

1.º Duas ao cofre da fazenda;

2.º Uma ao cofre dos emolumentos.

§ 1.º A parte pertencente ao cofre dos emolumentos será dividida em tres partes eguaes, das quaes pertencerão duas ao cofre dos empregados de 1.ª classe e uma ao dos de 2.ª

§ 2.º Se houver denunciante, será a parte de que trata o n.º 1.º d'este artigo dividida por igual entre este e o cofre dos emolumentos.

Art. 155.º A alfandega tem preferencia sobre qualquer credor na cobrança dos direitos, emolumentos e multas que se lhe deverem, e procede executivamente contra os seus devedores.

Art. 156.º Os direitos serão indefectivelmente cobrados em dinheiro de contado, ou cauções conforme está determinado, antes de saídas da alfandega as fazendas, cujos despachos não se reputarão completos sem o pagamento dos mesmos direitos.

§ 1.º Os prazos para as cauções, e as condições em que devem ser admittidas são:

1.º Só são concedidas a negociantes estabelecidos na provincia, de reconhecida probidade, quer elles sejam nacionaes, quer estrangeiros ou aos respectivos agentes pelos direitos aduaneiros devidos, conforme se acha regulado pela portaria provincial de 11 de abril de 1885;

2.º Em todos os despachos cujos direitos excederem a 100\$000 réis e não forem superiores a 1:600\$000 réis, effectuar-se-ha o prompto pagamento da quantia de 100\$000 réis, passando-se caução pela restante;

3.º O limite maximo dos prazos será de tres mezes assim regulados:

Até 300\$000 réis, a um mez de praso.

De 300\$000 a 500\$000 réis em duas pres-

tações eguaes, a primeira a um mez, e a segunda, a dois mezes de praso.

De 500\$000 a 1:500\$000 réis em tres prestações, de que a primeira nunca será inferior a 300\$000 réis, e as duas restantes eguaes, a um, dois e tres mezes de praso. Não lia cauções superiores a 1:500\$000 réis; a negociante algum é permittido ter cauções a vencer nos respectivos cofres, na importancia superior a 4:500\$000 réis.

4.º As cauções serão sempre passadas á ordem da junta da fazenda, e satisfeitas ou no cofre da thesouraria geral, ou nos das delegações da mesma junta, conforme o local em que tiver tido logar o despacho.

5.º Não é permittida caução ao negociante que faltar uma vez ao pagamento integral de alguma que tenha assignado por direitos que dever.

§ 2.º Só são admissiveis cauções na alfandega e suas delegações por direitos de consumo.

Art. 157.º Se se levantar contestação sobre o pagamento de direitos, a importancia dos contestados entrará para o cofre de deposito da fazenda.

§ 1.º Este recurso será interposto, requerendo previamente o despachante ao chefe da alfandega ou delegação, para que ouvido o empregado respectivo sobre os fundamentos com que applicou os direitos, declare se se conforma ou não e se auctorisa a contagem dos mesmos direitos, requerimento que será necessariamente deferido nos termos do pedido.

§ 2.º Com elle documentará outro no praso de oito dias que dirigirá á junta da fazenda, deduzindo as razões com que fundamenta a sua contestação.

§ 3.º A junta da fazenda ouvindo sobre o assumpto a comissão de pautas, submeterá, com o seu parecer, a materia de recurso á decisão do conselho do governo.

§ 4.º Se dentro de um anno da interposição do recurso não baixar decisão do conselho do governo, os direitos depositados entrarão no cofre da receita.

Art. 158.º Ás vistorias, que as leis declararam da competencia da alfandega, se procede por ordem superior, por disposição do chefe ou a requerimento de parte, e n'ellas se observarão os processos prescriptos nas mesmas leis.

As que precedem a condemnação dos navios são regidas pelo decreto de 11 de agosto de 1852, confirmado no artigo 3.º do de 8 de julho de 1863.

Art. 159.º Nas buscas e varejos a que se proceder, por parte da alfandega, se terá em vista:

1.º Que deve reduzir-se a auto a denuncia se a houver, e, em todo o caso, as razões que determinaram as buscas ou varejos;

2.º Que não pôde proceder-se a elles senão entre o nascer e o pôr do sol;

3.º Que devem ser feitos com a assistencia das auctoridades designadas nas leis, e com a do chefe da alfandega, do official seu immediato e de um guarda.

Art. 160.º Nos processos instaurados na alfandega são considerados para todos os effeitos, o director como juiz, o official como escrivão e contador, os guardas como officiaes de diligencias.

§ 1.º Nas delegações estes processos serão instruidos e enviados com informação ao director para os fins legaes.

§ 2.º As custas serão pagas pelas partes condemnadas.

Art. 161.º Os livros e toda a correspondencia official dirigida á alfandega, ou delegações, constituem propriedade d'ellas, e como taes serão descriptos no inventario do seu material.

Art. 162.º Incorrem na pena de suspensão e na de demissão pela reincidencia os empregados da alfandega, que receberem ou despacharem generos ou mercadorias.

Art. 163.º Na alfandega e delegações serão organisados os precisos livros para por elles serem colligidos os dados necessarios á confecção dos mappas estatisticos a que ficam obrigadas as estações fiscaes referidas, e para que estes trabalhos sejam uniformes deverão ser adoptados e seguidos á risca os modelos n.ºs 1 a 5 sobre todo o movimento do commercio e da navegação, tanto de longo curso como de cabotagem.

§ unico. Os elementos estatisticos dos mappas parciaes serão conglobados em mappas de movimento geral conforme os modelos citados, que á alfandega cumpre enviar periodicamente ao governo da provincia.

Governo da provincia em Bolama, 13 de maio de 1886. — *Francisco de Paula Gomes Barboza*, governador.

TABELLA N.º 1

Emolumentos que devem pagar-se na alfandega da Guiné
pelos diversos serviços abaixo designados

Designação	Para os empregados de 1.ª classe	Escaler	Total
Visita por entrada aos navios de fóra da provincia, incluindo os termos	2\$400	\$600	3\$000
Visita de conferencia ou descarga a navios tambem de fóra da provincia	5\$200	\$640	5\$840
Vistoria a bordo.....	10\$400	\$800	11\$200
Vistoria em terra, dentro da alfandega, ou nos limites d'ella.....	3\$600	—\$—	3\$600
Vistoria ou busca em armazens ou casas particulares.....	5\$200	—\$—	5\$200
Auto de medição e arqueação de embarcações de alto bordo.....	10\$400	\$800	11\$200
Dito de ditás de cabotagem.....	5\$200	\$600	5\$800
Dito de ditás de bocca aberta.....	2\$400	—\$—	2\$400
Termos ou certidões, por pagina.....	\$320	—\$—	\$320
Sendo mais de uma pagina, por cada uma que exceder.....	\$160	—\$—	\$160
Termos de entrada de embarcações de cabotagem.....	\$320	—\$—	\$320
Fecho de despacho de navios de fóra da provincia, alem do sello.....	\$360	—\$—	\$360
Buscas em livros ou documentos de mais de um anno de data, quando a parte interessada não indicar mez.....	\$500	—\$—	\$500

Autos de arrematação, apprehensão, tomadia, inquerito, inventarios e outros quaesquer por que haja de fazer-se processo, os emolumentos designados para eguaes actos, perante o juizo das comarcas de Lisboa e Porto, na tabella judicial em vigor na provincia.

A visita de conferencia só é devida, quando os navios fazem descarga, vindos de fóra da provincia, e não quando carregam productos do paiz.

TABELLA N.º 2

Emolumentos diarios dos diversos empregados da alfandega
no caso de naufragio

Designação	Director	Cada official de 1.ª classe	Cada guarda	Escaler
Por assistencia a naufragio, sendo a distancia da alfandega até 2 leguas, por dia.....	2\$400	1\$600	\$600	3\$200
Idem, sendo mais de 2 leguas de distancia, por dia.....	4\$800	2\$600	1\$000	4\$000

TABELLA N.º 3

Taxas a que são obrigados os navios pelo serviço dos guardas,
tanto nos casos de carga como de descarga

A bordo.....	Dando o navio alimentos no quadro.....	\$400
	Não dando alimentos no quadro.....	\$600
	A bordo, fóra do quadro, com alimentos.....	\$600
	Idem idem idem, sem alimentos.....	\$800
Em terra.....	Durante o serviço da alfandega por assistencia á carga ou descarga	\$300
	Por acompanhar mercadorias a bordo, sendo reexportadas, baldeadas ou despachadas por transitio.....	\$500

Os navios nunca serão obrigados a pagar a mais de dois guardas a bordo, embora por qualquer circumstancia excepcional tenham recebido mais.

C/marca — $\frac{30}{86}$

F...

Verificador.

Despacha F...

Para consumo.

Procedente de...

MODELO N.º 1

ALFANDEGA DA GUINÉ

N.º 1

Receita a fls...

F...

Embarcação — Lanchão José.

Nação — Portuguesa.

Mestre — F...

Numeros	Marcas	Volumes	Generos nacionaes e nacionalizados	Peso ou medida	Valores	Direitos
S/N	F. M.	20	Canastras de batatas	K. 680	18\$000	5540
		50	Molhos de cebolas	K. 50	10\$000	5800
		8	Latas de azeite doce	L. 135	16\$000	5480
			3 por cento			15820
			(Assignatura do despachante) F...			5055
			Alfandega, ... de ... de 18...			

(Rubrica do director)

N.º 1

Importação a fl...

F...

N.º 1

Descarga a fl...

F...

(Assignatura do verificador)

F...

(Rubrica do thesoureiro)

F...

Saiu.

F...

N. B. Nos despachos de consumo das mercadorias estrangeiras, onde se lê «generos nacionaes ou nacionalizados», deve escrever-se «generos estrangeiros». Nos das mercadorias vindas dos depositos de Lisboa ou Porto se escreverá «generos de reexportação».

C/marca — $\frac{6}{86}$

Despacha

Para consumo

Vindo de Lisboa

N.º 4-A

MODELO N.º 2

ALFANDEGA DA GUINÉ

N.º 1

Receita de colonisação a fl...

F...

Embarcação — Vapor Portugal.

Nação — Portuguesa.

Mestre — Franco.

Numeros	Marcas	Volumes	Generos nacionaes	Peso ou medida	Valores	Direitos
1 a 3	D. P.	3	Barris de vinho de Lisboa	L. 305	180\$000	3\$600
			3 por cento			5408
			(Assignatura do despachante) F...			3\$708
			Alfandega, ... de ... de 18...			

(Rubrica do director)

N.º 1

Colonisação a fl...

F...

N.º 3

Descarga a fl...

F...

(Assignatura do verificador)

F...

(Rubrica do thesoureiro)

F...

Saiu.

F...

Embarque em ... de ... de 188...

O director,

F...

Despacha — F...

Para Marselha.

MODELO N.º 3

ALFANDEGA DA GUINÉ

N.º ...

Receita geral a fl...

F...

Embarcação — Brigue *Rapide*.

Nação — Franceza.

Mestre — F...

Numeros	Marcas	Valores	Generos nacionaes	Valores	Direitos
S/N	S/M	5:138	Hectolitros de semente de purgueira ou mancarra..	4:000\$000	1:202\$292
S/N	F.	100	Saccos de algodão em rama fazendo 1:650 k.....	360\$000	Livre
			3 por cento		1:202\$292
					36\$068
					1:238\$360

(Assignatura do despachante)

Alfandega, ... de ... de 188...

(Assignatura do verificador)

(Rubrica do director)

(Rubrica do thesoureiro)

Embarque em ... de ... de 188...

O director.

C/marca — $\frac{84}{65}$

Alfandega da Guiné.

Despacha F... do deposito.

Carga da barca americana *Agola*.

MODELO N.º 4

Receita a fl...

Embarcação — Escuna *Harmonia*.

Nação — Portugueza.

Mestre — F...

Numeros	Marcas	Volumes	Generos estrangeiros	Peso ou medida	Valores	Direitos
5	A. S.	1	Caixa com 25 peças de dril azul — kilogrammas	K. 185	200\$000	8\$000
67	"	2	Pipas de tabaco, pesando.....	K. 1:838	400\$000	16\$000
20	T. G.	1	Fardo com 50 peças de algodão cru, pesando...	K. 114	100\$000	4\$000
			Armazenagem			28\$000
			2 por cento			7\$000
						\$840
						35\$840

(Assignatura do despachante)

Alfandega, ... de ... de 188...

(Assignatura do verificador)

(Rubrica do director)

(Rubrica do thesoureiro)

N.º 1

Reexportação a fl...

F...

Saíu.

F...

N.º 2

Descarga a fl...

F...

Póde baldear-se.

MODELO N.º 5

N.º 5

F...

ALFANDEGA DA GUINÉ

Receita a fl...

Director.

F...

Despacha F... por baldeação de
bordo da barca americana *Agola*
para bordo da ...

Embarcação—Barca *Suzana Jane*.

Nação—Ingleza.

Mestre—F...

Numeros	Marcas	Volumes	Generos estrangeiros	Peso ou medida	Valores	Direitos
S/N	S/M	100	Barricas de farinha de trigo	—	800\$000	32\$000
			3 por cento	—	—\$—	\$960
						32\$960

(Assignatura do despachante)

Alfandega, ... de ... de 18...

(Rubrica do director)

N.º 2

(Assignatura do verificador).

Baldeação a fl...

F...

Alfandega da Guiné.

MODELO N.º 6

Embarcação—*L. Pedro*.

Despacha F...

Nação—Portuguesa.

Para Bissau.

Guia de cabotagem

Mestre—F...

Numeros	Marcas	Valores	Generos nacionaes e nacionalizados	Peso ou medida	Valores	Direitos
S/N	S/M	200	Barricas de cal	—	60\$000	—\$—
12	A.	1	Fardo, 20 peças de algodão cru	—	80\$000	—\$—
					140\$000	—\$—

(Assignatura do despachante)

Livramento.

Alfandega, ... de ... de 18...

(Rubrica do director)

(Assignatura do verificador)

MODELO N.º 7

Passe.

F...

ALFANDEGA DA GUINÉ

Director.

A barca ingleza *Marianne* do lote de ... toneladas, de que é capitão F..., acha-se desembaraçada por esta repartição para seguir viagem para ... com ... pessoas de tripulação, ... passageiros, e carga constante do seu manifesto.

Alfandega, ... de ... de 18...

Logar do sêllo da alfandega.

O official,

F...

MODELO A

Anno economico de 18...-18...

Mez de . . . de 18 . . .

Receita e despesa do cofre geral a cargo de F...
como thesoureiro da alfandega da ...

DEVE		HAVER	
18...	1	Saldo que passou por balanço do mez antecedente, réis.	- -5-
"	"	Importancia dos fretes cobrados no dito mez, réis.	1 -5-
"	"	Idem, idem de passagens, réis..	2 -5-
"	"	Recebido pelo rendimento dos impostos indirectos, cobrados no dito mez, réis ... a saber:	
		Direitos de importação... -5-	
		Ditos de exportação -5-	
		Ditos de armazenagem, etc. -5-	-5-
"	"	Recebido da delegação de ... o seu rendimento no mez de ... a saber:	
		Direitos de importação... -5-	
		Ditos de exportação, etc. -5-	-5-
			-5-
18...	2	Transferido para o cofre da thesauraria o rendimento arrecadado no mez de ... especificado em receita.	- -5-
Julho		Idem para o de depositos por direitos contestados.	- -5-
		Saldo que passa por balanço...	- -5-
			-5-

MODELO B

Receita e despesa dos impostos indirectos cobrados na alfandega da Guiné, no mez de ... do anno economico de 18... a 18...

Data			Numeros	Receita	Data			Numeros	Despesa	
Anno e mez	Dia				Anno e mez	Dia				
18... Julho	9	2:360		Recebido de Antonio da Silva Gouveia, por direitos de importação, mil novecentos e vinte réis.	1\$920	18... Julho	15	1	Transferido para o cofre da thesouraria geral pelo rendimento d'esta alfandega na 1. ^a quinzena do mez findo, mil novecentos e vinte réis.	1\$920
"	31	2:460		Idem de Sousa & Comp. ^a , por direitos de exportação, quatro mil réis.	4\$000	"	31	2	Idem para o mesmo cofre pelo rendimento d'esta alfandega na 2. ^a quinzena do mez findo, sete mil e duzentos réis.	7\$200
"	"	2:470		Idem de José da Silva & Sobrinho, pelos direitos abaixo especificados: Importação.... 2\$000 Armazenagem.. \$200	2\$200					
"	"	2:471		Idem de Pedro Gomes, pelos direitos de reexportação, mil réis.	1\$000					
					9\$120					9\$120

O director,

(Rubrica do thesoureiro)

O official,

F...

F...

F...

MODELO C

**Receita e despesa do cofre dos depositos a cargo de F...
como thesoureiro da alfandega da Guiné**

DEVE

HAVER

18... Julho				18... Julho			
	1 Saldo que passou por balanço do mez antecedente; a saber:			7	Transferido para o cofre da thesouraria geral pela importancia da arrematação de objectos apprehendidos a F..., tomadia julgada subsistente por sentença do juiz de direito da comarca, de ... de ..., cento e vinte mil réis	1	120\$000
	Direitos questionados	50\$000					
	Producto da arrematação de objectos achados.	20\$000		15	Remettido ao consul portuguez na Bahia, por mão de F..., pelos emolumentos que deixou de pagar n'aquelle consulado o brigue francez <i>Rapide</i> , dez mil quinhentos e vinte réis.	2	10\$520
	Idem de objectos tomados e não sentenciados	120\$000		16	Transferido para o cofre da thesouraria geral pela multa imposta a F..., por elle contestada, em virtude da sentença do juiz de direito da comarca de ... de ..., cinquenta mil réis	3	50\$000
	Idem de objectos que excederam o prazo da armazenagem	60\$000					
	Multas contestadas	50\$000	300\$000	1	Saldo que passa por balanço; a saber:		
					Fundo especial de colonisação	40\$000	
	4 Recebido de F..., capitão do brigue <i>Rapide</i> , pelos emolumentos do consulado portuguez na Bahia, que deixou de satisfazer, dez mil quinhentos e vinte réis.	1	10\$520	Agosto	Direitos questionados	90\$000	
	8 Idem de F... pelo producto da arrematação de uma lancha encontrada nas praias d'esta ilha, sem saber-se quem seja seu dono, cinquenta mil réis	2	50\$000		Producto da arrematação de objectos achados.	70\$000	
	11 Idem de F... pelos direitos de vinte peças de fazenda de lã e seda desembarcadas da <i>Suzana Jane</i> , que contestou, noventa mil réis	3	90\$000		Idem de objectos que excederam o prazo de armazenagem.	65\$000	
	12 Idem do imposto municipal no dito mez, trinta mil réis	-	30\$000		Imposto municipal.	35\$000	
			480\$520				300\$000
							480\$520

Alfandega ...

O director,

F...

O thesoureiro,

F...

O official,

F...

N. B. Designação dos cofres para os quaes são transferidos os depositos:

O fundo especial da colonisação é para o cofre da fazenda no fim de cada mez.

Os impostos municipaes são entregues mensalmente ao municipio.

Os emolumentos consulares remetem-se aos consules respectivos logo que haja occasião.

As partes de multas pertencentes ao cofre dos emolumentos passam no fim de cada mez para o cofre respectivo.

Os 10 por cento ... passam mensalmente para o cofre da fazenda.

Todos os mais depositos só são levantados por ordem da junta, ou sentença judicial, conforme a sua natureza.

No fim de cada mez será d'este livro extrahida a certidão que tem de ser enviada á contadoria geral.

MODELO D

0 . . . da alfandega

F...

[illegible]

MODELO E

Barca inglesa «Suzana»

N.º 100

18...	2	Deu entrada n'esta alfandega a barca ingleza <i>Suzana</i> do lote de ... toneladas, capitão <i>F...</i> proprietario <i>F...</i> , da praça de ..., vinda de ..., com ... dias de viagem, ... pessoas de tripulação; comprehendido o capitão, ... passageiros, com carga de bolacha, farinha, assucar e outros generos. Pretende negociar; consigna-se a <i>F...</i> , e destina-se a ...; e sendo-lhe lida a parte respectiva do regulamento da alfandega, ficou sciente e assignou este termo com o director, com o ... (agente consular, ou consignatario, havendo-os, e querendo responsabilisar-se pelo navio) e commigo <i>F...</i> , offic'al que o escrevi.	
		O director,	Consul ou consignatario,
		<i>F...</i>	<i>F...</i>
			O capitão,
			<i>F...</i>
			O offic'al,
			<i>F...</i>
9		Despachou para ..., etc.	
		Entrada	3\$000
		Registo.	2\$500
		Visita de conferencia ..	5\$840
		Guardas de bordo.	5\$400
		Ditos em terra	1\$800
		Certidão.	\$320
		Fecho do despacho	\$360
		Visita de saude	3\$000
		Carta de dita	1\$200
		Saiu para ... etc.	23\$420

MODELO F

18...		Nomes dos navios	Nação	Designação dos volumes		Contra-marcas	Marcas	Numeros	Numeros dos armazens onde recolhidos
Mez	Dia			Quantidade	Qualidade				
Julho	1			400	Volumes em armazem ...				
				80	Barricas com bolacha ...	10 85	P. S. A.	S/N	1
"	2	Boston	Ingleza. ...	1	Fardo com algodão cru ..	"	E. M. D.	6	3
				100	Barricas de farinha de trigo	"	A. G. C.	S/N	1
				6	Meios barris de assucar..	"	S/M	"	"
				30	Canastras de batatas	11 85	M.V. J. O.	S/N	2
				100	Mólhos de cebolas	"	S/M	S/N	"
				20	Latas de azeite doce	"	M. J. O.	S/N	5
				2	Caixas de chita.....	"	M. V. J.	5 e 6	3
				1	Dita de panno patente ...	"	A. S. G.	7	"
				5	Barris de vinho de Lisboa	"	J. V.	1 a 5	5
				15	Barricas com bolacha ...	12 85	J. S.	S/N	1
				2	Fardos de algodão cru...	"	"	1 e 2	3
				100	Tábuas com 1:500 pés...	"	S/M	S/N	Pateo
				20	Mólhos de telhás de pau..	"	"	"	"
				882					
Agosto	1			797	Volumes em armazem ...				

18...		Nomes dos navios	Nação	Designação dos volumes		Numeração dos despachos	Contra-marcas	Marcas	Numeros	Destino
Mez	Dia			Quantidade	Qualidade					
Julho	4	Angola	Portugueza	20	Canastras de batatas	1	11 85	M.V.J.O.	S/N	Consumo.
				50	Mólhos de cebolas..	"	"	S/M	"	"
				8	Latas de azeite	"	"	M. J. O.	"	"
				1	Caixa de dril azul..	2	3	S. S.	5	Reexportação.
	7	Avola	Americana	2	Pipas de tabaco.	"	"	"	6 e 7	"
				1	Fardo de algodão cru	"	"	"	20	"
	25	Angola	Portugueza	3	Barris de vinho de Lisboa	3	11 85	J. V.	1 a 3	Consumo.
				85						
				797						

MODELO F
Armazem n.º 1

Entrada										Saída																				
Datas		Designação dos volumes						A quem pertencentes	Nacionalidade	Epocha em que foi effectuada																				
Anno e mez	Dia	Nomes dos navios	Quantidade	Qualidade	Contra-marca	Marca	Numero			18...																				
										18...																				
										Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Total

MODELO G

Receita proveniente do fundo especial de colonisação

18...		Numeração			
		Geral	Especial		
Julho	25	1	1	Recebido de F... pelos direitos de 15 litros de vinho que despachou para consumo, os quaes têm applicação ao fundo especial de colonisação, tres mil e seiscentos réis	35600
"	"	2	1	Idem de F... pelos direitos de 100 litros d'aguardente de produção do reino, com a mesma applicação, vinte mil réis	203000
					238600

Somma n'este mez a receita proveniente dos direitos de colonisação, tres mil e seiscentos réis, vinte mil réis, verbas que foram levadas ao cofre geral.

Alfandega da ilha de ... 1 de agosto de 18...

O director,

F...

O official,

F...

MODELO H

Termo de deposito que faz F... das mercadorias desembarcadas da escuna franceza «Jeane & Berthe» capitão F... procedente de ...

Aos vinte nove dias do mez de janeiro de mil oitocentos oitenta e seis, n'esta alfandega de ... achando-se presentes o director e mais empregados abaixo assignados commigo F..., official, compareceu F... e disse que pretendia depositar na alfandega, para os fins que couvierem ao seu commercio, os volumes e mercadorias constantes de uma relação, em que manifestava um fardo n.º 6 marca A M com cinquenta peças de algodão crú, no valor de cem mil réis, e seis barris sem marca e sem numero, contendo ... kilogrammas de assucar no valor de ... tudo desembarcado da barca franceza *Jeane & Berthe*, capitão F... procedente de ... entrada n'este porto em quinze do corrente mez, e mandando o director proceder ás necessarias averiguações, das quaes resultou verificar-se a exactidão da declaração do predito depositante F..., se exarou o presente termo, o qual depois de lido e achado conforme, foi por todos assignado, commigo official, que o escrevi.

O director,

F...

O depositante,

F...

O official,

F...

MODELO I

Livro do ponto dos empregados da alfandega da Guiné

Datas			Empregado de dia	Nomes dos que entraram à hora competente	Faltaram			Observações
Anno	Mez	Dia			Por molestia	Por licença	Por causa não motivada	

MODELO J

Registo do detalhe do serviço dos guardas

Navios			Nomes dos guardas	Data				Dias de vencimento	Importancia em réis
Armação	Nomes	Nacionalidade		Do embarque		Do desembarque			
				Mez	Dia	Mez	Dia		
Barca	Suzana Jane	Inglesa	F.....	Janeiro	1	Janeiro	3	3	\$900
			F.....	»	1	»	3	3	\$900
			F.....	»	4	»	6	3	\$900
			F.....	»	4	»	6	3	\$900
			F.....	»	7	»	9	3	\$900
			F.....	»	7	»	9	3	\$900
									18
Barca	Villa da Praia	Portuguesa	F.....	Janeiro	3	Janeiro	4	3	\$900
			F.....	»	5	»	7	3	\$900
			F.....	»	8	»	10	3	\$900
			F.....	»	»	»	12	2	\$600
								11	3\$300

MODELO K

O official, F...

Certifico que o rendimento dos impostos indirectos cobrados para os cofres da fazenda publica importou no mez de ... proximo passado na quantia de ..., como se deprehende das seguintes verbas:

Direitos de	{ Importação de objectos...	Nacionais ou nacionalisados.....	- \$ -	- \$ -
		Estrangeiros vindos por exportação do estrangeiro	- \$ -	- \$ -
	{ Exportação para portos ..	Nacionais	- \$ -	- \$ -
		Estrangeiros	- \$ -	- \$ -
	{ Reexportação para portos	Nacionais	- \$ -	- \$ -
		Estrangeiros	- \$ -	- \$ -
Armazenagens cobrados no acto da saída dos objectos.....		- \$ -	- \$ -	
Somma — Rs.....			- \$ -	- \$ -

Alfandega da Guiné, ... de ... de 18...

O director,
F...O thesoureiro,
F...O official,
F...

MODELO L

Registo da correspondencia expedida da alfandega da Guiné
a diversas auctoridades e estações

Numeração da correspondencia	Data	Direcção	18...	Data de remessa ao correio	Embarcação por que foi remettida	Objecto
			(Copia-se aqui a integra do officio.)			

MODELO M

Synopsis da correspondencia das differentes estações e auctoridades
recebida n'esta alfandega

Numeração			Data em que foi						Assignatura	Repartição	Objecto	Navio por que foi recebida	Observações
No masso	Geral	Especial	Expedida			Recebida							
			Anno	Mez	Dia	Anno	Mez	Dia					

MODELO N

Rendimento dos impostos municipaes cobrados pela alfandega da Guiné

18...				
Julho	4	Recebido de F... pelo imposto municipal sobre 2:000 litros de aguardente vinda de Gorée na escuna <i>Cesar</i> , vinte mil réis		20\$000
"	13	Idem de F... dito de 400 litros de dita da ilha de Santo Antão na escuna <i>Isabel</i> , mil réis.....		1\$000
				21\$000

MODELO 0

O cofre dos emolumentos recebidos na alfandega da Guiné e suas delegações para distribuir aos empregados de 1.^a classe d'ella

[illegible]

MODELO P

Receita do cofre dos 3 por cento addicionaes
cobrados na alfandega da Guiné

[illegible]

MODELO Q

O cofre dos emolumentos pertencentes aos guardas da alfandega

DEVE

HAVER

Data		Navios	Designação do serviço	Emolumentos	Total	Data		Nomes dos guardas	Assignatura dos que recebem	Distribuição
Anno e mez	Dia					Anno e mez	Dia			
18...						18...				
Julho	9	Barca ingleza <i>Suzana Jane</i>	A bordo	5\$400		Agosto		F...		- \$-
		Barca ingleza <i>Suzana Jane</i>	Em terra	1\$800	7\$200			F...		- \$-
								F...		- \$-
								F...		- \$-
"	12	Barca portugueza <i>Villa da Praia</i> ..	A bordo	3\$300						
		Barca portugueza <i>Villa da Praia</i> ..	Em terra	1\$200	4\$500					
		Recebido da delegação de Bissau	-	- \$-						
		Recebido da delegação de Cacheu	-	- \$-	- \$-					
					11\$700					

MODELO R

O cofre dos emolumentos pertencentes aos escaleres da alfandega d...

Data		Nomes e nacionalidades dos navios	Emolumentos que pagaram	Data		Patrão e remadores por quem foram distribuidos os emolumentos	Assignatura dos que recebem	Distribuição
Anno e mez	Dia			Anno e mez	Dia			
		Chalupa franceza <i>Jeane Baptiste</i>	4\$000			Patrão F...		- \$-
		Chalupa portugueza <i>Margaritt 6.ª</i>	7\$000			Remadores F...		- \$-
		Dita dita <i>Gugusse</i>	1\$000			Dito F...		- \$-
			- \$-			Dito F...		- \$-
			- \$-			Dito F...		- \$-

MODELO S

Registo demonstrativo do rendimento do imposto de 10 por cento
adicional aos direitos cobrados
na alfandega da Guiné no mez ... de ... de 188...

Datas		Nomes dos despachantes	Numeros dos despachos	Importancia
Anno e mez	Dia			
18...				
Janeiro	2	Recebido de Antonio da Silva Gouveia a importancia que satisfaz, como se vê do despacho n.º	18	1\$060
"	9	Idem de Julio Spinola pelo mesmo, como se vê do despacho n.º	20	30\$000
"	30	Idem de Durême pelo mesmo, como se vê do despacho n.º	21	7\$000
				38\$060

N. B. No fim de cada mez a importancia total do rendimento será lançada em receita no livro modelo A, sendo no mesmo lançada em despesa á maneira que for transferida para o cofre da thesouraria geral, ou da delegação da junta de fazenda.

MODELO T

Numero de ordem	Nome do apresentante	Contra-marca do navio	Nomes dos navios	Observação
124	João Mendes	20/86		Ficaram na alfandega dois volumes.

MODELO U

O chefe da delegação da alfandega em ... em conta corrente pelas estampilhas de sello
a cargo do cofre da mesma delegação

Data	Entradas	Taxas										Saldas	Taxas										Réis	
		10 réis	20 réis	30 réis	40 réis	50 réis	60 réis	100 réis	200 réis	400 réis	15000 réis		10 réis	20 réis	30 réis	40 réis	50 réis	60 réis	100 réis	200 réis	400 réis	15000 réis		
18... Julho	1 Saldo que passou por balanço do mez antecedente.....	8	3	2	1	1	2	-	7	1	6		18... Julho	7	2	1	1	1	1	1	1	1	-	-5-
25	Recebido da thesouraria geral com officio n.º ..., de ... do corrente mez ...	20	10	15	20	10	10	5	10	8	4		"	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-5-	
													"	4	3	1	4	1	2	1	1	1	-	-5-
													"	16	8	14	18	9	9	4	12	5	9	-5-
													30	Balanço dado n'esta data que passa a C/N para o mez seguinte.....										-5-

Delegação, em ... de ... de 18...

N. B. No fim de cada mez a importancia total.

O delegado,

F...

MODELO N.º ...

**Despacho geral da carga com que o navio portuguez ...
segue d'este porto de ... para o de ...**

F..., etc. — Certifico que a carga que conduz o mesmo navio, segundo os documentos apresentados n'esta alfandega, é a seguinte:

1.º Carga de mercadorias nacionaes ..., guias juntas n.º ... a ..., para o porto ..., n.ºs ... a ..., para ..., etc.

2.º Carga de mercadorias estrangeiras despachadas por transferencia, guias n.º ... a ...

3.º Carga estrangeira recebida em ..., que esteve em franquia e que segue no mesmo navio para ..., manifestos visados por esta alfandega.

(Data e assignatura.)

N. B. — Mutatis mutandis, se devem redigir estes documentos quando o navio for estrangeiro e se destinar para porto estrangeiro, ou provincia ultramarina, fazendo escala por outros portos, por fórma que no proximo porto da chegada se conheça rapidamente, por procedencias e destinos, qual é a totalidade da carga. N'esses termos o despacho geral de paquetes de Africa deve especificar a carga reexportada dos depositos; a recebida por baldeação; a que vindo do estrangeiro não tenha chegado a desembarcar; a que for nacional ou nacionalisada, etc.

MODELO N.º 1

**Mappa estatistico das mercadorias importadas pela alfandega
ou delegação de ... no anno civil de 188...**

Mercado- rias	Importação por paizes da procedencia das mercadorias				Totalidade das importações por mercadorias		
	Paizes	Quanti- dades	Valores	Direitos	Quanti- dades	Valores	Direitos
Assucar	Portugal						
	Possessões portuguezas ultramarinas. ...						
	França						
	Hollanda						
	India						

Cada uma das casas fiscaes deve organizar o mappa conforme este modelo e na sede da alfandega deverá formar-se o mappa geral, tambem conforme este modelo, representando um conjunto de todas as estações fiscaes. Para facilidade do trabalho de compilação, deve este ser uniforme em todas as casas fiscaes, mencionando-se em cada mappa: 1.º, os artigos da tabella A pela ordem por que n'essa tabella estão mencionadas; 2.º, os despachados com isenção de direitos; 3.º, os despachados por transito.

MODELO N.º 2

**Mappa das mercadorias
importadas de Portugal e das provincias ultramarinas portuguezas
no anno civil de 188... pela ... de ...**

Designação das mercadorias	Mercadorias nacionaes			Mercadorias nacionalisadas			Totaes		
	Quanti- dades	Valores	Direitos	Quanti- dades	Valores	Direitos	Quanti- dades	Valores	Direitos

(Vide a observação, modelo n.º 1.)

MODELO N.º 3

Mappa estatístico das mercadorias exportadas pela ... de ...
no anno civil de 188...

Mercadorias	Paizes	Exportação por paizes do destino			Totalidade das exportações por mercadorias		
		Quantidades	Valores	Direitos	Quantidades	Valores	Direitos
Martim	India						
	Portugal						
	Possessões ultramarinas portuguezas ..						
	Zanzibar						
	Inglaterra						
	Etc.....						

(Vide a observação, modelo n.º 1.)

MODELO N.º 4

Estatística do transporte de mercadorias
por cabotagem, feito entre os diversos portos da provincia da Guiné
no anno civil de 188...

Designação	Productos da provincia						Generos de fóra da provincia já despachados para consumo						Generos que foram de uma para outra casa fiscal, pagar os direitos na destinataria					
	Entradas			Saídas			Entradas			Saídas			Entradas			Saídas		
	Peso Kilogrammas	Valor	Procedencia	Peso Kilogrammas	Valor	Destino	Peso Kilogrammas	Valor	Procedencia	Peso Kilogrammas	Valor	Destino	Peso Kilogrammas	Valor	Procedencia	Peso Kilogrammas	Valor	Destino

MODELO N.º 5

Movimento da navegação nacional
e estrangeira na provincia da Guiné no anno civil de 188...

Nacionalizados	Entradas					
	Vapores		Navios de véla		Total	
	Numero	Tonelagem	Numero	Tonelagem	Numero	Tonelagem
Arabes						
Francezes						
Inglezes						
Portuguezes						
Etc						
Total						

N. B. Identico mappa para as embarcações saídas e para o movimento de cabotagem. Estes mappas devem ser acompanhados de mappas parciaes dos differentes portos para se avaliar quaes d'estes são mais concorridos pela navegação.

